

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 41/2022

Unidade: Reitoria

Publicado em 15 de julho de 2022



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação: Victor Godoy Veiga

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Tomás Dias Sant'Ana

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Sivaldo Souza Silva

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Pierlângela Nascimento da Cunha

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Moacir Augusto de Souza

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução 674/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de junho de 2022.

Resolução 675/2022 - CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2022.

Resolução 676/2022 - CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 674/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de junho de 2022.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante, do IFRR/Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad Referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 388/CONSELHO SUPERIOR, de 1º de fevereiro de 2018 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 488/CONSELHO SUPERIOR, de 20 de janeiro de 2020 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no 23231.000043.2021-18,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante, do IFRR/*Campus* Avançado Bonfim (CAB), conforme Anexo I.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA
Presidente do CONSUP

**ANEXO I - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE
AO ENSINO MÉDIO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Moacir Augusto de Souza

**DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CAMPUS
AVANÇADO BONFIM**

Maria Eliana Lima dos Santos

COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO CONCOMITANTE

Stefano Maleski

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Maria Leilza Pires Siqueira (Presidente)
Karla Cristina Damasceno de Oliveira (suplente) Amarildo Ferreira Júnior
Daiane Machado Sá
Eliselda Ferreira Corrêa
Fernando Silva e Silva
Holtton Bruno Schuertz Alves
Liane de Castro Machado
Midiã Rodrigues Ferreira
Raimundo de Almeida Pereira
Renato Fonseca de Assis Cunha
Severino Manuel da Silva

COLABORADORES

Stéfano Maleski
Lucas Socoloski Gudolle

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1 Estrutura curricular do Curso Técnico em Administração Concomitante¹

QUADRO 2 Perfil profissional de pessoal docente

QUADRO 3 Perfil profissional de pessoal técnico-administrativo

QUADRO 4 Perfil profissional de pessoal técnico-pedagógico

QUADRO 5- Estrutura do Campus A avançado Bonfim

QUADRO 6 Equipamentos disponíveis para o curso

FIGURA 1 - Representação Gráfica do Itinerário Formativo

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

3. APRESENTAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

4. JUSTIFICATIVA

5. OBJETIVOS

5.1. GERAL

5.2. ESPECÍFICOS

6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.

6.1. REQUISITOS DE ACESSO

6.2. REQUISITOS DE PERMANÊNCIA

6.3. REQUISITOS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

7. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO

7.1. ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

7.2. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. ESTRUTURA CURRICULAR

8.2. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

8.3. EMENTÁRIO

8.4. FORMA DE OFERTA

8.5. PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

8.6. TERMINALIDADES INTERMEDIÁRIAS

8.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

8.8. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

11. APOIO AO DISCENTE

12. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-

APRENDIZAGEM

13. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

14. CONSELHO DE CLASSE

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

15.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

15.2. AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO

15.3. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E DO CURRÍCULO

15.4. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVA

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

20.1. INSTALAÇÕES

20.2. BIBLIOTECA

21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

22. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

22.1. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

22.2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

22.3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

REFERÊNCIAS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima –*Campus* Avançado Bonfim.

CNPJ: não possui.

Esfera Administrativa: federal.

Endereço: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000.

Telefone(s): não possui

E-mail: depen.bonfim@ifrr.edu.br.

Site do Campus: bonfim.ifrr.edu.br.

Reitora: Nilra Jane Filgueira

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação: Romildo Nicolau Alvez **Pró-Reitor de Extensão:** Roseli Bernardo Silva dos Santos **Pró-Reitora de Administração:** Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Sivaldo Souza Silva

Diretor do Campus Avançado Bonfim: Moacir Augusto de Souza

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus Avançado Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC (Portaria N.º 106/2019 – DEPEX- ABF/CAMPUS-ABF/REITORIA/IFRR, de 02 de dezembro de 2019, prorrogada e recomposta pela Portaria 57/2020 – DIEPEI/IFRR, de 21 de agosto de 2020): Maria Leilza Pires Siqueira (Presidente); Karla Cristina Damasceno de Oliveira (suplente); Amarildo Ferreira Júnior; Daiane Machado Sá; Eliselda Ferreira Corrêa; Fernando Silva e Silva; Holtton Bruno Schuertz Alves; Liane de Castro Machado; Midiã Rodrigues Ferreira; Raimundo de Almeida Pereira; Renato Fonseca de Assis Cunha; Severino Manuel da Silva.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Administração Concomitante.

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

Modalidade de oferta: Presencial.

Turno de funcionamento: Matutino / Vespertino.

Periodicidade de oferta: Anual.

Número de vagas ofertadas: 35 vagas por turma.

Carga horária total: 800 horas (840 h com a carga horária do Componente Curricular Optativo Libras – 40h)

Regime letivo: Modular.

Título outorgado: Técnico(a) em Administração.

Proposta: de aprovação.

Duração prevista: 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

Integralização curricular mínima e máxima: 3 (três) e 6 (seis) semestres, respectivamente.

Coordenador do curso: Stefano Maleski.

3. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino. Dessa forma, tem como responsabilidade social contribuir com a sociedade, oportunizando conhecimento e sendo meio para inserção de profissionais qualificados no mundo do trabalho.

O IFRR caminha e se desenvolve com a responsabilidade de atender a sociedade de Roraima dentro do que traçou como Missão, Visão e Valores, as quais foram definidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFRR – 2019- 2023, p. 27) respectivamente, por:

Missão: “Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável”

Visão: “Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação”; e

Valores: Ética e Transparência; Inclusão Social; Gestão Democrática; Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana; Responsabilidade Socioambiental.

3.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Em 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima formalizou a criação da Escola Técnica Federal de Roraima, através do Decreto nº 026 (E). O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e os componentes curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válidos todos os atos escolares anteriores ao Regimento. Os primeiros cursos ofertados foram Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações. Nesta época, a Escola de Formação de Docentes de Boa Vista cedeu uma parte de suas instalações para que a Escola Técnica Federal de Roraima desenvolvesse suas atividades escolares.

Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n.º 233, de 9 de dezembro, Seção 1. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU n.º 221, Seção 1.

No ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC) iniciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, implantando o que se chamava de Unidades Descentralizadas (UNED) em diversas unidades da federação. O Estado de Roraima foi contemplado nas duas primeiras etapas do Plano. Na fase 1, com a UNED de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, no Sul do Estado; e na Fase II, com a UNED do Município de Amajari, no Norte do Estado.

A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em todo o Brasil foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia os quais têm a missão de promover uma educação pública de excelência por meio da interação entre ensino, pesquisa e extensão, integrando pessoas, conhecimento e tecnologia. Entre estes estava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

O IFRR é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Busca permanecer em constante evolução e servir como referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação, por meio de uma gestão participativa, na qual procura se adequar ao mundo do trabalho, aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e às políticas ambientais.

Em 2020, o IFRR é composto por cinco *Campi* distribuídos em diferentes regiões do Estado de Roraima: Amajari, na cidade de Amajari (região norte); Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste, na capital Boa Vista (centro do estado); Avançado Bonfim, na cidade de Bonfim (região nordeste); e Novo Paraíso, na cidade de Caracaraí (região sul)

O processo de criação do *Campus* Avançado Bonfim (CAB), que funcionou inicialmente no prédio da antiga Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedido pelo Governo do Estado ao IFRR, e teve sua sede própria inaugurada no dia 14 de novembro de 2019, iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de quarenta Unidades de Educação

Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Senhor Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *Campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu, no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do *Campus* Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme previsto, no segundo semestre de 2014 teve início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que, o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria Nº 27, de 21 de janeiro de 2015, sendo que neste período o *Campus* estava vinculado ao *Campus* Boa Vista (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria n.º 1326/2016/REITORIA/IFRR, o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos subsequentes, o *Campus* ofertou vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada e nos cursos técnicos subsequentes em Agronegócio, Agente Comunitário de Saúde, e Administração, este último criado por meio da Resolução nº 222 – Conselho Superior, de 2 de junho de 2015.

Até o início do primeiro semestre de 2020, a unidade formou cerca de cento e cinquenta estudantes em cursos técnicos na forma Subsequente e cerca de duzentos estudantes em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além disso, também desenvolveu cinco projetos de pesquisa e seis projetos de extensão. Futuramente, com a ampliação do espaço de sua sede, melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e oferta de maior diversidade formativa.

4. JUSTIFICATIVA

A área de atuação do Técnico em Administração é abrangente e variada, podendo atuar em comércios, indústrias, hospitais, órgãos públicos, entidades, entre outras organizações que desenvolvam atividades técnicas relacionadas a pessoal, material, patrimônio, orçamento, finanças e mercado, além de atividades ligadas à rotina administrativa, as quais proporcionam condições de funcionamento regular e eficiente de atividades fins de uma determinada organização.

De acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Bonfim-RR tem uma população de 10.943 habitantes, e, conforme dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), a população estimada, para o ano de 2018, foi de 12.257 habitantes. Desta população, verificou-se que em 2018 o município matriculou 3.317 estudantes no Ensino Fundamental e 457 estudantes no Ensino Médio. Conforme informações da SEPLAN sobre a economia do município de Bonfim, em 2016 o Produto Interno Bruto

(PIB) foi de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) e o PIB per capita alcançou R\$ 20.899,00 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais). As principais atividades econômicas que se destacam são as seguintes: agropecuária, com a criação de rebanho de bovinos, galináceos e suínos; e agricultura, com a produção de arroz, soja, mandioca, melancia, milho e banana. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, de leite e de ovos. Também possuem relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha e madeira em tora.

Quanto às informações sobre o trabalho e rendimento de Bonfim, em 2017 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 15 e 6 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 4502 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, isto o colocava na posição 9 de 15 entre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 entre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

É importante destacar que o município de Bonfim interliga as cidades de Manaus-AM e Boa Vista-RR a Lethem e Georgetown, estas últimas na República Cooperativista da Guiana. Além disso, Bonfim faz parte de Área de Livre Comércio (ALC) criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, área de Administração, os quais contribuirão para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O *Campus* possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que, no ano de 2015, foi aprovada a proposta pedagógica do curso Técnico em Administração Subsequente do CAB, por meio da Resolução nº 222 – Conselho Superior, de 2 de junho de 2015. A referida proposta justificava a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandavam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

Considerando essas proposições, o *Campus* tem se empenhado desde 2018 em proporcionar cursos técnicos concomitantes, forma articulada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, conforme a Organização Didática (IFRR, 2018), consiste em sua oferta a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Com isso, e considerando que a cidade de Bonfim possui apenas uma escola de Ensino Médio, a qual demonstrou interesse em firmar Acordo de Cooperação com o IFRR/CAB para a implantação de cursos técnicos concomitantes – o Acordo de Cooperação está registrado no Processo Nº. 23231.000635.2019-0015, e atualmente encontra-se em tramitação em setor competente do IFRR para apreciação da proposta –, espera-se com este PPC aproveitar oportunidades educacionais disponíveis, atendendo aos estudantes da sede do município que saem do Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Médio com a disponibilização de formação técnica concomitante à formação geral, ampliando, também, as possibilidades de atuação da unidade.

Ademais, é importante destacar que a oferta de cursos concomitantes contribui para a realização da missão do IFRR, apresentada anteriormente, por permitir proporcionar formação humana

integral a esses estudantes no decorrer da realização do Ensino Médio, evitando que muitos destes jovens que concluem essa etapa da educação básica ingressem no mundo do trabalho, muitas vezes por necessidade de contribuir com a renda familiar, apenas com a formação geral adquirida.

Assim, a oferta de cursos técnicos concomitantes permite aos estudantes que ao concluírem o Ensino Médio, concluam também um curso técnico profissionalizante. Atualmente os estudantes egressos do Ensino Médio possuem como opções, além do ingresso no mundo do trabalho – que em muitos casos não se dá de forma imediata, o que contribui para os índices de desemprego e/ou informalidade, ou ocorre de forma precarizada –, a realização de cursos técnicos subsequentes ou de formação inicial e continuada no IFRR/CAB, o ingresso em um dos cursos superiores ofertados na modalidade à distância na sede de Bonfim ou o deslocamento para a capital Boa Vista para cursar a Educação Superior nas instituições ali sediadas, o que gera mudanças na vida do jovem para as quais nem sempre está adequadamente preparado.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor de comércio, ainda pouco desenvolvido na cidade de Bonfim, o que frequentemente obriga os jovens a buscarem trabalho na Guiana, é o que mais absorve essas pessoas.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso Técnico em Administração Concomitante para os jovens que saem do Ensino Fundamental, disponibilizando melhor qualificação profissional a esses jovens que precisam ingressar no mundo do trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste curso técnico concomitante é agregar valor à formação do estudante, otimizando também seu tempo, para que, ao final do período de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, receba o certificado do Ensino Médio com formação técnica em Administração, habilitando-o para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para o seu futuro profissional e às demandas apresentadas pelas organizações.

5. OBJETIVOS

5.1. GERAL

Formar profissionais com conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na administração de organizações públicas e privadas ou como gestor de seu próprio negócio, com capacidade de executar processos e rotinas administrativas, além de avaliar e auxiliar na tomada de decisões.

5.2. ESPECÍFICOS

a) Proporcionar uma visão sistêmica do ambiente administrativo das organizações e suas interrelações com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais;

b) Realizar funções de apoio, execução e controle administrativo em organizações;

c) Desenvolver possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os como cidadãos e agentes do mundo do trabalho.

6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.

6.1. REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso ao Curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio ocorrerá por meio de Processo Seletivo Público, obedecendo ao edital que determinará os critérios de seleção. O Processo Seletivo será oferecido a candidatos que estejam cursando o primeiro ano do Ensino Médio.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares do curso técnico concomitante no contra turno em que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum, no Ensino Médio Regular.

6.2. REQUISITOS DE PERMANÊNCIA

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus Avançado Bonfim* alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a Política de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes efetivado por meio de programas que visam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência, inclusão social e a êxito acadêmico, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assuntos Estudantis será gerida pela Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis (DIPAE), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pelos setores responsáveis pela Assistência Estudantil dos *Campi*. Serão beneficiários da Política de Assuntos Estudantis os estudantes regularmente matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino do IFRR em situação de vulnerabilidade social, sendo atendidos prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme legislação vigente.

Segundo o artigo 18 da Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, os programas e projetos de Assistência Estudantil, estabelecidos no âmbito do IFRR, dar-se-ão da seguinte forma:

- I - Programa de Acesso;
- II - Programa de Permanência;
- III - Programa de Inclusão Social.

No PROGRAMA DE ACESSO considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I - Auxílio Transporte;
- II - Incentivo à Cultura e Esporte;
- III - Apoio à Participação em eventos;
- IV - Apoio à Inclusão Digital.

No PROGRAMA DE PERMANÊNCIA, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I - Auxílio Alimentação;
- II - Auxílio Moradia ou Residência Estudantil;
- III - Auxílio Creche;
- IV - Auxílio Material Didático-Pedagógico;
- V - Atenção e Promoção à Saúde;
- VI - Apoio à Formação Estudantil.

No PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL, considerando o limite da dotação orçamentária, os *campi* atenderão com prioridade às ações de:

I - Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;

II - Apoio Pedagógico; e

III - Apoio a diversidade sexual e questão étnico-racial.

Os benefícios da assistência estudantil serão disponibilizados por meio de processo de seleção mediante a publicação de edital, que fixará valores, prazos, critérios e condições para os estudantes se submeterem à análise de renda per capita familiar ou perfil socioeconômico.

O *Campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DIEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

6.3. REQUISITOS DE MOBILIDADE ACADÊMICA

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em outro *Campus* do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no *Campus* de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade intercampi”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional).

Desse modo, o Art. 11 da referida Resolução dispõe que, nos casos de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos técnicos, caberá à coordenação de curso:

I - Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;

II - Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;

III - Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à Comissão Gestora do *Campus*, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

7. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (2020), o profissional egresso do Curso Técnico em Administração estará apto a executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, à gestão financeira, orçamentária e mercadológica; Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, seja operacionais, de coordenação, de chefia intermediária seja de direção superior, sob orientação; Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros; Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos e Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

7.1 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

De acordo com o CNCT (2020), o egresso do curso terá como campo de atuação indústrias e/ou comércios em geral; prestadores de serviços e organizações do terceiro setor.

7.2. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução n.º 246 – Conselho Superior, de 4 de janeiro de 2016, a qual objetiva acompanhar a vida profissional dos egressos por meio da realização de cadastros, visando ao acompanhamento e à manutenção de comunicação com os egressos do curso com objetivo de coleta de dados e informações e de lhes proporcionar orientação profissional, formação continuada, inclusão/inserção no processo produtivo, encaminhamento ao mundo do trabalho, integração entre estudantes e egressos, manutenção de vínculo institucional e promoção de eventos, atividades e intercâmbios.

Conforme dispõe a referida Resolução, caberá à DIEPEI o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos no âmbito do CAB, com monitoramento, acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX), por meio de sua Coordenação de Programas e Registro de Extensão (COPRE).

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Administração Concomitante observa as determinações legais presentes na Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), atualizada pela Lei n.º 11.741/08 (BRASIL, 2008), bem como na observância do Decreto n.º 5154, de 23 de julho de 2004; na Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; além de amparar-se nas determinações presentes no CNCT e nas diretrizes definidas no PDI 2019-2023 do IFRR.

Desse modo, o Curso Técnico em Administração Concomitante está organizado em 6 (seis) módulos, concebidos para proporcionar ao discente oportunidades de formação integral por meio de processos de ensino-aprendizagem que possibilitem a aquisição de competências, o desenvolvimento de habilidades e o fomento a valores éticos, morais, culturais e políticos que propiciem sua inserção no mundo do trabalho com capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

Cada módulo propicia o desenvolvimento de componentes relacionados à habilitação como técnico em administração e propõe a realização de trabalhos estruturados entre os discentes, com o desenvolvimento de ações ou projetos articulados.

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso Técnico em Administração Concomitante está organizado por meio de sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com uma carga horária total de 800 (oitocentas) horas. No entanto, convém destacar que esse quantitativo de horas segue o padrão da hora legal adotada pelo Brasil, conforme regulamenta o Decreto 4.264, de 10/06/2002 (BRASIL, 2002), a qual é constituída por 60 (sessenta) minutos, enquanto as aulas ministradas seguem padrão estabelecido pela direção do CAB/IFRR, a fim de atender especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *Campus* e ao seu horário limite de funcionamento.

Desse modo, conforme demonstra o Quadro 1 a seguir, a carga horária de cada componente curricular será distribuída em horas-aula de duração de 50 (cinquenta) minutos cada, de modo a permitir sua distribuição em um tempo didaticamente aproveitável pelos estudantes, sem prejuízo da carga horária mínima conforme estabelecido no CNCT (2020).

QUADRO 1 Estrutura curricular do Curso Técnico em Administração Concomitante¹

Componente Curricular		Carga horária ² (60 min.)	Quantidade de Horas-aula ² (50 min.)
MÓDULO I	Fundamentos de Administração	40	48
	Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	40	48
	Redação Oficial e Empresarial	40	48
	Introdução à Economia	40	48
	Metodologia de Pesquisa em Administração	40	48
	Sociologia do Trabalho	40	48
	Total do Módulo I	240	288
MÓDULO II	Comportamento Organizacional	40	48
	Gestão de Pessoas	40	48
	Introdução à Matemática Financeira	40	48
	Fundamentos de Administração Pública	40	48
	Gestão de Marketing	40	48
	Introdução à Contabilidade	40	48
	Total do Módulo II	240	288
MÓDULO III	Empreendedorismo	40	48
	Inglês para fins específicos	40	48
	Gestão Estratégica	40	48
	Gestão Financeira e Orçamentária	40	48
	Cooperativismo e Associativismo	40	48
	Gestão de Materiais	40	48
	Gestão de Processos	40	48

	Técnicas de Arquivo	40	48
	Total do Módulo III	320	384
Carga Horária Obrigatória Total do Curso		800	960
OPTATIVO	Língua Brasileira de Sinais ³	40	48
Carga Horária Optativa Total do Curso		40	48
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		840	1.008

¹ Com exceção do componente curricular Língua Brasileira de Sinais, todos os demais componentes curriculares terão suas atividades realizadas integralmente na modalidade presencial.

² É facultado aos docentes o cumprimento de até 15% (quinze por cento) da carga horária dos componentes curriculares por eles ministrados por meio de atividades extraclasse, as quais devem estar previstas no Plano de Ensino do respectivo componente curricular e obedecer aos critérios e especificações estabelecidos para sua realização na Organização Didática em vigor.

³ Componente curricular cujas atividades serão ofertadas integralmente à distância.

8.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO

FIGURA 1 - Representação Gráfica do Itinerário Formativo



8.3 EMENTÁRIO

MÓDULO I

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
FUNDA	Fundamentos da Administração	I	40	48
EMENTA				
Perfil, habilidades e áreas de atuação do profissional de administração. Conceitos de organização e de gestão. Evolução histórica das escolas de administração.				
OBJETIVO GERAL				
Desenvolver uma base conceitual e crítica sobre os Fundamentos da Administração.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				
<p>Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Conceituar “organização” e “administração”; b. Conceituar as grandes áreas funcionais que compõem uma organização; c. Compreender os aspectos do processo administrativo: planejar, organizar, dirigir e controlar; d. Entender a evolução histórica do pensamento administrativo e destacar as suas principais consequências. <p>Habilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Entender como surgiu e o que é Administração; b. Apresentar as principais teorias da administração e suas relações com as organizações na atualidade; c. Identificar as principais mudanças organizacionais; d. Realizar um comparativo entre os princípios administrativos com o dia a dia das organizações atuais; e. Possuir capacidade de criar soluções com flexibilidade e adaptabilidade dentro do atual contexto administrativo. 				
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS				
<p>Abordagem histórica do papel e importância da Administração, do administrador e dos organismos de defesa da profissão.</p> <p>Perfil e habilidades do administrador contemporâneo.</p> <p>Mercado de trabalho e as áreas de atuação do profissional de administração.</p> <p>As organizações: instituições públicas, privadas e terceiro setor.</p> <p>Evolução do pensamento administrativo nas perspectivas: clássica (teoria científica, teoria clássica e teoria burocrática); humanista (teoria das relações humanas, teoria comportamental e teoria estruturalista); moderna (teoria de sistemas, teoria contingencial e administração por objetivos); e contemporânea (qualidade e excelência organizacional).</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9. ed. Rio de

Janeiro: Campus, 2014.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração**. 3.ed. São Paulo: Manole, 2015.

LACOMBE, F. J. M. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEI n.º4.769, de 9 de setembro de 1965. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências**.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, M. M. F. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

OLIVEIRA, D. P. R. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
INFBAT	Informática Básica e suas Aplicações Tecnológicas	I	40	48
EMENTA				
Fundamentos da Informática: histórico e evolução. Compreensão do funcionamento de um computador. Sistema computacional: definição e caracterização de hardware, software e peopleware. Representação da informação no meio digital. Conhecimentos de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação. Introdução a Rede de computadores. Internet: definição, risco e sua aplicabilidade no mundo de pesquisa e no trabalho. Processamento de dados e Sistemas de Informações nas Organizações. Arquiteturas de Informação Corporativa. Aspectos da Gestão da tecnologia, aquisição, serviços, suporte, projetos e implementação de sistemas. Gestão de Processos. Automação de Processos de Negócios. Frameworks de gestão de TIC. Aspectos ambientais e "Informática Verde".				
OBJETIVO GERAL				

Capacitar o aluno a compreender conceitos básicos e históricos da informática, da computação e das redes de computadores. Compreender a importância da informática na sociedade. Entender a funcionalidade básica dos computadores. Utilizar, de forma produtiva, e realizar configurações simples no sistema operacional Windows e/ou Linux, como também em programas aplicativos e utilitários. Específicos: Reconhecer o papel da informática na organização da vida sócio, política, econômica e cultural, compreendendo conceitos computacionais e utilizando-os no mundo do trabalho e/ou na prática social; Mostrar a evolução do computador ao longo da história; Propiciar ao aluno conhecimentos básicos sobre os computadores digitais; Utilizar e efetuar configurações simples do sistema operacional Windows e/ou Linux; Apresentar conceitos básicos sobre Redes de Computadores; Utilizar programas utilitários para computadores, como editores de textos, planilhas eletrônicas, programas de apresentação e de edição gráfica. Sistemas de Gestão.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Conhecer os princípios básicos da informática;
- b. Conhecer os aspectos operacionais da informática;
- c. Identificar os componentes do computador e seus periféricos, analisando seu funcionamento.

Habilidades

- a. Utilizar sistemas operacionais, ferramentas de edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações;
- b. Utilizar a internet/intranet e extranet de maneira produtiva e segura;
- c. Utilizar ferramentas utilitárias de segurança e de otimização;
- d. Habilidades em trabalhar em sistemas de gestão da informação, bem como aplicar metodologias computacionais que facilitem a gestão organizacional.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

História da Microinformática. - Evolução da arquitetura dos computadores - Processadores - Memórias – Periféricos; Conceitos e Características de Software - Classificação (livre x proprietário, básico x aplicativo, demo x free x shareware, etc). - Vírus x antivírus. Compactação de arquivos (zip, rar, tar, tar.gz, 7z, gzip, bzip); Sistemas Operacionais - Windows - Área de trabalho, botão iniciar, janelas, acessórios; - Conceito de arquivo, pastas e sistema de arquivos. Uso do windows explorer. – Linux; Uso básico de ferramentas de escritórios - Word, Excel, PowerPoint (Windows) - Writer, Calc, Impress (Linux); Utilização de Softwares - Compactadores de arquivos - Antivírus - Aplicativos da área de informática; Conceitos básicos sobre redes de computadores e Internet - Compartilhamento de arquivos e impressoras - Navegadores - Download - E- mail, FTP, torrent, redes sociais; Profissões e Mercado de trabalho. O perfil profissional desejado. Programas de Gestão e metodologias computacionais para gestão organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Ismael Souza. **Sistemas operacionais Windows**. Brasília, DF: NT Editora, 2014.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKABANE, Getúlio K. **Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação**: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PENUELAS

FERNANDEZ, Salvador. **Informática básica**. São Paulo: Makron Books, 2004.

BONI, Jan Van. **ITIL**: guia de referência. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da Computação**: uma visão abrangente. 7ª Ed., Porto Alegre, Bookman, 2004.

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

CORNACCHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. **Passo a passo Microsoft Office PowerPoint 2007**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

IDANKAS, Rodney. **Informática para concursos**. 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**: Administrando a empresa digital. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. **Gestão de Tecnologia da Informação**: Governança de Ti - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NORTON, P. **Introdução à Informática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books. 1997.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VELLOSO, Fernando de C. **Informática: conceitos básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
REDOFEM	Redação Oficial e Empresarial	I	40	48
EMENTA				
Características e produção, texto administrativo e a linguagem oficial aplicada na produção de documentos, correspondências oficiais e empresariais.				
OBJETIVO GERAL				
Levar o estudante a compreender a funcionalidade da redação oficial e empresarial, seu espaço de circulação e seus objetivos.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				

Competências

- a. Reconhecer as características e as particularidades da escrita oficial;
- b. Ter competências na produção de correspondências e documentos oficiais e empresariais, respeitadas as particularidades de cada um e a norma padrão culta da língua portuguesa;
- c. Retomar aspectos gramaticais relacionados à elaboração escrita de textos oficiais.

Habilidades

- a. Ler, compreender, produzir, reelaborar e realizar análise linguística em textos;
- b. Aplicar as mudanças decorrentes do novo acordo ortográfico da língua portuguesa;
- c. Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos e contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e da propagação de ideias e escolhas, tecnologias disponíveis).

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Características da nova redação oficial e empresarial; Pronomes de tratamento; Carta empresarial para os mais variados fins e carta oficial; Relatório; Mensagem eletrônica; Formulário; Ofício; Declaração; Editais; Ata; Certidão; Parecer administrativo; Portaria; Curriculum vitae; Requerimento; Técnicas de comunicação verbal; Produção textual; Novo acordo ortográfico da língua portuguesa; Compreensão e interpretação de textos; Impessoalidade; Revisão de tópicos da norma padrão, segundo as necessidades manifestas pelos estudantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa** – Atualizada pelo Novo

Acordo Ortográfico. Petrópolis: Lucerna, 2010.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência: linguagem & comunicação**. São Paulo: Atlas, 2002.

TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** 3. ed. rev. atual. e amp. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BUSUTH, M. F. **Redação técnica empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática** – Texto, Reflexão e uso. 5. ed. São Paulo: Atual, 2016.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLD, M. **Redação Empresarial**. São Paulo, Editora Pearson, 2010.

GRION, L. **Manual de redação para executivos**. São Paulo: Madras, 2002.

MORAES, F. F. **Manual prático de redação oficial** Vol. 2. Rio de Janeiro: LR, 2006.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SACCONI, L. A. **Nossa Gramática Completa: Teoria e Prática** – De acordo com a nova ortografia. São Paulo: Ed. Nova Geração Paradid. 2010.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
IECO	Introdução à Economia	I	40	48
EMENTA				
Fundamentos de economia: conceito, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais. Fluxos da atividade econômica. Noções de microeconomia: curva de demanda; curva de oferta, equilíbrio geral de mercado e estruturas de mercado. Noções de macroeconomia.				
OBJETIVO GERAL				
Capacitar os estudantes para compreender os principais aspectos da economia, bem como suas inter-relações e como estas afetam as organizações e os indivíduos.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				
<p>Competências</p> <p>a) Compreender a dinâmica do funcionamento da economia a partir da interação dos agentes econômicos.</p> <p>Habilidades</p> <p>a. Discutir e analisar, de forma simplificada, o impacto da interação econômica no âmbito empresarial, governamental e no cotidiano da sociedade;</p> <p>b. Propiciar uma visão crítica sobre a conjuntura e mudanças socioeconômicas no Brasil e no mundo.</p>				
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS				

NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA: Conceito de economia; organização econômica; conceito de micro e macroeconomia.

Os princípios de economia.

Evolução do pensamento econômico. Fluxo circular da renda simplificado.

NOÇÕES DE MICROECONOMIA:

Fronteira de Possibilidade de Produção (CPP).

Teoria do consumidor: conceitos básicos; determinante demanda; curvas de demanda. Teoria do produtor: conceitos básicos e análise da oferta de mercado; produção a curto prazo; produção a longo prazo; custos de produção; custos de oportunidade x custo contábil.

Teoria do equilíbrio geral.

Elasticidade: Conceito; elasticidade - preço da demanda; elasticidade - renda da demanda; elasticidade - preço da oferta.

Estruturas de mercado.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.
Externalidades.

Atuação do setor público na esfera microeconômica.

NOÇÕES DE MACROECONOMIA:

Produto, renda e despesa. Economia fechada com governo. Economia aberta com governo.

Economia aberta: comércio e balanço de pagamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. Tradução da 6.ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia**: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELLOS, M. S.; BENEVIDES, P. D. **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIAMBIAGI, F. et al (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **MICROECONOMIA**. 7. ed. São Paulo: Pearson

Education do Brasil, 2010.

MARIANO, J. **Manual de Introdução à Economia** – adaptado à realidade socioeconômica brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

GREGORY, M. **Princípios de microeconomia**. Tradução da 6.ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 7. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS-AULA
MEPA	Metodologia de Pesquisa em Administração	I	40	48
EMENTA				
Noção de Pesquisa Científica; Redação Técnica e Científica; Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão; Elaboração de relatórios, artigos científicos e exposição de resultados de pesquisas e práticas profissionais.				
OBJETIVO GERAL				
Conhecer e compreender as diferenças entre conhecimento geral e conhecimento elaborado e identificar os princípios de redação técnica e científica.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				
<p>Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender os principais conceitos e tipos de trabalho científicos; b. Conhecer os princípios da metodologia científica para elaboração de trabalhos de pesquisa, extensão, relatórios e artigos científicos; c. Compreender as normas da ABNT para execução de trabalhos científicos. <p>Habilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Identificar as diferentes metodologias de pesquisa e sua aplicabilidade; b. Elaborar projetos de pesquisa, extensão com embasamento dos princípios da pesquisa científica; c. Redigir relatórios técnicos com base nas normas da ABNT; d. Realizar pesquisas com embasamento na metodologia científica, conferido a veracidade das hipóteses construídas no projeto de pesquisa; e. Analisar e realizar discussão de dados obtidos. 				
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS				
<p>Pesquisa científica: noção de conhecimento e noções de pesquisa científica: métodos e tipos de pesquisa.</p> <p>Redação técnica e científica: regras gerais de organização e formatação textual; citações e referências.</p> <p>Estrutura de projetos de pesquisa e de extensão; concepção e elementos constituintes de projetos.</p> <p>Elaboração de relatórios. Elaboração de artigos científicos.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis. RJ. Vozes. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALYRIO, R. D. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/6448>. Acesso em: 9 abr. 2019.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico**. 18. ed. Porto Alegre: Dáctillo Plus, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica**. São Paulo: Atlas, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 9 abr. de 2019.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS-AULA
STRAB	Sociologia do Trabalho	I	40	48
EMENTA				
A categoria trabalho na perspectiva sociológica. Origem e desenvolvimento da sociologia do trabalho. Abordagens contemporâneas da organização do trabalho. Processos de trabalho na Amazônia. Novos temas da sociologia do trabalho.				
OBJETIVOS GERAIS				
Proporcionar aos estudantes elementos sociológicos que permitam a compreensão dos aspectos das dimensões e processos de trabalho na contemporaneidade.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				

Competências

- a. Entender a constituição histórica do campo da sociologia do trabalho;
- b. Conhecer diferentes abordagens sociológicas da categoria trabalho;
- c. Compreender mudanças na sociedade e no mundo do trabalho e suas implicações para o técnico em administração.

Habilidades

- a. Elaborar interpretações sobre as atuais dinâmicas e processos do trabalho;
- b. Relacionar e aplicar métodos e técnicas de estudo do mundo do trabalho para compreensão de arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Definições Básicas de Sociologia e Sociologia do Trabalho.

O trabalho enquanto essência humana e o enquanto mercadoria.

História do Trabalho e dos Sistemas de Produção

As relações de trabalho.

O Capital e a Desumanização do Trabalho.

Trabalho, produtividade, precarização e servidão contemporânea.

Processos de trabalho na Amazônia.

Outras formulações práticas de processos de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e Ideologia** 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, Unicamp, 2006

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BLASS, Leila. Trabalho: lugares e significados. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. IV, n. 2, p. 7-24, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15844/9068>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

LOURENÇO, Edvânia et alli. **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, FAPESP, 2010.

CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/200/284>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

MARK, Karl. Capítulo 1 – A mercadoria. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MÓDULO II

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS-AULA
CORG	Comportamento Organizacional	II	40	48
EMENTA				
Introdução ao Comportamento Organizacional. Indivíduos nas Organizações. Grupos e Equipes nas Organizações. Cultura e Clima Organizacional. Liderança e Motivação. Mudança e Desenvolvimento Organizacional. Poder, Conflito e Negociação. Diversidade nas Organizações.				
OBJETIVOS GERAIS				
Levar os estudantes à compreensão dos aspectos psicossociais dos indivíduos e das dimensões de sua atuação no contexto organizacional, identificando a formação de atitudes e mudanças de comportamento no ambiente organizacional, bem como dos processos de constituição e atuação de grupos e equipes de trabalho.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				

Competências

- d. Entender a constituição histórica do campo de estudo do Comportamento Organizacional;
- e. Compreender processos individuais, relações interpessoais e fundamentos da constituição de grupos e equipes em ambientes organizacionais;
- f. Entender os fundamentos e processos básicos do comportamento humano individual e coletivo nas organizações;
- g. Compreender mudanças na sociedade e nas organizações e suas implicações para o técnico em administração, reconhecendo o papel das formas de liderança e motivação na condução de grupos e equipes e no cultivo de valores e atitudes que contribuam ao desenvolvimento do ambiente organizacional;
- h. Conhecer, em perspectiva crítica e histórica, os significados de cultura e clima organizacionais e de poder, conflito e negociação, relacionando-os com as principais discussões acerca da diversidade nas empresas e com seus efeitos nos contextos organizacionais .

Habilidades

- c. Realizar diagnósticos sobre o comportamento humano no ambiente de trabalho;
- d. Relacionar e aplicar métodos e técnicas de melhoria das relações interpessoais e de valorização dos indivíduos no contexto organizacional;
- e. Propor e planejar ações afirmativas e procedimentos de gestão da diversidade nas organizações;
- f. Elaborar procedimentos de gestão da subjetividade e dos conflitos em ambientes organizacionais.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Aspectos históricos e conceituais do campo de estudo do Comportamento Organizacional.

O indivíduo na organização: compreensão pessoal e do outro; habilidades sociais profissionais.

Grupos e equipes nas organizações: caracterização, tipos e fases de desenvolvimento; relações afetivas nas organizações; formas de interação: cooperação versus competição; desenvolvimento de equipes eficazes.

Cultura organizacional: conceitos e definições; componentes e influências internas e externas.

Clima organizacional: conceitos e definições; tipos de clima organizacional; fatores que influenciam o clima organizacional.

Liderança: conceitos e definições; principais teorias da liderança; modelos de liderança; perfil do líder atual.

Motivação: conceitos e definições; modelos e técnicas de motivação. Estímulos e resistências à mudança e gestão da mudança organizacional.

Poder, conflito e negociação: poder e ideologia gerencial; mecanismos de poder nas organizações; conflito e negociação: caracterização e processos.

Diversidade nas organizações: estereótipo, preconceito e discriminação; relações étnico-raciais e o contexto organizacional; relações de gênero nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGAMINI, C.W. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARPILOVSKY, M. P. et al. **Liderança e motivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHANLAT, J-F. **Gestão Empresarial**: uma perspectiva antropológica. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. Vol. I. 2. ed. Organização Ofélia de Lanna Sette Torres. São Paulo: Atlas, 1993.

FIORELLI, J. O. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. **Teorias da personalidade**. 2. ed. Boston: Pearson Education, 2004

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. 1. ed. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

PAGÈS, M. et al. **O Poder das Organizações** – A dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas, 2008.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

VECCHIO, R. P. **Comportamento Organizacional**: conceitos básicos. Revisão técnica Ana Maria Limongi-França; Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WAGNER, J. A.; HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS-AULA
GEPEs	Gestão de Pessoas	II	40	48
EMENTA				

Evolução da Gestão de Pessoas. As organizações e as pessoas. Processos de gestão de pessoas. Relações trabalhistas. Ética nas relações de trabalho. Relações de gênero no trabalho. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao estudante conhecimento sobre o processo de evolução da Gestão de Pessoas, buscando o ajuste na relação indivíduo e organização a partir da compreensão das estratégias e dos aspectos técnicos utilizados para o gerenciamento humano nas organizações.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a) Proporcionar ao estudante conhecimento sobre o processo de evolução da Gestão de Pessoas, buscando o ajuste na relação indivíduo x organização a partir da compreensão das estratégias e dos aspectos técnicos utilizados para o gerenciamento humano nas organizações.

Habilidades

- a. Conhecer a história da Gestão de pessoas;
- b. Utilizar os conceitos de Gestão de Pessoas e seus processos;
- c. Analisar o processo evolutivo da Gestão de Pessoas;
- d. Identificar os fatores organizacionais que impactam a Gestão de Pessoas;
- e. Identificar problemas e desafios da área de Gestão de Pessoas;
- f. Saber analisar e utilizar a aplicação do modelo de gestão de pessoas nos processos de planejamento de força de trabalho, recrutamento e seleção de pessoas, capacitação e desenvolvimento profissional e gestão do desempenho.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Mudanças históricas e os novos papéis da gestão de pessoas. Conceitos.

A importância na interação entre as organizações e as pessoas.

Processos de gestão de pessoas: recrutamento, seleção de pessoal, contratação, integração e socialização e indicadores de rotatividade e absenteísmo. Análise e descrição de cargos, treinamento e desenvolvimento de pessoal. Gestão por competência. Ações de motivação, Programas de incentivos e remuneração de pessoas. Avaliação de desempenho: tipos e importância para a pessoa e para a organização.

Respeito as relações trabalhistas para o bom desempenho entre trabalhadores e empregadores.

Importância do comportamento ético nas relações de trabalho.

Importância das relações de gênero no ambiente de trabalho.

Higiene e segurança do trabalho: orientação sobre a importância da saúde, segurança e ações para a qualidade de vida no trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOHLANDER, G. W.; SNELL, S. **Administração de recursos humanos**. 3 ed. São Paulo: Cengage, 2014.

DUTRA, J. S.; DUTRA, T. A.; DUTRA, G. A. **Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros**. Ed. Atlas. 2016.

SCOFANO, A. H.; PACHECO, L. S.; BECKERT, M. C. P.; SOUZA, V. de. **Capacitação e Desenvolvimento de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, G. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAISSAL, R.; PASSOS, A. E. V. M.; MENDONÇA, M. da C. F. de; ALMEIDA, W. M. da C. de. **Atração e seleção de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2012.

LUZ, R. S. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2012.

MACÊDO, I. I. de; RODRIGUES, D. F.; JOHANN, M. E. P.; CUNHA, N. M. M. da. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS-AULA
MAFI	Introdução à Matemática Financeira	II	40	48

EMENTA

Sistema de capitalização simples e compostos. Sistemas de Amortizações. Séries de Pagamentos e Noções de Aplicações Financeiras.

OBJETIVO GERAL

Compreender os conceitos e a aplicabilidade da matemática financeira.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- Compreender os principais conceitos e técnicas da matemática financeira para utilizá-los no âmbito empresarial e no cotidiano das pessoas.

Habilidades

- Efetuar cálculos matemáticos de juros simples, juros compostos, capital, valor presente, valor futuro, descontos e capitalizações a fim de responder questões teóricas e resolver problemas práticos;
- Identificar as principais técnicas do cálculo financeiro no regime de juros simples e juros compostos

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Juros Simples: conceito de juros, capital, montante, taxa de juros nominal e efetiva, Capitalização Simples.

Desconto simples: racional e comercial.

Juros Compostos: taxas equivalentes e proporcionais. Capitalização Composta.

Equivalência de capitais.

Sistema de Amortização: Sistema Francês de Amortização (Tabela Price); Sistema de Amortização Constante (SAC). Sistema de Amortização Misto (SAM).

Séries de Pagamentos: noção de fluxo de caixa; séries de pagamentos iguais com termos vencidos; séries de pagamentos iguais com termos antecipados;

Noções de taxa real, taxa aparente e aplicações financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HAZZAN, S; POMPEO, J. N. **Matemática financeira** . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PUCCINI, A. L. **Matemática Financeira**: objetiva e aplicada. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VERAS, L. L. **Matemática financeira**: uso de calculadoras financeiras, aplicações no mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRESPO, A. A. **Matemática comercial e financeira fácil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática Financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000. BAUER, U. R. **Matemática financeira fundamental**. Ed. Atlas. SP 2003.

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARSHBARGER, R. J. **Matemática aplicada**: administração, economia, ciências sociais e biológicas. 7. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS - AULA
FUNDAP	Fundamentos de Administração Pública	II	40	48

EMENTA

Evolução da Administração Pública. Elementos fundamentais do Estado. Formas e Sistemas de Governo. Funções e Formas de Administração Pública. Reformas Administrativas no Brasil. Importância e limites de atuação da administração pública. Instrumentos de planejamento. Órgãos Fiscalizadores.

OBJETIVO GERAL
<ul style="list-style-type: none"> a. Compreender o Estado brasileiro e a importância da administração profissional na gestão dos serviços públicos; b. Conhecer o histórico da gestão pública; c. Preparar os estudantes para uma ação eficiente e ética na Administração Pública.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
<p>Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Conhecer os princípios básicos da administração pública; b. Compreender a atuação dos profissionais na gestão de pública. <p>Habilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender e aplicar os princípios da administração pública; b. Compreender a organização pública e seus órgãos.
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS
<p>Administração Pública: conceitos, princípios e evolução; Elementos fundamentais do Estado: Povo, Território e Governo; Formas de governo: Monarquia, República; Sistemas de governo: Parlamentarismo, Presidencialismo, Semipresidencialismo; Funções do estado: Legislativa, Executiva e Judiciária; Modelos de Administração pública: patrimonialista, burocrática e gerencial; Organização da administração pública: centralização e descentralização; Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA; Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; Órgãos Fiscalizadores: Poder Legislativo, Tribunais de Contas e Controladoria Geral da União.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>CHRISPINO, A. Introdução ao Estudo das Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2015.</p> <p>DIAS, R. Gestão Pública – Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>ZOGHBI, J. Eficiência na Gestão Pública. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2016.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>MAXIMIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão Pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>OLIVEIRA, R. Gestão Pública: Democracia e Eficiência. Rio de Janeiro: FGV, 2012.</p> <p>PEIXOTO, J. P. M. Governando o Governo: Modernização da Administração Pública.</p>

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
GEMARK	Gestão de Marketing	I	40	48

EMENTA

Histórico e conceitos básicos de marketing. Gestão estratégica de marketing.

Composto de marketing. Estudo do Ciclo de vida de produtos. Estudo do desenvolvimento de produtos e de serviços. Plano de marketing.

OBJETIVO GERAL

- a. Habilitar os estudantes à compreensão dos conceitos centrais do marketing e sua importância para as organizações e sociedade;
- b. Desenvolver nos discentes capacidades e habilidades que permitam identificar os diversos elementos estruturais do marketing e entender seu papel e funcionamento no ambiente das organizações;
- c. Capacitar os estudantes em técnicas de planejamento, organização e controle da função de marketing em organizações;
- d. Traçar quadro panorâmico da evolução do marketing e sua importância para as organizações;
- e. Analisar os principais elementos das teorias mercadológicas;
- f. Analisar as funções do marketing;
- g. Discutir os aspectos gerais das tendências em marketing.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Entender os conceitos fundamentais de Marketing;
- b. Conhecer as principais ferramentas de Marketing e sua utilização;
- c. Compreender a estruturação das atividades na área de administração de marketing;
- d. Assimilar as técnicas de administração de marketing para conhecer e familiarizar-se com o ambiente de marketing.

Habilidades

- a. Reconhecer a importância e funções do Marketing nas organizações;
- b. Interpretar, diagnosticar e desenvolver/adaptar novas práticas operacionais da administração de marketing;
- c. Desenvolver atividades de gerenciamento de marketing;
- d. Saber analisar e utilizar as principais ferramentas de Marketing;
- e. Fazer, demonstrar e justificar os componentes de um Plano de Marketing.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Contextualização histórica, evolução e conceitos básicos de Marketing.

Gestão estratégica de marketing: segmentação de mercado, análise da concorrência, estudo de mercado, comportamento do consumidor, diferenciação.

Estudo e desenvolvimento do composto de marketing – Mix de marketing: os P's de marketing.

Estudo do Ciclo de vida de produtos: introdução, crescimento, maturidade, declínio.

Matriz BCG.

Etapas para elaboração do plano de marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COBRA, M. H. N. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. Ed. Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDER, B. J.; TYBOUT, A. M. **Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTO, K. M. B. **Marketing sob medida**. Brasília: Editora Fortium, 2008.

CROCCO, Luciano et al. **Fundamentos de marketing**: conceitos básicos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIAS, S. R. (Coord.). **Gestão de marketing**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOOLEY, G. J.; PIERCY, N. F.; NICOLAUD, B. **Estratégia de marketing e posicionamento competitivo**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education, 2015.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0**. São Paulo: Actual, 2017.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.

TURCHI, S. R. **Estratégias de Marketing Digital E-commerce**. 1. Ed. Brasil: Atlas, 2012.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
INCO	Introdução à Contabilidade	II	40	48
EMENTA				
Conceito, objetivo e finalidade da Contabilidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultados. Métodos de escrituração. Demonstrações contábeis. Noções básicas de Contabilidade de Custos.				
OBJETIVO GERAL				
Compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para produzir informações, bem como compreender a estrutura das principais demonstrações financeiras.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				

Competências

- a) Possuir conhecimentos básicos do mecanismo contábil, suas práticas e seus fundamentos teóricos.

Habilidades

- a) Ser capaz de utilizar a contabilidade como ferramenta de gestão no processo de tomada de decisão nas organizações.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Contabilidade: conceito, objetivo, finalidade, objeto de estudo.

Estudo e representação gráfica do Patrimônio.

Contas patrimoniais e de resultados.

Métodos das partidas dobradas.

Principais demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial,

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Introdução à contabilidade de custos: natureza, importância, conceito, objetivos. Terminologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas,

2018. RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDICIBUS, S. de. **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, C. L. **Introdução À Contabilidade Com Abordagem Para Não Contadores** – 2. ed. 2015.

ALMEIDA, S. F.; ESPENSER, V. W. **Contabilidade com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. 3. ed. 2014. no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, J. M. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, C. S. **Introdução à gestão pública**. Saraiva, 2012.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
EMPRE	Empreendedorismo	III	40	48
EMENTA				
Empreendedorismo: conceitos, histórico e evolução. Empreendedor: Competências, características e habilidades. Empreendedorismo, inovação e o desenvolvimento regional. Identificação e avaliação de oportunidades de negócio. Modelo de negócios. Gestão de pequenos negócios. Plano de Negócio.				
OBJETIVO GERAL				
Apresentar ao estudante conceitos de empreendedorismo e propiciar a ênfase em ferramentas da gestão empreendedora para fomentar o surgimento de novos empreendimentos, necessários ao desenvolvimento regional.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				
<p>Competências</p> <ol style="list-style-type: none"> Obter conhecimentos empreendedores por meio de técnicas ativas para o gerenciamento de ferramentas à gestão de negócios, adquirindo competências para atuar nas diversas atividades empreendedoras e saber identificar oportunidades reais de negócios nas quais o comportamento empreendedor permita conhecer as chances da empresa se desenvolver com sucesso; Entender os procedimentos para abrir uma empresa e ter capacidade de avaliar se uma ideia de negócio é viável ou não; Saber quais são as habilidades que deverá desenvolver para se tornar um empreendedor. <p>Habilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> Realizar o diagnóstico organizacional, elaborar e executar um plano de negócios; Avaliar riscos, investimentos e possibilidades de negócios para fomentar o surgimento de novos empreendimentos, necessários ao desenvolvimento da região; Escrever, ouvir e captar informações no mercado, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe; Criar e gerenciar uma empresa em todas as suas áreas (marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, planejamento e controle); Ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ter ousadia, persistente, visionário, ter iniciativa, coragem e humildade. 				
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS				
<p>Abordagem histórica do empreendedorismo e do empreendedor. Competências, características e habilidades empreendedoras.</p> <p>O empreendedorismo e a inovação como impulsionadores do desenvolvimento regional.</p> <p>O processo de identificar e avaliar uma oportunidade de negócio. Modelo de negócios: objetivos e componentes.</p> <p>Gestão de pequenos negócios: a gestão empreendedora, suas implicações para as organizações e os desafios de gerenciar o próprio negócio.</p> <p>Plano de Negócio: etapas para elaboração do plano de negócio.</p>				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCIA, A. L. FASSA; JUSTINIANO, L. S. **Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Boreal, 2016.

HISRICH, R. D. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEGEN, R. J. **O empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

HASHIMOTO, M.; L., R. M. A.; ANDREASSI, T.; NASSIF, V. M. J. **Práticas de**

Empreendedorismo: casos e planos de negócios. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. – São Paulo: Atlas, 2014.

PORTO, G. S. **Gestão da Inovação e Empreendedorismo**. Editora Elsevier – Campus, 2013.

SARKAR, S. **Empreendedorismo e Inovação**. – 3ª Edição – Lisboa, Portugal: Escola Editora, 2014.

PORTUGAL, M. N. **Empreendedorismo**: gestão estratégica. Goiânia, GO: Escola Editora, 2016.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS - AULA
ESP	Inglês para Fins Específicos	III	40	48

EMENTA

Inglês instrumental com foco na leitura e na compreensão de textos escritos em língua inglesa. Desenvolvimento de competências e habilidades sociocomunicativas no uso da língua inglesa na área técnica objeto deste curso. Estratégias de leitura; aspectos morfológicos e gramaticais necessários à compreensão.

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento da compreensão de textos escritos em inglês, através da aplicação de estratégias de leitura e do estudo de estruturas de nível básico.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Reconhecer aspectos teóricos e práticos, referentes ao processo de leitura estratégica de textos escritos em língua estrangeira (inglês).

Habilidades

- a. Ler e compreender textos escritos, em língua inglesa, voltados ao contexto profissional da área técnica objeto deste curso.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Conscientização: o que é inglês instrumental.

Gêneros textuais.

Roteiro de leitura.

Objetivos de leitura e níveis de compreensão. Ativação do conhecimento prévio.

Cognatos e falsos cognatos. Palavras conhecidas.

Palavras repetidas. Pistas tipográficas. Predição.

Skimming. Scanning. Grupos nominais.

Inferência contextual. Referência pronominal. Marcadores discursivos. Tópicos gramaticais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês. Oxford: University Press, 2007.

HUTCHINSON, T., A. WATERS. **English for Specific Purposes** - a learning-centred approach. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARUM, G. **Inglês essencial para negócios**: uma ferramenta para aprimorar o inglês profissional. São Paulo: Saraiva, 2011.

DREY, R. F. et al. **Inglês**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental**: estratégias de leitura. Módulo 1. 3. ed. São Paulo: Heccus, 2019.

NUNAN, D. **Second Language Teaching & Learning**. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.

SOUZA, A. G. F. **Leitura em Língua Inglesa**: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
GESTRA	Gestão Estratégica	III	40	48

EMENTA

Estratégia no ambiente de negócios: conceitos e tipos de estratégia. Formulação e implementação de estratégia. Caracterização do negócio: missão; visão; objetivos; valores e crenças. Análise ambiental. Planejamento estratégico. Principais escolas do pensamento estratégico. Principais Ferramentas de Gestão Estratégica.

OBJETIVO GERAL

Conhecer fundamentos e práticas da Gestão Estratégica.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Entender o contexto de surgimento e desenvolvimento dos estudos de Gestão Estratégica;
- b. Compreender a importância da Gestão Estratégica para alcance de vantagens competitivas pelas organizações;
- c. Conhecer as etapas de elaboração de planejamento estratégico;
- d. Aprender metodologias de implantação de planejamento estratégico;
- e. Identificar e assimilar a discussão crítica acerca da Gestão Estratégica na contemporaneidade.

Habilidades

- a. Integrar planejamento estratégico ao pensamento estratégico;
- b. Realizar definições de negócios de forma criativa e criadora;
- c. Elaborar diagnósticos estratégicos por meio de análises dos ambientes interno e externo;
- d. Aplicar técnicas de cenários prospectivos;
- e. Formular planos de ações, implementando e desdobrando objetivos;
- f. Definir posicionamentos estratégicos;
- g. Gerenciar mudanças utilizando o passado como ativo estratégico.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Gestão Estratégica e suas diferentes abordagens. O que é estratégia e o processo de gestão estratégica. Visão histórica da gestão estratégica. Pensamento estratégico nas organizações.

Planejamento estratégico e gestão. Definição do negócio. Visão, missão e valores. Visão geral do processo de gestão estratégica. Vantagem competitiva. Estratégia intencional e estratégia realizada.

Etapas de um planejamento estratégico. Processo de diagnóstico estratégico. Avaliação do ambiente interno. Análise do ambiente externo. Técnicas de Cenários Prospectivos. Metodologias de implementação de um planejamento estratégico. Implementação e desdobramento dos objetivos. Formulação de planos de ação.

Gestão estratégica e sustentabilidade socioambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

SANTINI JUNIOR, N.; ALMEIDA, S. R. P. A. **Princípios e ferramentas da estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

TAVARES, M. C. **Gestão Estratégica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. I. R. **Manual do planejamento estratégico**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, E. A. **Gestão Estratégica**: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. **Planejamento Estratégico na Prática**. 2. ed. 22. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica** – Tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MINTZBERG H et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 33. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS - AULA
GESFOR	Gestão Financeira e Orçamentária	III	40	48
EMENTA				
Visão geral da administração financeira. Estrutura financeira da empresa. Estrutura de capital. Administração do capital de giro. Análise das demonstrações contábeis. Planejamento financeiro. Análise da receita e do custo. Formação do preço de vendas.				
OBJETIVO GERAL				
Proporcionar ao estudante condições para conhecer os fundamentos da gestão financeira e compreender a sua integração com outras áreas das organizações.				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				

Competências

- a. Conhecer fundamentos da gestão financeira, bem como, os instrumentos utilizados para obter informações que auxiliarão na tomada de decisão.

Habilidades

- a. Possuir capacidade de fazer análise de dados e extrair conclusões para tomada de decisões e estar apto a acompanhar as tendências e mudanças na área financeira.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

A função da administração financeira. Atividades básicas do administrador financeiro. Noções de estrutura de capital. Análise das principais demonstrações contábeis (BP, DRE). Introdução à administração do capital de giro: Análise do fluxo de caixa da empresa. Ciclo Operacional. Ciclo financeiro. Cálculo do custo do produto ou serviço. Cálculo do preço de venda. Margem de contribuição. Projeção de receitas. Ponto de equilíbrio. Tipos de empréstimos existentes no mercado financeiro. Elaboração de orçamento empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FORTUNA, E. **Mercado financeiro, produtos e serviços**. 21. ed. São Paulo: Qualitymark, 2017.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira** . 12. ed. São Paulo: Harbra, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W. **Administração Financeira** (português). 10. ed. Amgh Editora.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ASSAF, N.; ALEXANDRE, S.; CÉSAR A. T. **Administração do capital de giro**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, E. O. **Administração Financeira da pequena e média empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS - AULA
COOPAS	Cooperativismo e Associativismo	III	40	48
EMENTA				

Cooperativismo e associativismo: antecedentes históricos; evolução do pensamento cooperativo; o cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; Ramos de atuação das cooperativas Brasileiras; Cooperativismo autogestionário e solidário; Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, condomínios, OSCIP, fundação e sindicato; Etapas para fundação de cooperativas e associações.

OBJETIVO GERAL

Formar o profissional para atuar na constituição, desenvolvimento e gestão de cooperativas e associações, planejando e executando os processos cooperativos e associativos nas diversas áreas existentes.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Dominar os fundamentos teóricos dos processos cooperativos e associativos;
- b. Identificar as instituições reguladoras do cooperativismo no Brasil;
- c. Identificar os princípios do cooperativismo;
- d. Conhecer o processo de constituição e formação de uma cooperativa e associação, bem como sua estrutura administrativa.

Habilidades

- a. Formar e gerenciar os empreendimentos cooperativos e associativos, fundamentado nos princípios filosóficos do cooperativismo;
- b. Assessorar e coordenar os processos associativos e cooperativos.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Conceito de sociedade cooperativa; surgimento e evolução histórica do cooperativismo; o cooperativismo no Brasil; princípios do cooperativismo: princípios constitucionais; princípios e valores gerais; doutrina do cooperativismo; características das sociedades cooperativas; Classificação das cooperativas brasileiras, ramos de atuação estruturação e representação. Origem histórica das organizações associativas, sindicais e outras; Globalização e evolução do pensamento cooperativo, associativo e sindical; A teoria econômica da associação, cooperação/cooperativa, consórcios, sindicatos, representação, movimentos sociais; O desenvolvimento do cooperativismo no Brasil; O cooperativismo e o desenvolvimento local e regional; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro: Princípios, fundamentos e base legal do cooperativismo no Brasil, cenários e tendências. Cooperativismo autogestionário e solidário; Associativismo e Cooperativismo: Participação, gestão participativa e solidária; Diferenças entre microempresa, associação, cooperativa, condomínios, OSCIP, fundação e sindicato: aspectos legais, funcionais e de organização. Etapas para fundação e funcionamento de cooperativas e associações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JOCHEM, L.; RONKOSKI, J.; JOCHEM, V. **Cooperativismo**: uma abordagem histórico-filosófica. Curitiba: Viena, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, P. G. L. **Cooperativismo passo a passo**. Curitiba: Editora Juruá, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CEFAÏ, D. et al. (Org.). **Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CENZI, N. L. **Cooperativismo** : desde as origens do projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paze Terra, 2002.

GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: EDUSP, 2011.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 4. ed. São Paulo: Editora FGV, 2005.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

WICKERT, S. **Associativismo**. Porto alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
GESMA	Gestão de Materiais	III	40	48
EMENTA				
Histórico e objetivos da Gestão de Materiais. Fundamentos da Gestão de Materiais. O sistema de administração de material e seus subsistemas de normalização. Gestão e controle de estoque. Aquisição/compras e armazenamento/almoxarifado. Políticas de Estoques. Planejamento de Estoques. Inventário de estoques. Centro de Distribuições. Controle de Patrimônio e Inventário de Patrimônio. Processo logístico. Organização da logística de suprimentos.				
OBJETIVO GERAL				
Capacitar o estudante a identificar os métodos e técnicas de gestão de materiais, bem como compreender a sua relevância nas organizações.				

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária, em específico com pessoas surdas.
- b. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças.
- c. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

Habilidades

- a. Gerenciar eficientemente as atividades e funções de processamento de pedidos;
- b. Identificar condições de aquisição em processos de licitação e compras no setor público;
- c. Realizar especificações de materiais e gerenciar as etapas de processos de licitação e compras no setor público;
- d. Coordenar oferta e demanda e assessorar nos processos de produção e comercialização por meio da gestão e controle de estoque;
- e. Implementar e controlar fluxos diretos e reversos de bens, serviços e informações de ciclos de negócios ou ciclos produtivos mediante aplicação de métodos e técnicas de gestão logística.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Introdução à Gestão de Materiais nas organizações: conceitos e noções de Gestão de Materiais. O que é gestão de materiais. Visão logística da gestão de materiais. Desenvolvimento histórico da gestão de materiais. Objetivos e importância da gestão de materiais. A área funcional Produção nas organizações. Modelo de transformação. Características operacionais. Gestão e controle de estoque: aquisição/compras; armazenamento/almoarifado; e distribuição. Funções do sistema de estocagem. Alternativas de estocagem. Manuseio de materiais. Custos e taxas do sistema de estocagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: planejamento, organização e logística. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VIANA, J. J. **Administração de Materiais**. Um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. São Paulo: Saraiva 2009.

ALVARENGA, A. C.; NOVAES, A. G. N. **Logística Aplicada**: suprimento e distribuição física. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2000.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOWERSOX, D. J. et. al. **Logística empresarial**: da cadeia de suprimento. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GURGEL, F. A. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PAOLESCHI, B. **Estoques e Armazenagem**. São Paulo: Erica, 2014.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANKE, P. F. **Logística para micro e pequenas empresas**. São Paulo Atlas 2011.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
GEPRO	Gestão de Processos	III	40	48
EMENTA				
<p>Conceitos básicos da gestão de processos. Principais processos organizacionais. Gerência de processos. Técnicas de gestão de processos. Modelagem de Processos. Método de avaliação de processos. Otimização de Processos. Estrutura organizacional. Gráficos organizacionais.</p>				
OBJETIVO GERAL				
<p>Desenvolver o pensamento sistêmico para a análise, avaliação e redesenho de processos e estruturas organizacionais.</p>				
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES				
<p>Competências</p> <p>a. Propiciar aos estudantes conhecimentos básicos de processos administrativos e controle de sistema, no intuito de gerar maior eficiência e competitividade organizacional.</p> <p>Habilidades</p> <p>a. Utilizar os conceitos de Gestão de Processos; b. Identificar as diferentes estruturas organizacionais; c. Saber utilizar os controles estatísticos de processos; d. Construir procedimentos e técnicas de intervenção que beneficiem o ambiente organizacional.</p>				
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS				

Evolução, natureza e finalidade dos métodos e processos administrativos. Conceito de processos. Tipos de Processos. Ferramentas para o mapeamento de processos. Os diversos tipos de estruturas organizacionais. Tipos de autoridade. Gráficos organizacionais (organograma, fluxograma e cronograma). Manuais administrativos e formulários. Distribuição e processamento do Trabalho. Indicadores de Desempenho Organizacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES FILHO, B. de F. **Processos Organizacionais: simplificação e racionalização**. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAUJO, L. C. G. de.; GARCIA, A. A.; MARTINES, S. **Gestão de Processos:**

melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE SORDI, J. O. **Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Administração de Processos: Conceitos, Metodologia, Práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, S. B. de. **Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação**. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2012.

OLIVEIRA, S. B. de. **Análise e Melhoria de Processos de Negócios**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, A. V., MOTA, E. B.; JUNIOR, I. M.; QUINTELLA, O. M. **Gestão da qualidade e processos**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	MÓDULO	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
TARQ	Técnicas de Arquivo	III	40	48

EMENTA

Arquivo, arquivística e gestão de documentos: histórico dos arquivos e conceitos básicos de arquivologia. Classificação dos documentos. Ciclo de vida dos documentos. Tabela de temporalidade. Tipos de arquivo e materiais de consumo em arquivística.

Métodos de arquivamento básicos e padronizados. Gestão eletrônica de Documentos – GED.

OBJETIVO GERAL

Apreender técnicas de arquivo para auxiliar nas tarefas administrativas e distinguir as documentações.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências

- a. Reconhecer os diversos tipos de arquivos;
- b. Saber aplicar a legislação de arquivos públicos e privados de acordo com a instituição;
- c. Conhecer o caminho que os documentos fazem dentro dos arquivos correntes e intermediários.

Habilidades

- a. Saber classificar os documentos no protocolo;
- b. Identificar a valoração dos documentos e em qual fase deve ser arquivado;
- c. Realizar o arquivamento de acordo com o melhor método de arquivamento.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Documentação: Conceito, Importância e Natureza; Arquivo: Conceito, definição e história. Conceito, definição e história. A importância do arquivo na empresa. Arquivos públicos e privados. Tipos de arquivos. Classificação dos arquivos: correntes, intermediários e permanentes. Tabela de temporalidade. A importância da organização de arquivos. Organização dos arquivos; Sistema de recebimento, expedição e acompanhamento de documentos; Protocolo. Rotinas do sistema de protocolo. Expedição. Rotinas do sistema de expedição de informações. Sistema de recebimento, expedição e acompanhamento de documentos; Tipos de arquivo e materiais de consumo em arquivística; Sistemas e Métodos de Arquivamento. Sistema de arquivamento nas empresas. Sistema de arquivamento em órgãos públicos. Método alfabeto de arquivamento: Método específico ou por assunto. Método geográfico. Método mnemônico. Método variadex. Método numérico de arquivamento: Método simples. Método dúplice. Método alfanumérico de arquivamento; Gestão eletrônica de Documentos – GED; Legislação arquivística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. **Manual da secretária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: Princípios e Técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTRO, A. M.; CASTRO, A. M.. **Arquivos: físicos e digitais**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BARTALO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

LOPES, A. M. N. et. al. **Restauração e conservação de documentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 1998.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	HORAS -AULA
LBS	Língua Brasileira de Sinais	40	48
EMENTA			
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer o vocabulário da gramática da Libras nos diversos aspectos que envolvem o contexto da identidade surda.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária, em específico com pessoas surdas. b. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças. c. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira. <p>Habilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Reconhecer a trajetória histórica da educação de pessoas com surdez no Brasil e no mundo, e a luta desses sujeitos pela inclusão social. b. Desmistificar ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. c. Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, contribuindo para a inclusão da pessoa com surdez. d. Interagir com a comunidade surda brasileira. e. Utilizar a Libras em contextos diversos. f. Estabelecer a comparação entre Libras e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças. g. Estabelecer de forma básica a comunicação com as pessoas com surdez. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

1. Noções básicas de deficiência auditiva/surdez

2. Historicidade da Linguagem de Sinais

1. Breve história das pessoas com deficiência auditiva-surdez no mundo e no Brasil
2. Breve história das línguas de sinais;
3. Língua, linguagem, sinais e gestos
4. A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas.

3. Legislação específica:

3.1 Lei nº 10.436, de 24/04/2002;

3.2 Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

4. Introdução a Libras:

1. Parâmetros da Libras: configurações de mão, ponto de articulação/localização, movimento, orientação/direcionalidade da mão, expressões;
2. Características da língua, seu uso e variações regionais;
3. Alfabeto da Libras, Saudação, Identificação Pessoal: nome, sinal; Pronomes Pessoais, Meses, Números, Família; Material Escolar, Cores; Sentimentos; Verbos; Profissões;

5. Prática introdutória em Libras

1. Diálogo e conversação básica;

Expressão viso-espacial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos**: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**.
_____. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br
_____. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC:
www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010

COUTINHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015.

_____. **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015.

8.4. FORMA DE OFERTA

O campus fica obrigado a ofertar o componente curricular de Libras na modalidade de Educação a Distância (EAD), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado, preferencialmente nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

A carga horária destinada à oferta deste componente curricular optativo será de 40 horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverão ser registrados no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta/vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula e componente optativo, serão regidos em edital próprio a ser publicado pelo Campus.

8.5. PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Visando significativamente à ação profissional e relacionando o currículo aos fundamentos científicos e tecnológicos do curso, com a pesquisa, a extensão e a inovação atuando como princípio pedagógico, cada módulo deverá contemplar práticas interdisciplinares que articularão componentes curriculares do módulo, buscando efetivar ações interdisciplinares e o planejamento integrado entre os elementos do currículo, com concorrência de docentes e equipe técnico-pedagógica em sua realização.

A realização dessas práticas advém da necessidade de garantir a integração de conhecimentos entre as disciplinas do curso, colocando em diálogo, conhecimentos, competências e habilidades adquiridas nos processos de formação e permitindo articular de forma horizontal o conhecimento, além de possibilitar a constituição de espaços de discussão e entrelaçamento entre as disciplinas.

Desse modo, as práticas interdisciplinares buscam assegurar a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, e superar a fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

As atividades interdisciplinares serão desenvolvidas no decorrer do curso por meio de projetos integradores e outras atividades curriculares que poderão ser desenvolvidas por mais de um componente curricular de cada módulo, possibilitando ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconizam os Artigos 5º e 16º da Organização Didática (IFRR, 2018) e o PDI 2019-2023 (IFRR, 2019), que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Os módulos do Curso Técnico em Administração Concomitante estão organizados com o intuito de estruturar a unidade das competências relacionadas à habilitação, o que resultará na necessidade de desenvolvimento de um trabalho articulado entre todos os discentes do módulo, no sentido de desenvolver diversas atividades coordenadas e voltadas para um único objetivo.

Os projetos integradores serão propostos nas reuniões de planejamento com participação dos docentes do curso e da equipe técnico-pedagógica, de forma que representem a relação entre teoria e prática, e serão previstos pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares, com articulação de, no mínimo, duas disciplinas.

A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como projetos de pesquisa, projetos de inovação, projetos de extensão ou projetos de ensino integrados. Os projetos deverão ser entregues junto com os Planos de Ensino de cada docente participante, obedecendo a prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, com indicação da distribuição das horas para cada disciplina.

As atividades correspondentes aos projetos integradores ocorrerão ao longo do módulo, orientadas pelos docentes titulares das disciplinas envolvidas.

8.6. TERMINALIDADES INTERMEDIÁRIAS

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante não prevê terminalidades intermediárias.

8.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante não prevê Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista que as práticas profissionais integradas e atividades interdisciplinares a serem desenvolvidas no decorrer do curso têm por finalidade difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que incentivam à produção local e sua comercialização, levando-se em consideração os contextos econômicos, culturais e sociais nos quais os discentes e a comunidade encontram-se inseridos.

8.8. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Perfil Profissional do Curso Técnico em Administração Concomitante, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias pedagógicas. Entre elas:

- I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- II. Aula prática;
- III. Estudo de caso;
- IV. Resumos;
- V. Estudo dirigido;
- VI. Lista de discussão por meios informatizados;
- VII. Filmes;
- VIII. Uso de tecnologias de informática;
- IX. Solução de problemas;
- X. Resolução de exercícios;
- XI. Grupo de Trabalho (GT)/Seminário;
- XII. Dramatização;

- XIII. Seminário;
- XIV. Discussões e debates;
- XV. Pesquisa direcionada;
- XVI. Visitas técnicas;
- XVII. Dinâmica em grupo;
- XVIII. Projeto de extensão;
- XIX. Projeto integrador.

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I - Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a. Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b. Simulações de situações-problema;
- c. Estudos de caso;
- d. Investigação sobre atividades profissionais;
- e. Seminários;
- f. Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g. Visitas técnicas;
- h. Outras.

II - Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á

transversalmente ao longo do curso, este curso não prevê realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução n.º 418 – Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução n.º 292 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017, e Organização Didática em vigor.

11. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DIEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DIEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- a. no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- b. na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- c. no combate à retenção e à evasão;
- d. no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- e. no suporte ao planejamento docente; e
- f. no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

12. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e/ou assíncronas, como ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), redes sociais e suas respectivas ferramentas, as quais, quando previstas e/ou implantadas no processo de ensino-aprendizagem, devem permitir a execução do PPC e a garantia da acessibilidade e de seu domínio.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TIC em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do *Campus*, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três)

computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

13. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Em conformidade com o que estabelece a Resolução n.º CNE/CP Nº 1/2021, este Curso Técnico em Administração Concomitante orienta-se pelo princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino- aprendizagem e assume o trabalho como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base de sua abordagem metodológica, a qual se orienta à flexibilidade e desenvolvimento de ações integradoras que visam à interdisciplinaridade e viabilizam a formação do cidadão em sua totalidade.

Tais ações integradoras orientam-se pelo princípio da transdisciplinaridade e da transversalidade entre os conteúdos de ensino, que, por meio de um eixo integrador, estabelecem o ponto de convergência entre os componentes curriculares e articula os conhecimentos construídos no módulo letivo.

Nesse sentido, em cada módulo deverão ser realizados Projetos Integradores (PI) com objetivo de fazer a articulação entre os componentes curriculares, de tal maneira que permita ao estudante perceber a complementação mútua entre os componentes do curso; possibilitar a maior mobilidade dos conhecimentos interdisciplinares; e permitir aos estudantes a percepção da profissão a partir da realização de atividades socialmente referenciadas.

Considerando o anteriormente exposto, pretende-se que a realização/desenvolvimento da prática como PI defina o eixo condutor pelo conjunto de componentes curriculares de cada módulo, garantindo a contextualização com a proposta curricular do módulo e do curso; a inter-relação entre conteúdos; a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico e a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante ações concretas.

Dessa forma, os módulos do curso estão organizados com o intuito de estruturar a unidade de competência relacionada à habilitação, o que resultará na necessidade de desenvolvimento de um trabalho articulado entre todos os docentes do módulo, e também os que ministraram componentes em módulos anteriores, no sentido de desenvolver diversas atividades coordenadas e voltadas para um único objetivo. As atividades poderão ser realizadas por meio de visitas técnicas, pesquisas, organização de eventos específicos, seminários etc.

Os Projetos Integradores serão propostos nas reuniões de planejamento de forma que representem a relação entre teoria e prática com ações integradoras que viabilizam a formação cidadã em sua totalidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão. A cada módulo letivo serão designados o(s) professor(es)- coordenador(es) do projeto integrador, o(s) qual(is) ficará(ao) responsável(is) por coordenar, organizar e direcionar as atividades propostas pelos docentes do módulo vigente e, eventualmente, por docentes de módulos anteriores, possibilitando a execução de projetos inter e intra módulos de forma integrada, contextualizada e inter-relacionando os saberes apreendidos.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

14. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DIEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2018). Sua constituição é composta por, além do seu presidente, todos os docentes da turma em análise, no período letivo em questão; representantes dos estudantes; o Coordenador de Curso; um representante da equipe técnico-pedagógica; e um representante da equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DIEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- I. Toda a turma de estudantes;
- II. Com determinado grupo de estudantes; ou
- III. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- I. Levantar as dificuldades da turma com relação à aprendizagem, ao relacionamento docente e estudantes, ao relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- II. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- III. Despertar nos docentes e nos estudantes o hábito de reflexão, de análise e de autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- IV. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- V. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação educacional constitui-se em instrumento de análise que permite verificar a proposta político-educacional do IFRR. O processo deverá ser dinâmico, amplo, qualificando e subsidiando o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências no sentido da construção dos resultados que se deseja.

Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem tem como parâmetro os princípios do projeto político-pedagógico institucional, tais como, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFRR e o perfil de conclusão do Curso.

Em atendimento à Organização Didática do IFRR, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem inclui, em um sistema polidimensional de avaliação, os seguintes aspectos:

- a. Avaliação da aprendizagem do estudante;
- b. Avaliação das estratégias pedagógicas; e
- c. Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

15.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE

A avaliação e a recuperação da aprendizagem obedecerão às normas estabelecidas na legislação vigente e na Organização Didática do IFRR. O processo da avaliação, incluindo o planejamento de Atividades de Recuperação da Aprendizagem, reforço escolar, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas propostas em conformidade com a Organização Didática, será planejado e executado pelos docentes e permanentemente acompanhado pelos Coordenadores de Cursos e profissionais técnico-pedagógicos.

A avaliação da aprendizagem analisa os conhecimentos dos discentes nas áreas cognitiva e afetivo-social, favorecendo a compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades que estão encontrando para atingir os objetivos do Curso, nos componentes curriculares e nas atividades que estão participando.

A avaliação do trabalho do estudante é um processo contínuo e formativo com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, que possibilitará verificar:

- I. a adequação do currículo ou necessidade de sua reformulação, tendo em vista as necessidades sociais, os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura;
- II. a validade dos recursos didáticos adotados;
- III. a necessidade de serem adotadas medidas de recuperação; e
- IV. o ajustamento psicossocial do estudante.

A avaliação permitirá ao docente identificar os progressos e as dificuldades dos discentes e, para continuidade do processo, a partir do resultado avaliativo, abordar as necessárias mudanças, a fim de se obter aprendizagens significativas.

O desenvolvimento e a aprendizagem do discente serão avaliados de maneira contínua, dinâmica e processual, tomando-se como referência a aquisição de habilidades/competências curriculares trabalhadas, e a prática de aspectos atitudinais, que corroboram com a formação geral do estudante.

Quando mais de 50% (cinquenta por cento) da turma não conseguir adquirir a competência com nota acima de 70% (setenta por cento) do valor do componente curricular, o docente deve revisar o trabalho e rever a metodologia utilizada. Persistindo a dificuldade, o próprio docente deve marcar horários extras, por mais uma semana, a serem combinados com a turma, para estudos relativos à(s) competência(s) com baixo rendimento, até que uma reavaliação comprove resultado percentual superior.

A avaliação da aprendizagem do curso é expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se uma casa decimal. A média do componente curricular no módulo (MM) consistirá na média aritmética resultante da soma das avaliações, Avaliação 1 (AV1) e Avaliação 2 (AV2).

$$MM = \frac{AV1 + AV2}{2}$$

2

A composição de cada Avaliação (AV1 e AV2) deve ser constituída de 1 (um) a 4 (quatro) elementos avaliativos diferentes entre si. A soma dos elementos avaliativos no componente curricular por módulo não deverá ultrapassar 5 (cinco) instrumentos. Os elementos avaliativos estão indicados na Organização Didática do IFRR, assim como os aspectos que deverão ser considerados no processo de avaliação da aprendizagem do estudante.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular. As datas das avaliações ficarão a critério do docente, exceto o período de Exame Final, que é estipulado no Calendário Acadêmico.

Será considerado aprovado por média o estudante que obtiver nos componentes curriculares nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo cursado, sendo registrada no Diário de Classe e no Sistema de Registro de Notas a situação de aprovado.

Será considerado reprovado por nota, no componente curricular, o estudante que obtiver média menor que 4,0 (quatro) e, por frequência, quando esta for menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo cursado.

Ao término do módulo, haverá um Exame Final (EF) destinado aos estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). No entanto, somente será submetido ao Exame Final o estudante cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

A Nota Final do estudante que realizar Exame Final será a média aritmética da nota obtida no módulo e a nota do Exame Final, que deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco). O estudante estará reprovado se a Nota Final (NF) for inferior a 5,0 (cinco). Se, por falta de comparecimento do estudante, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será atribuída nota 0,0 (zero).

O estudante poderá ser promovido, na situação de Dependência, para o módulo seguinte – se reprovado após Exame Final – em até 2 (dois) componentes curriculares. Poderão ser criadas turmas especiais para dependência, a critério da Coordenação de Curso e com base na necessidade. Havendo disponibilidade de vaga, o estudante poderá cursar a dependência em outro turno ou em componentes curriculares correlatos de cursos afins, quando aprovado por Conselho de Classe.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas Habilidades deve ser adaptada às suas Necessidades Educacionais Específicas.

A avaliação, a recuperação da aprendizagem e a verificação de aprendizagem em segunda chamada obedecerão às normas estabelecidas na legislação vigente e na Organização Didática do IFRR.

Ao final de cada módulo, os docentes deverão entregar à respectiva Coordenação de Curso o diário de classe devidamente preenchido, o relatório de notas, de faltas e de conteúdos ministrados, sem rasuras e/ou manchas de corretivo, depois de digitado no Sistema de Registro de Notas, conforme prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Além das orientações apresentadas no referido documento, as avaliações realizadas no presente curso atendem às orientações relacionadas ao processo avaliativo dos estudantes surdos, em razão de sua especificidade linguística. O Decreto nº 5.626/2005, em seu artigo 14, dispõe sobre a obrigatoriedade de garantir às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização.

Além disso, menciona que as instituições federais de ensino devem

[...]

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (BRASIL, 2005, s.p).

Desse modo, a avaliação da aprendizagem neste curso seguirá os preceitos legais, sendo processual e fornecendo subsídios para replanejar as atividades pedagógicas e as estratégias de ensino, possibilitando o acompanhamento dos avanços e transformando os limites e as dificuldades em

desafios. Propõe-se, assim, uma avaliação que siga os princípios gerais no que diz respeito à avaliação da aprendizagem já apresentados.

Para evidenciar as potencialidades dos estudantes surdos, a avaliação será viabilizada por instrumentos construídos ao longo do curso e compatíveis com as competências e habilidades referentes ao projeto, sendo feita em cada componente curricular e considerando os objetivos propostos no plano de ensino. A avaliação dos objetivos e conteúdos exige novos procedimentos de discentes e docentes, assim como planejamento de situações e elaboração de instrumentos caracterizados pela interdisciplinaridade e contextualização de conhecimentos, ocorrendo durante o processo e acompanhando o desenvolvimento do estudante na obtenção das competências requeridas no exercício de sua profissão.

Ademais, após avaliação diagnóstica, os estudantes surdos poderão ser encaminhados para atividades em horário extraclasse que visem o aperfeiçoamento da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda língua.

Demais aplicações da sistematização do processo avaliativo constam na Organização Didática do IFRR.

15.2. AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO

A avaliação, sendo dinâmica, continuada e cumulativa, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de desenvolvimento do estudante na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo. Para isso, diferentes instrumentos de avaliação devem ser utilizados para estimular o estudante à pesquisa, reflexão, iniciativa, criatividade, laboralidade e cidadania.

A avaliação das estratégias pedagógicas parte da avaliação do planejamento de Ensino que deve considerar objetivos educacionais e estratégias didático-pedagógicas que garantam acessibilidade de todos os estudantes.

Nesse sentido, a avaliação das estratégias pedagógicas se dá através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- I. prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- II. inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- III. manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- IV. utilização funcional do conhecimento;
- V. estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na avaliação;
- VI. explicitação dos critérios de avaliação para o discente;
- VII. estímulo ao desenvolvimento da atitude de auto avaliação por parte do estudante;
- VIII. correção de erros sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e
- IX. relevância conferida às aptidões do estudante, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

15.3. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E DO CURRÍCULO

A avaliação da proposta do PPC, assim como a avaliação do currículo, é entendida como um instrumento que, no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade, evidencia a necessidade de reformulações, adequações e melhorias na articulação de conhecimentos teóricos e práticos para a construção de competências e habilidades do objeto de estudo, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

Os procedimentos para a realização dessa avaliação podem ser:

- I. em reunião do Conselho de Classe – com pauta previamente definida e com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe de acompanhamento do Curso;
- II. na avaliação do curso feita pelos estudantes no final de cada módulo – avaliação institucional;
- III. aplicação de questionário ou realização de roda de conversa organizada para tal finalidade, com estudantes do Curso; e
- IV. em reunião pedagógica, convocada pela Direção Geral, Departamento de Ensino e/ou pelo Setor Pedagógico – com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe técnico-pedagógica do Curso.

15.4. AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Conforme a Organização Didática do IFRR, e de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular, o docente deve assegurar em seu planejamento de ensino a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade.

Por sua vez, a avaliação dessas atividades visa melhorar os serviços prestados para o atendimento ao estudante com vistas à promoção de estratégias que visem à permanência e êxito escolar do corpo discente. A avaliação do atendimento ao estudante pode ser realizada:

- I. em reunião do Conselho de Classe, com pauta previamente definida e com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe técnico pedagógica do curso;
- II. na avaliação do curso feita pelos estudantes no final de cada módulo – avaliação institucional;
- III. aplicação de questionário ou realização de roda de conversa organizada para tal finalidade, com estudantes do curso; e
- IV. em reunião pedagógica, convocada pela DIEPEI, Coordenação de Curso e/ou pelo Setor Pedagógico, com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe que acompanha o Curso.

Para a realização dessa avaliação, estudantes, equipe de acompanhamento do curso e docentes devem conhecer os itens a serem avaliados, sendo eles:

- programas de atendimento ao estudante seguindo as atividades de: apoio psicopedagógico, apoio extraclasse, assistência estudantil, nivelamento, monitoria, aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, pesquisa, extensão e outros;
- meios e estratégias utilizadas para a permanência do estudante;
- ações de mobilidade acadêmica, conforme regulamentos IFRR.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As competências anteriormente desenvolvidas pelos estudantes, que estão relacionadas com o perfil de conclusão do Curso, serão aproveitadas nos termos da legislação vigente e da Organização Didática do IFRR, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico do *Campus*. Os critérios para o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores baseiam-se nas situações previstas na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 e referem-se a:

- I. em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;
- II. em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

- III. em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e
- IV. por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

O aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior, poderá incidir no

O aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior, poderá incidir no APROVEITAMENTO:

- I. total de estudos, quando atender a todos os critérios requeridos na Organização Didática do IFRR;
- II. parcial de estudos, devendo o estudante se submeter à adaptação curricular por complementação de estudos, quando a carga horária for igual ou superior, mas os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente inferiores à ementa de ensino do componente curricular requerido;
- III. parcial de estudos, devendo o estudante ser submetido ao processo de adaptação curricular por complementação de carga horária, quando os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente iguais ou superiores, mas a carga horária for inferior a 75% do total previsto para o componente curricular.

O aproveitamento de estudos realizados em cursos livres deve ocorrer por meio de uma avaliação elaborada com base nos conteúdos, competências e habilidades objeto de estudos no componente curricular correspondente.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2019-2023 (IFRR, 2019), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá, de acordo com o Art. 196, § 2º da Organização Didática, a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *Campus*, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do *Campus*, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DIEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *Campus*, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DIEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com o que estabelece a Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o acompanhamento e a realização da avaliação institucional são de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR e, no âmbito dos *campi*, da Comissão Setorial de Avaliação (CSA). Essas instâncias serão responsáveis pela condução dos processos de avaliação interna, da devolutiva, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e serão constituídas para períodos bianuais de atuação mediante processo de escolha regido por edital e levando em consideração a participação dos docentes, dos técnico-administrativos, dos gestores, dos estudantes e da comunidade externa, conforme exposto na Resolução n.º 293 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017.

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVA

O quadro de servidores docentes é composto por 15 (quinze) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de processo de seleção pública simplificada, por edital, e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

QUADRO 2 Perfil profissional de pessoal docente

NOME	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Claudete Correa dos Santos	Administração	Mestrado em Administração; Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; Bacharel em Administração	40 DE
Ana Claudia Luiz Borges Barros	Letras - espanhol	Mestre em letras; Licenciada em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia de Boa Vista.	40 DE
Daiane Machado Sá	Economia	Especialista em Docência no Ensino Superior; Bacharela em Ciências Econômicas	40 DE
Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia	Mestra em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia; Bacharela em Agronomia	40 DE
Jéssica Carolina Favarsani	Agronomia	Mestra em Ciência do Solo; Bacharela em Engenharia Agrônômica	40 DE

Karla Cristina Damasceno de Oliveira	Turismo	Doutora e Mestra em Museologia e Patrimônio; Especialista em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo; Bacharela em Turismo e em Ciências Contábeis	40 DE
Igor Gomes de Meneses Cruz	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Mestre em Ciência da Computação, na área de Sistemas de Informação e Banco de Dados Graduado em Ciência da Computação.	40 DE
Lysne Nozenir de Lima Lira	Pedagogia	Mestre em Educação Graduada em Pedagogia e Licenciatura em História.	40 DE
Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Mestre em Administração; Bacharel em Administração MBA em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	40 DE
Moacir Augusto de Souza	Educação Física	Mestre em Educação Superior; Licenciado em educação física; Especialista em Ciência Morfológicas; Especialista em Comércio Exterior.	40 DE
Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Mestre em Agronomia; Especialista em Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto; Bacharel em Agronomia	40 DE
Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças; Bacharela em Ciências Contábeis; Técnica em Secretariado	40 DE
Rogério Pinto de Sousa	Letras - Inglês	Licenciado em Letras - Inglês	40 DE
Severino Manuel da Silva	Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Mestre em Ciência Animal; Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico; Bacharel em Ciências Agrárias, em Zootecnia e em Agronomia; Técnico em Edificações	40 DE
Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Mestre em Gerenciamento de Projetos; Bacharel em Administração com Ênfase em Comércio Exterior.	40 DE

O quadro de servidores administrativos do Campus é composto por 10 (dez) servidores, distribuídos entre os cargos de nível médio e superior.

QUADRO 3 Perfil profissional de pessoal técnico-administrativo

NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	40 h
Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais	40 h
Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno	40 h
Paulo César Sampaio da Silva	Assistente Administrativo	40 h
Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública	40 h
Charles da Silva Soares Junior	Assistente Administrativo	40 h
Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista	40 h

QUADRO 4 Perfil profissional de pessoal técnico-pedagógico

NOME	CARGO	REGIME DE TRABALHO
Maria Eliana Lima dos Santos	Pedagoga	40 h
Fernando Silva e Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h
Holtton Bruno Schuertz Alves	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

20.1. INSTALAÇÕES

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Administração Concomitante com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos alunos, as instalações do *Campus* estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 5 e 6 a seguir.

QUADRO 5 - Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

Ambiente	Composição
	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância

Ambiente Administrativo	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
Ambiente Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

QUADRO 6 Equipamentos disponíveis para o curso

Discriminação	Quantidade
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetos Multimídia	5
Televisão	5

20.2. BIBLIOTECA

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo.

O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

21. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2019 a 2023 (PDI IFRR 2019-2023).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *Campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *Campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 13 Orientações Metodológicas.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componentecurricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *Campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Administração Concomitante, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

22. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

22.1. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Sua efetivação, no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante, tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social e, suas atividades estão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, do

Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

22.2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Conforme a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

Desse modo, a Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Administração Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução n.º 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

22.3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política –, e objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental e na manutenção, em longo prazo, dessas condições, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Administração Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental.

22.4. POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Conforme estabelece o Art.6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), o PDI 2019-2023 (IFRR, 2019) e a Organização Didática (IFRR, 2018), será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Administração Concomitante do CAB o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD).

Esse tratamento diferenciado inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;
- VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *Campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o *Campus* pretende implantar um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o qual é, conforme a Resolução n.º 429 – Conselho Superior, de 6 de fevereiro de 2019, constituído como um grupo de trabalho e estudo permanente, e que estará vinculado à DIEPEI.

Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, o NAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

23. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Conforme estabelece a Resolução CNE-CEB 03/2018, os diplomas de Técnico de Nível Médio correspondentes aos cursos realizados terão validade para fins de habilitação profissional. A Diplomação na Educação Profissional Técnica, forma de oferta Concomitante, se realizará somente após o cumprimento e aprovação em todos os componentes da matriz curricular estabelecida neste projeto. Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o curso, será conferido ao

estudante o diploma de Técnico em Administração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Tecnológica.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 1, de 3 de fevereiro de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n.º 39, de 8 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto n.º 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n.º 01, de 21 de janeiro de 2004**. Institui as Diretrizes para a organização e a realização de Estágio de discente da Educação Profissional e do Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação Especial.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n.º 6/2015, aprovado em 10 de junho de 2015**.

Consulta sobre a possibilidade de realizar a matrícula e o cômputo da frequência de alunos de cursos técnicos subsequentes por disciplinas.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n.º 08/2004, aprovado em 8 de março de 2004**

Consulta sobre duração de hora-aula. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer n.º 261/2006, aprovado em 9 de novembro de 2006** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer n.º 336/2000, aprovado em 5 de abril de 2000**. Consulta sobre a criação de turma no turno diurno para atender alunos adeptos da religião adventista.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 4. ed. Brasília, DF: MEC, 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012a**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012b**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 6.614, de 23 de outubro de 2008.** Regulamenta a Lei no 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.163-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n.º 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 51.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n.º 4.264, de 10 de junho de 2002.** Restabelece o regulamento aprovado pelo Decreto no 10.546, de 5 de novembro de 1913, que regulamenta a Lei no 2.784, de 18 de junho de 1913, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 8.256, de 25 de novembro de 1991.** Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, *Campus Jaguari* – Centro de Referência Santiago. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente 2018**.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução nº 488, 30 de janeiro de 2020**. Aprovar o Regulamento sobre elaboração de Projeto Pedagógico de Cursos do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

_____. **Resolução n.º 486, de 14 de janeiro de 2020**. Aprova *ad referendum* o Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019-2023. **2019**.

_____. **Resolução nº 463, 29 de julho de 2019**. Aprova o regulamento de atribuições das equipes que compõem o ensino da Reitoria e *Campus* do IFRR.

_____. **Resolução n.º 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

_____. **Resolução n.º 429, de 6 de fevereiro de 2019**. Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Roraima.

_____. **Resolução n.º 418, de 18 de dezembro de 2018**. Aprova as normas para a realização de parcerias entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

_____. **Resolução n.º 338, de 1º de fevereiro de 2018**. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR.

_____. Resolução n.º 293 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017. **Aprova**, *ad referendum*, o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação do IFRR.

_____. **Resolução n.º 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

_____. **Resolução n.º 246, de 4 de janeiro de 2016**. Aprova o regulamento da política de acompanhamento de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

_____. **Resolução n.º 222, de 2 de junho de 2015**. Aprova a Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Administração Subsequente do IFRR/CÂMPUS AVANÇADO DO BONFIM.

_____. **Resolução n.º 157, de 10 de junho de 2014**. Dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do Instituto Federal de Roraima e dá outras providências.

_____.Manual de Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.2013.

_____. *Campus Avançado Bonfim. Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Administração Subsequente*. 2015.

_____. *Campus Boa Vista Zona Oeste. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio*. 2019.

_____. Gabinete da Reitoria. **Portaria 418/2020 – GAB/REITORIA/IFRR, de 20 de abril de 2020**. Constituir a comissão responsável pelo estudo acerca da oferta de Libras, de acordo com Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.

LIMA, J. A. S. et al. (Org.). **Roraima 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Roraima-web.pdf>. Acesso em: 28 de jun.2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**

Cidades@ Roraima>> Bonfim. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 28 de jun.2019.

SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR 2014**. 4. ed. Boa Vista: DIEP/SEPLAN, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B4pFSFeFTRcjUktMeDhodVdQTVE>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria Eliana Lima dos Santos, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD4 - DEPEI (CAB)**, em 27/06/2022 12:59:46.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 155434

Código de Autenticação: dbfa41f931





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 675/2022 - CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2022.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante, do IFRR/Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad Referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 388/CONSELHO SUPERIOR, de 1º de fevereiro de 2018 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 488/CONSELHO SUPERIOR, de 20 de janeiro de 2020 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no processo 23231.000065.2021-70,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante, do IFRR/Campus Avançado Bonfim (CAB), conforme anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de junho de 2022.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO
CONCOMITANTE**

BONFIM/RR

2022

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Moacir Augusto de Souza

DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSIÃO TECNOLÓGICA E EXTENSÃO DO CAMPUS AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO

Karla Cristina Damasceno de Oliveira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Karla Cristina Damasceno de Oliveira

Leila Márcia Ghedin

Holtton Bruno Schuertz Alves

Renato Fonseca de Assis Cunha

Daiane Machado Sá

Fernando Silva e Silva

Midiã Ferreira

COLABORADORA

Evemília Sousa

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro	Identificação	Pág.
01	Estrutura Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante	23
02	Perfil Profissional de Pessoal Docente	78

03	Perfil Profissional de Pessoal Técnico Administrativo	80
04	Perfil Profissional de Pessoal Técnico – Pedagógico	80

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
3. APRESENTAÇÃO	8
3.1. Histórico da Instituição	8
3.2. Missão	11
3.3. Visão	11
3.4. Valores	12
4. JUSTIFICATIVA	12
5. OBJETIVOS	16
5.1. Objetivo Geral	16
5.2. Objetivos Específicos	16
6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA	16
6.1. Requisitos de Acesso	16
6.2. Requisitos de Permanência	17
6.3. Requisitos de Mobilidade Acadêmica	19
7. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO	19
7.1. Área de Atuação do Egresso	20
7.2. Acompanhamento do Egresso	21
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
8.1. Estrutura Curricular	22
8.2. Representação Gráfica do Processo Formativo	24
8.3. Ementário	25
8.4. Forma de Oferta	60

8.5. Prática Profissional Integrada	60
8.6. Práticas Interdisciplinares	61
8.7. Terminalidades Intermediárias	62
8.8. Trabalho de Conclusão de Curso	62
8.9. Estratégias Pedagógicas	61
9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	63
10. APOIO AO DISCENTE	64
11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	65
12. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	65
13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS	
14. EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	67
15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	69
15.1 Avaliação da Aprendizagem do Estudante	69
15.2 Avaliação do Atendimento ao Estudante	72
15.3 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do Currículo	73
15.4 Avaliação do Atendimento ao Estudante	74
16. CONSELHO DE CLASSE	75
17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	76
18. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA)	77
PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	78
18.1. Docentes	78
18.2. Técnico-Administrativos	80
18.3. Técnico-Pedagógicos	80

19. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA	81
1. Instalações	81
19.2 Equipamentos	81
19.3 Biblioteca	81
19.4 Laboratório de Informática	82
20. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	82
21. POLÍTICAS DE INCLUSÃO	83
21.1 Política de Educação para os Direitos Humanos	83
21.2 Políticas de Educação para as Relações Etnicorraciais	84
21.3 Política de Educação Ambiental	85
21.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	87
22. DIPLOMAS E CERTIFICADOS	88
23. REFERÊNCIAS	

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima *Campus* Avançado Bonfim

CNPJ: Não possui

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio. Bonfim- RR / CEP 69380-000

Site do Campus: <http://bonfim.ifrr.edu.br/>

Eixo Tecnológico de atuação do Campus: Gestão e Negócios, Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação: Romildo Nicolau Alvez

Pró-Reitor de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitora de Administração: Emanuel Alves de Moura Romildo Nicolau Alvez

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Sivaldo Souza Silva

Diretor do Campus Avançado Bonfim: Moacir Augusto de Souza

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do Campus Avançado Bonfim Maria Eliana Lima dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC (Comissão Multidisciplinar):

Portaria 57/2020 - DEPEX-ABF/CAMPUS-ABF/REITORIA/IFRR, de 21/08/2020. MariaLeilza Pires Siqueira

(presidenta), Amarildo Ferreira Junior (membro), Álvaro Flávio Rodrigues (membro), Eliselda Ferreira Corrêa (membro), Fernando Silva e Silva (membro), Hollton Bruno Schuertz Alves (membro), Jéssica Carolina Fervasani (membro), Karla Cristina Damasceno de Oliveira (suplente), Larissa Oliveira Lira (membro), Midiã Rodrigues Ferreira (membro), Raimundo de Almeida Pereira (membro), e Roseane Machado Sá Viana (membro).

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino / Vespertino.

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35 vagas por turma

Carga horária total: 800 Horas (840h com a carga horária do Componente Curricular Optativo Libras – 40h)

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnica ou Técnico em Guia de Turismo

Proposta: de aprovação

Duração prevista: 01 (um) ano e meio. **Integralização curricular mínima:** 03 (três) módulos. **Integralização curricular máxima:** 06 (seis) módulos.

Coordenadora do Curso: Karla Cristina Damasceno de Oliveira

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima *Campus* Avançado Bonfim

CNPJ: Não possui

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio. Bonfim- RR / CEP 69380-000

Site do Campus: <http://bonfim.ifrr.edu.br/>

Eixo Tecnológico de atuação do Campus: Gestão e Negócios, Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer

Reitora: Nilra Jane Figueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação: Romildo Nicolau Alvez

Pró-Reitor de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitora de Administração: Emanuel Alves de Moura Romildo Nicolau Alvez

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Sivaldo Souza Silva

Diretor do Campus Avançado Bonfim: Moacir Augusto de Souza

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do Campus Avançado Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC (Comissão Multidisciplinar):

Portaria 57/2020 - DEPEX-ABF/CAMPUS-ABF/REITORIA/IFRR, de 21/08/2020. Maria

Leilza Pires Siqueira (presidenta), Amarildo Ferreira Junior (membro), Álvaro Flávio Rodrigues (membro), Eliselda Ferreira Corrêa (membro), Fernando Silva e Silva (membro), Hollton Bruno Schuertz Alves (membro), Jéssica Carolina Fervasani (membro), Karla Cristina Damasceno de Oliveira (suplente), Larissa Oliveira Lira (membro), Midiã Rodrigues Ferreira (membro), Raimundo de Almeida Pereira (membro), e Roseane Machado Sá Viana (membro).

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino / Vespertino.

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35 vagas por turma

Carga horária total: 800 Horas (840h com a carga horária do Componente Curricular Optativo Libras – 40h)

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnica ou Técnico em Guia de Turismo

Proposta: de aprovação

Duração prevista: 01 (um) ano e meio. **Integralização curricular mínima:** 03 (três) módulos. **Integralização curricular máxima:** 06 (seis) módulos.

Coordenadora do Curso: Karla Cristina Damasceno de Oliveira

3. APRESENTAÇÃO

3.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR é originário da extinta Escola Técnica de Roraima implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Edificações. Em 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima formalizou a criação da Escola Técnica Federal de Roraima, através do Decreto nº 26 de 12 de outubro de 1988. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação [1] autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e os componentes curriculares dos cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento. Nesta época, a Escola de Formação de Professores de Boa Vista cedeu uma parte de suas instalações para que Escola Técnica Federal de Roraima desenvolvesse suas atividades escolares. A mesma integrou a rede de Ensino do Território Federal de Roraima e, posteriormente, o sistema de ensino do Estado de Roraima até 1993.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993 (BRASIL, 1983), publicada no Diário Oficial da União 123 de 1º julho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima. A mesma iniciou suas atividades em 1994, nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual e com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex- Território Federal de Roraima. Incorporou ao seu patrimônio estrutura física, materiais e equipamentos e absorveu todos os alunos matriculados nos cursos de Edificações e Eletrotécnica daquela Escola.

A partir dessa data, a Escola Técnica Federal iniciou um programa de expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos - ensino fundamental - 5a a 8a série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física. Em dezembro de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994), publicada no Diário Oficial da União (DOU) n.º 233, de 9 de dezembro, Seção 1. Entretanto, sua efetiva implantação como Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RR só ocorreu por meio do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002), publicado no DOU n.º 221, Seção 1. Com isto, a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível BÁSICA, técnico e superior. Neste sentido, o curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser estabelecido e teve sua proposta de implantação vinculada a de transformação da ETFRR em CEFET-RR.

No ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC), iniciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país, implantando o que se chamava de Unidades Descentralizadas (UNED) em diversas unidades da federação. O Estado de Roraima foi contemplado nas duas primeiras etapas do Plano. Na fase 1, com a UNED de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, no Sul do Estado; e na Fase II, com a UNED do Município de Amajari, no Norte do Estado.

A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em todo o Brasil foram criados 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia os quais têm a missão de promover uma educação pública de excelência por meio da interação entre ensino, pesquisa e extensão, integrando pessoas, conhecimento e tecnologia. Entre estes estava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

O IFRR é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Busca permanecer em constante evolução e servir como referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, por meio de uma gestão participativa, na qual procura se adequar ao

mundo do trabalho, aos arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e às políticas ambientais.

Em 2019, o IFRR é composto por 05 (cinco) Campi distribuídos em diferentes regiões do Estado de Roraima: Amajari, na cidade de Amajari (região norte); Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste, na capital Boa Vista (centro do estado); Avançado Bonfim, na cidade de Bonfim (região nordeste); e Novo Paraíso, na cidade de Caracarái (região sul).

Quanto ao processo de criação do Campus Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o Campus seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que, o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria Nº 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o Campus estava vinculado ao Campus Boa Vista (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria N.º 1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente a Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração.

Até o primeiro semestre de 2019, o CAB formou 132 (cento e trinta e dois) estudantes em cursos técnicos na forma Subsequente e 73 (setenta e três) estudantes em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além disso, também desenvolveu 05 (cinco) projetos de pesquisa e 06 (seis) projetos de extensão. Futuramente, com o estabelecimento em sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, com maior diversidade formativa.

[1] CTE-RR. Parecer nº 26/89 de 21 de dezembro de 1989

3.2 Missão

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (IFRR, 2019).

3.3 Visão

Ser excelência, na região amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação (IFRR, 2019).

3.4 Valores

Ética e transparência, inclusão social, gestão democrática, respeito à diversidade e dignidade humana, e responsabilidade socioambiental (IFRR, 2019).

4. JUSTIFICATIVA

A trajetória do IFRR, no que se refere ao ensino na área de Turismo, iniciou em 1996 na então Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), que ofertava Curso Técnico em Turismo e preparava os discentes para atuarem nas áreas de eventos, hospitalidade e agenciamento. Em 1998 este curso foi dividido em dois: Técnico em Turismo e Técnico em Hotelaria. No mesmo ano, o Curso Técnico em Turismo, em função da legislação vigente, recebeu a denominação de Técnico em Turismo e Lazer, oferecido em regime modular, e cada módulo concluído significava uma qualificação profissional específica, conforme a seguir: Módulo I: Formação Básica; Módulo II: Agente de Viagens; Módulo III: Guia Regional de Roraima e diploma de Técnico em Turismo, com carga horária de 1.732 horas. Posteriormente o curso teve sua carga horária mantida, mas seu itinerário formativo foi alterado da seguinte maneira: Módulo I: Formação Básica; Módulo II: Guia Regional de Roraima; Módulo III: Guia de Excursão Nacional e Técnico em Turismo (IFRR, 2015).

Em 2001, em resposta às exigências da legislação vigente e da necessidade de adequação do curso Técnico em Turismo em desenvolver habilidades e competências necessárias ao mundo do trabalho, realizou-se uma pesquisa de mercado na qual detectou-se a necessidade, no estado de Roraima, de Guias de Turismo em Atrativos Naturais, bem como de agentes de viagens. Importante justificar que, naquele momento, discutia-se a implantação do Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental do Turismo (PROECOTUR), que necessitava de profissionais habilitados para desenvolver atividades em áreas naturais. Objetivando atender esta demanda, houve nova alteração na matriz curricular do referido curso, que ficou da seguinte maneira:

Módulo I: Fundamentação; Módulo II: Guia Regional especializado em Atrativos Naturais; Módulo III: Agente de Viagem (IFRR, 2015).

Uma nova reformulação e ampliação do Curso ocorreu em 2005, que naquele momento passou a ser desenvolvido em quatro módulos: Módulo I: Fundamentação; Módulo II: Agente de Viagens; Módulo III: Guia de Turismo Regional de Roraima e Módulo IV: Guia de Turismo especializado em Atrativos Naturais. No ano de 2007 realizou-se uma nova mudança na estrutura do Curso, em resposta a uma demanda levantada através de pesquisa desenvolvida junto as escolas públicas estaduais. Tal pesquisa constatou que havia, na comunidade, uma expectativa pelo curso Técnico em Guia de Turismo, com um currículo flexível e que atendesse as necessidades mercadológicas dessa área profissional (IFRR, 2015).

Neste sentido foi criado o Curso Técnico em Turismo Integrado ao Ensino Médio com Habilitação em Guia de Turismo, com organização curricular estruturada desta maneira: 1.790 horas para os componentes

curriculares do núcleo comum do ensino médio, 810 horas para os componentes curriculares voltados para a compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e 600 horas para os componentes curriculares de formação profissional, totalizando 3.200 horas divididas em 4 (quatro) anos (IFRR, 2015).

A transformação da ETFRR em CEFET-RR ocorreu em 1994 e a Instituição passou a ofertar cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Turismo foi o primeiro a ser implantado na nova configuração. Anualmente são ofertadas 35 vagas através Sistema de Seleção Unificado (SISU) e de processo seletivo interno. Em 2006 este Curso foi reformulado e passou a chamar-se Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, com matriz curricular estruturada em 2.000 horas divididas em seis módulos (IFRR, 2015).

De acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Bonfim-RR tem uma população de 10.943 habitantes e, conforme dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), a população estimada para o ano de 2018, foi de

12.257 habitantes. Desta população, verificou-se que em 2018 o município matriculou 3.317 estudantes no Ensino Fundamental e 457 estudantes no Ensino Médio (IFRR, 2019).

Conforme informações da SEPLAN sobre a economia do município de Bonfim, em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) e o PIB per capita R\$ 20.899,00 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais). As principais atividades econômicas que se destacam são as seguintes: agropecuária com a criação de rebanho de bovinos, galináceos e suínos; e agricultura com a produção de arroz, soja, mandioca, melancia, milho e banana. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, leite e ovos, além da relevância dos produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha e madeira em tora (IFRR, 2019).

Quanto às informações sobre o trabalho e rendimento de Bonfim, em 2017, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 15 e 6 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 4502 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, isto o colocava na posição 9 de 15 dentre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IFRR, 2019).

Cabe destacar que, o município de Bonfim interliga as cidades de Manaus- AM e Boa Vista-RR a Lethen e Georgetown, estas últimas na República Cooperativista da Guiana. Além disso, Bonfim faz parte da Área de Livre Comércio (ALC), criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008 (BRASIL, 2008-2), a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias (IFRR, 2019).

Considerando a importância do IFRR para a educação profissional, científica e tecnológica e para o desenvolvimento da região Amazônica, ao longo de seus vinte e seis anos de existência; considerando o know how adquirido ao longo dos anos, referente ao ensino, pesquisa e extensão na área de Turismo no Campus Boa Vista; considerando a implantação do Campus Avançado do Bonfim (2014) compromissado em contribuir para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) e melhoria dos serviços prestados neste Município; considerando os resultados da Segunda Consulta Pública sobre Ofertas de Cursos e Vagas para o Campus Avançado Bonfim (2018) que identificou uma demanda de 90% de interessados em cursos de curta duração, 15% de interessados em cursos técnicos do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer e 31,6% de interessados em cursos de eixos tecnológicos diversos, compreendendo estes cursos como de grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico do Município, o CAB apresenta este Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante ao Ensino Médio.

A profissão de Guia de Turismo é amparada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 (regulamentada pelo Decreto nº 946, de 1º de Outubro de 1993) (BRASIL, 1993 - 2), que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Para poder exercer a profissão é necessário que o profissional esteja cadastrado no Ministério de Turismo, de acordo com a Portaria nº 105, de 20 de junho de 2018 (BRASIL, 2018). Este profissional é responsável por desenvolver atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. Ele poderá atuar como um interlocutor entre os turistas e os fornecedores de serviços turísticos, como agências de viagens, operadoras, serviços de alimentação, meios de hospedagem, transportadoras e outros.

Atualmente no sistema do Cadastur/MTur existem no Estado de Roraima 11 (onze) profissionais com o cadastro ativo. Dentre eles são 07 (sete) registrados na categoria Regional + América do Sul e 04 (quatro) na categoria regional. Com o novo Plano Nacional do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo nacional que visam integrar e promover as regiões turísticas pelo Brasil para aumentar o fluxo de visitantes domésticos, ressaltamos a importância de formar novos Guias de Turismo pelo Brasil.

Roraima tem se destacando como destino de grandes atrativos naturais, com oito tipos diferentes de cobertura vegetal e sendo, dentre os estados Amazônicos, o que apresenta maior variedade de fisionomias vegetais. Ademais, a oferta de diferentes altitudes, a fauna local e a diversidade de etnias indígenas possibilitam, ao Estado, uma gama de potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística, sobretudo do Ecoturismo (RUSCHMANN, 2002). Estes dados justificam a importância do profissional Guia de Turismo como ator fundamental para o desenvolvimento das regiões turísticas do Estado. Quando formado, esse profissional será capaz de transformar o olhar do turista sobre os lugares visitados, contribuindo para momentos únicos e elevando a imagem do destino.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Contribuir para a formação de profissionais capazes de desenvolver a profissão de Guia em Turismo com ética, empreendedorismo e dinamismo.5.2

5.2 Objetivos Específicos

2. Desenvolver as habilidades necessárias para que haja a compreensão dos processos de formação profissional e de prestação de serviços;
3. Propor ao egresso conhecimentos para que o mesmo possa exercer uma vida profissional de respeito e de propagação da identidade cultural, da memória e do meio ambiente;
4. Dotar o futuro profissional de conhecimentos adequados para a condução de grupos, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e prospecções de mercado.

6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

6.1 Requisitos de Acesso

O ingresso ao Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante ao Ensino Médio ocorrerá por meio de Processo Seletivo Público, obedecendo ao edital que determinará os critérios de seleção. O Processo Seletivo será oferecido a candidatos que estejam cursando o primeiro ano do Ensino Médio.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares do curso técnico concomitante no contra turno em

que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum, no Ensino Médio Regular.

6.2 Requisitos de Permanência

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o Campus Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a Política de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes efetivado por meio de programas que visam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência, inclusão social e a êxito acadêmico, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assuntos Estudantis será gerida pela Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis (DIPAE), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pelos setores responsáveis pela Assistência Estudantil dos Campi. Serão beneficiários da Política de Assuntos Estudantis os estudantes regularmente matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino do IFRR em situação de vulnerabilidade social, sendo atendidos prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme legislação vigente.

Segundo o artigo 18 da Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, os programas e projetos de Assistência Estudantil, estabelecidos no âmbito do IFRR, dar-se-ão da seguinte forma:

- I. Programa de Acesso;
- II. Programa de Permanência;
- III. Programa de Inclusão Social.

No PROGRAMA DE ACESSO, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Auxílio Transporte;
- II. Incentivo à Cultura e Esporte;
- III. Apoio à Participação em eventos;
- IV. Apoio à Inclusão Digital.

No PROGRAMA DE PERMANÊNCIA, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Auxílio Alimentação;
- II. Auxílio Moradia ou Residência Estudantil;
- III. Auxílio Creche;
- IV. Auxílio Material Didático-Pedagógico;
- V. Atenção e Promoção à Saúde;
- VI. Apoio à Formação Estudantil.

No PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- II. Apoio Pedagógico; e
- III. Apoio a diversidade sexual e questão étnico-racial.

Os benefícios da assistência estudantil serão disponibilizados por meio de processo de seleção mediante a publicação de edital, que fixará valores, prazos, critérios e condições para os estudantes se submeterem à análise de renda per capita familiar ou perfil socioeconômico.

O Campus ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação tecnológica, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DIEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

6.3 Requisitos de Mobilidade Acadêmica

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, inovação tecnológica e extensão em outro Campus do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no Campus de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade *intercampi*”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional). De acordo com o Art. 11 da referida Resolução, nos cursos técnicos caberá à coordenação de curso:

- I. Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;
- II. Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;
- III. Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à Comissão Gestora do Campus, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

7. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (BRASIL, 2020), o profissional egresso estará apto a realizar orientações, prestar assistência e conduzir pessoas ou grupos durante passeios e viagens, com ética, respeito ao ambiente, à cultura e à legislação. Poderá informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais e geográficos que sejam de interesse dos turistas ou grupos. Apresentará opções de roteiros turísticos disponíveis considerando os desejos, expectativas e necessidades

dos viajantes, dentre outros aspectos referentes a área. Após concluir os 03 (três) módulos o egresso receberá o diploma de Técnico em Guia de Turismo, que o habilitará a atuar nas categorias de guia de turismo regional e guiade excursão nacional.

7.1 Área de Atuação do Egresso

O CNCT (BRASIL, 2020) especifica que o Técnico em Guia de Turismo tem como área de atuação, Agências de viagem, Operadoras turísticas, Museus, Centros culturais, Parques naturais e temáticos, Organizações públicas e privadas do segmento do turismo, Transportadoras turísticas e Atividades autônomas. Desta forma, estará habilitado a:

- Planejar e organizar a execução de roteiros e itinerários turísticos.
- Conduzir e orientar visitantes na realização de traslados, passeios, visitas e viagens.
- Prestar informações turísticas no contexto local, regional e nacional.
- Intermediar as relações entre visitantes, comunidade e prestadores de serviços turísticos.
- Prestar assistência aos visitantes durante a realização dos roteiros e itinerários turísticos.
- Aplicar os conhecimentos e técnicas de relações humanas para o acolhimento e condução do turista;
- Adaptar os serviços turísticos aos interesses e expectativas dos diferentes perfis de públicos;
- Elaborar roteiros e relatórios além de calcular distância e estimativa de tempo para roteiros diversos;
- Analisar as manifestações culturais e os aspectos ambientais de uma localidade enquanto produto de uma realidade social;
- Identificar, avaliar e selecionar os locais, espaços e equipamentos para as atividades a serem desenvolvidas pelos grupos de turistas e aplicar a legislação pertinente à área.

7.2 Acompanhamento do Egresso

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução n.º 246 – Conselho Superior, de 4 de janeiro de 2016, a qual objetiva acompanhar a vida profissional dos egressos por meio da realização de cadastros, visando ao acompanhamento e à manutenção de comunicação com os egressos do curso com objetivo de coleta de dados e informações e de lhes proporcionar orientação profissional, formação continuada, inclusão/inserção no processo produtivo, encaminhamento ao mundo do trabalho, integração entre estudantes e egressos, manutenção de vínculo institucional e promoção de eventos, atividades e intercâmbios.

Conforme dispõe a referida Resolução, caberá à DIEPEI o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos no âmbito do CAB, com monitoramento, acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX), por meio de sua Coordenação de Programas e Registro de Extensão (COPRE).

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), atualizada pela Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008 – 3) da educação profissional e tecnológica, bem como, na Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ainda ampara-se na Lei 8.623/93 (BRASIL, 1993) que regulamenta a profissão de Guia de Turismo no Brasil, no Decreto Nº 946 (BRASIL, 1993 – 2) que regulamenta a lei Nº 8.623/93 (1993-3), que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo, na Portaria Nº 27/14 (BRASIL, 2014), que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo no Brasil e na Portaria MTUR Nº 37, de 11 de Novembro DE 2021 (BRASIL, 2021), que estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo.

Importa ressaltar que, considerando-se a estrutura agrária do Estado de Roraima, que possui 46,37% de seu território demarcado (RORAIMA, 2007) como Terra Indígena (TI), esta Organização Curricular também observa as determinações presentes na Instrução Normativa nº 03, de 11 de junho de 2015 (BRASIL, 2015) da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em Terras Indígenas.

O Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo na forma Concomitante está organizado em 03 (três) módulos, os quais proporcionam a aquisição de competências e o desenvolvimento de habilidades, preparando o educando para o trabalho, a cidadania e para continuar a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores. Os módulos propiciam o desenvolvimento de componentes relacionados a habilitação e carecem de um trabalho estruturado entre os discentes, com o desenvolvimento de ações ou projetos articulados. A sua Matriz Curricular está assim estruturada:

- Módulos I de formação básica que introduz o estudante nos conhecimentos introdutórios do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- Módulos II compõem as tecnologias específicas do Curso de Guia regional;
- Módulos III compõem as tecnologias específicas do Curso de Guia de Excursão Nacional e América do Sul.

8.1 Estrutura Curricular

O curso foi estruturado numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas áreas do conhecimento e ainda das suas interações no contexto da formação do profissional.

É facultado aos docentes o cumprimento de até 15% (quinze por cento) da carga horária dos componentes curriculares por eles ministrados por meio de atividades extraclasse, as quais devem estar previstas no Plano de Ensino do respectivo componente curricular e obedecer aos critérios e especificações estabelecidos para sua realização na Organização Didática em vigor.

É facultado aos docentes o cumprimento de até 20% (vinte por cento) da carga horária dos componentes curriculares por eles ministrados por meio de atividades à distância, as quais devem estar previstas no Plano de Ensino do respectivo componente curricular e obedecer aos critérios e especificações estabelecidos para sua realização na Organização Didática em vigor. Os componentes curriculares de cada etapa estão apresentados a seguir:

Quadro 1 - Estrutura Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante

COMPONENTE CURRICULAR		CH (60 min)	CH (50 min)
MÓDULO I	Ambientação em EAD	20	24
	Mercado, Hospitalidade e Lazer	36	44
	Relações Interpessoais	30	36
	Agenciamento e Gestão de Turismo	40	48
	Turismo em Ambiente Natural	32	39
	Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos	36	44
	Primeiros Socorros	20	24
	PROJETO INTEGRADOR 1: Criação, Formatação e Comercialização de Produtos e Serviços Turísticos	20	24
	TOTAL DO MÓDULO I	234	283
MÓDULO II	Geografia Regional Aplicada ao Turismo	32	39
	História Regional Aplicada ao Turismo	32	39
	Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo	32	39
	Inglês Técnico para Guiamento	30	36
	Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional	36	44
	Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo	30	36
	PROJETO INTEGRADOR 2: Condução de Grupo – Viagem Técnica Regional	74	89
	TOTAL DO MÓDULO II	266	322
MÓDULO III	Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo	32	39
	História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo	32	39
	Espanhol Técnico para Guiamento	30	36
	Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul	40	48
	História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo	32	39

	Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo	30	36
	Língua Brasileira de Sinais (Libras) para Guiamento	24	29
	PROJETO INTEGRADOR 3: Condução de Grupo – Guia Nacional e América do Sul – Viagem Técnica	80	96
	TOTAL DO MÓDULO VI	300	362
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO		800H	967H

OPTATIVA	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	40	48
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO + OPTATIVA		840H	1.015H

1. Representação Gráfica do Processo Formativo

CARGA HORÁRIA TOTAL = 800 HORAS OBRIGATÓRIAS + 40 HORAS OPTATIVAS	Módulo I Ambientação em EAD Mercado, Hospitalidade e Lazer Relações Interpessoais Agenciamento e Gestão de Turismo Turismo em Ambiente Natural Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos Primeiros Socorros PROJETO INTEGRADOR 1
	Módulo II Geografia Regional Aplicada ao Turismo História Regional Aplicada ao Turismo Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo Inglês Técnico para Guiamento Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo PROJETO INTEGRADOR 2

	Módulo III	<p>Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo</p> <p>História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo</p> <p>Espanhol Técnico para Guiamento Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul</p> <p>História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo</p> <p>Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo</p> <p>Língua Brasileira de Sinais (Libras) para Guiamento</p> <p>PROJETO INTEGRADOR 3</p>
	Optativa	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
EAD	Ambientação em EAD	20	I

EMENTA

Concepções e legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os fundamentos, a dinâmica e o instrumental da educação à distância (EaD) para participar ativa e satisfatoriamente de cursos nessa modalidade.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIAS:

- Conhecer e compreender concepções de EaD;
- Conhecer a história da EaD no Brasil e no mundo;
- Compreender como acontece um curso à distância;
- Reconhecer um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e entender sua importância para a EaD.

HABILIDADES:

- Utilizar ferramentas de comunicação e apoio tecnológico a fim de interagir e trocar informações por meio do AVA;
- Fazer uso das ferramentas tecnológicas (navegadores, links, sites de buscas, comunidades virtuais, chats e listas de discussão) em educação à distância;
- Desenvolver e aplicar metodologias de estudos baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Concepções de EaD: O que é educação à distância; Breve histórico da educação à distância no Brasil; Legislação e ética na educação à distância. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA: O que é AVA?; AVA Moodle – IFRR; Ferramentas do AVA: tipos de interação no AVA; Funções das ferramentas do AVA; Como utilizar as ferramentas do AVA; Metodologias de EaD: Planejamento e comprometimento na aprendizagem à distância; Técnicas de estudo para a aprendizagem à distância; Princípios para estudar na EaD; Organização do tempo;

Redes sociais e netiquetas; Autonomia e colaboração na EAD.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

O componente se integra a todos os outros componentes curriculares do curso, pois auxilia no desenvolvimento do aluno no ambiente de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **Abc da EaD: a educação a distância hoje.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

QUINTELA, Ariádne; ZAMBERLAN, Miguel. **Ambientação para EAD.** Cuiabá: UFMT, 2014.

MATTAR, João. **Guia de educação à distância.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Luciene. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** ABED, 2011.

BARBOSA, Rommel. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2005. BELLONI, Maria. **Educação à distância.** 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Decreto 5.622**, de 19 de dezembro de 2005.

KENSKI, Vani. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 3 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

EMENTA E REFERÊNCIAS

Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
MHL	Mercado, Hospitalidade e Lazer	36	I

EMENTA

Antecedentes históricos e principais definições e terminologias do Turismo e dos turistas. Tipologia e classificação do Turismo. Hospitalidade e seus aspectos históricos e atuais. Aspectos históricos e evolução do lazer.

OBJETIVO GERAL

Apresentar os conceitos básicos da área de Turismo, Lazer e Hospitalidade.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender as especificidades do Turismo; b. Conhecer os principais conceitos de Turismo; c. Entender os antecedentes históricos das viagens, do lazer e do Turismo. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Identificar a cadeia produtiva do Turismo; b. Planejar atividades de recreação; c. Estabelecer as diferenças entre os diversos tipos de Turismo e de Meios de hospedagem.
<p>BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS</p>
<p>O mercado turístico e sua segmentação. Impactos do Turismo e a sustentabilidade. A cadeia produtiva do Turismo. Perfil de comportamento do consumidor no Turismo. Hospitalidade na atividade turística. Cultura, Hospitalidade e Gastronomia. Tipos e Formas de Meios de Hospedagem. Qualidade nos serviços hoteleiros. Procedimentos básicos para bem receber e acolher o turista: qualidade no atendimento. Planejamento e organização de atividades recreativas para serem desenvolvidas em diferentes meios de hospedagem e em excursões turísticas.</p>
<p>ÁREA DE INTEGRAÇÃO</p>
<p>Relações Interpessoais. Agenciamento e Gestão de Turismo. Turismo em Ambiente Natural. Projeto Integrador I, II e III.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. Editora Aleph, 2004</p> <p>MARCELLINO, Nelson Carvalho. Repertório de atividades de recreação e lazer. paratour, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. Papyrus Editora, 2002.</p> <p>RODERMEL, Pedro Monir. Economia do Turismo. Editora Intersaberes, 2014.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Papyrus Editora, 1997. DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de Hotelaria e Turismo. Editora Pearson, 2013.</p> <p>IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. Editora SENAC, 2013. PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. Editora Pearson, 2013</p> <p>VICTOR, Andrade de Melo; ALVES JR., Edmundo de Drummond. Introdução ao Lazer. Editora Manole, 2013.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
RI	Relações Interpessoais	30	I
EMENTA			
Relações Interpessoais. Comportamento Organizacional. Motivação. Ética. Cidadania.			

OBJETIVO GERAL
Compreender as variáveis que interferem nas relações interpessoais e no estabelecimento de relações saudáveis e produtivas no ambiente de trabalho.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Cultivar hábitos amigáveis, corteses e animadores no ambiente de trabalho; b. Tratar a todos com respeito e tolerância; c. Trabalhar harmonicamente em equipe. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Aprimorar qualidades que sejam capazes de levar às inovações e mudanças no ambiente de trabalho; b. Construir habilidades como atenção, comunicação, liderança, percepção, motivação e qualidade.
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS
Estratégias de Poder e Persuasão. Postura Profissional. Negociação. Liderança. Motivação. Auto- motivação e Auto Gerenciamento. Noções Básicas de Ética. Responsabilidade Social. Cidadania. Sociabilidade.
ÁREA DE INTEGRAÇÃO
Projeto Integrador I, II e III. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para Guiamento. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>CZAJKOWSKI, Adriana; MÜLLER, Rodrigo; OLIVEIRA, Vanderléia Stece de. Construindo relacionamentos no contexto organizacional. Editora Intersaberes,2019.</p> <p>COELHO, P.L. Relações Interpessoais e Sociabilidade. Recanto das Letras, 2006.</p> <p>MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em grupo. Editora: José Olympio, 2013.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>CANÍSIO, Mayer. Dinâmicas de grupo: ampliando a capacidade de interação. PapyrusEditora, 2013.</p> <p>DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo. Vozes, 2001.</p> <p>PROJETO BAGAGEM. https://www.projetobagagem.org/veja-aqui.</p> <p>ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Elsevier, 2009.</p> <p>THOMPSON, Leigh L. O Negociador. Editora Pearson, 2013.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
AGT	Agenciamento e Gestão de Turismo	40	I
EMENTA			
Empreendedorismo. Associativismo. Cooperativismo. Agências de viagens. Operadoras. Pacotes turísticos.			
OBJETIVO GERAL			
Elaborar um plano de negócios de agência de viagens considerando as particularidades locais.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender o conceito de empreendedorismo e como ele se adapta ao setor de agências; b. Identificar as oportunidades de associativismo na gestão de empreendimentos comunitários. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Criar produtos e serviços turísticos de acordo com as características locais; b. Participar da elaboração de um plano de negócios. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
Empreendedorismo: conceitos e definições. Habilidades e competências necessárias aos empreendedores. Identificação das oportunidades de negócios. Plano de negócio:			
conceitos e definições. Estrutura do plano de negócio. Conceitos e compreensão do processo de construção, planejamento e implementação do planejamento participativo com comunidades locais ou tradicionais. Associativismo e Cooperativismo no gerenciamento de empreendimentos comunitários. Agências de viagens: histórico, evolução e conceitos. Normas legais para a constituição e o funcionamento das agências de viagens. Operadoras: conceitos e operacionalização. Planejamento e desenvolvimento de pacotes e <i>forfaits</i> .			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul. Relações Interpessoais. Formatação de Roteiros e Transporte Turístico. Projeto Integrador I.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
PAZINI, Raquel. Agências de Turismo : operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. Editora Intersaberes, 2014.			
PHILIPPI Jr., Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Org.). Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo . Editora Manole, 2016.			
RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. Planejamento Turístico . Editora Manole, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			

BENI, Mário Carlos. **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, redes de produção e clusters. Editora Manole, 2013.

FABRICIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Editora Intersaberes, 2014.

MAXIMINIANO, Antônio César Amaru. **Empreendedorismo**. Editora Pearson, 2013.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. Editora Pearson, 2013

ZAVADIL, Paulo Ricardo. **Plano de negócios**: uma ferramenta de gestão. Editora Intersaberes, 2014.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
TAN	Turismo em Ambiente Natural	32	I
EMENTA			
Ecossistemas. Projetos. Turismo em áreas naturais. Impactos socioambientais do Turismo. Planejamento. Tipologias.			
OBJETIVO GERAL			
Compreender as relações entre Turismo e Meio Ambiente e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
a. Compreender os impactos do Turismo sobre o Meio Ambiente; b. Entender o conceito de capacidade de carga; c. Conceituar Ecossistema e Sustentabilidade.			
HABILIDADES:			
a. Desenvolver projetos com responsabilidade socioambiental; b. Analisar projetos turísticos sustentáveis; c. Conhecer os ecossistemas nacionais, regionais e locais.			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
Os ecossistemas nacionais, estaduais e regionais e suas potencialidades e restrições para o desenvolvimento do Turismo. Análise e estudo de projetos de equipamentos turísticos ecologicamente corretos. Orientação com bússola. O Turismo em áreas naturais: as unidades de uso sustentável e de proteção integral. As relações entre Turismo, natureza e sustentabilidade. Turismo com ética e responsabilidade socioambiental. Os impactos socioambientais do Turismo. Ecoturismo e Planejamento do ecoturismo em áreas naturais. Capacidade de carga. Turismo Rural. Turismo de Aventura. Etnoturismo. Turismo de Pesca. Turismo de Base Comunitária.			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
Formatação de Roteiros e Transporte Turístico. Projeto Integrador. Agenciamento e Gestão de Turismo. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Geografia Regional Aplicada ao Turismo. Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>FABRICIO, Ana Carolina Baggio. Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Org.). Turismo e Meio Ambiente no Brasil. Editora Manole, 2013</p> <p>PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas. Editora Manole, 2013.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>BARBOSA, Christina; LOPES, Sônia. Sustentabilidade: gestão estratégica na prática. Editora Brasport, 2019.</p> <p>BRUHNS, Heloísa Turini. A Busca pela Natureza: turismo e aventura. Editora Manole, 2013. KREG, Lindberg; DONALD, E. Hawkins. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. Editora SENAC, 1995.</p>
<p>LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Editora Vozes, 2015.</p> <p>SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Geografia Aplicada ao Turismo: fundamentos teórico-práticos. Editora Intersaberes, 2015.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
FROT	Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos	36	I
EMENTA			
Segmentação. Roteiros. Marketing Turístico. Produtos Turísticos. Roteiros. Turismo de Experiência. Meios de transporte e terminais.			
OBJETIVO GERAL			
Planejar e elaborar a venda de produtos turísticos utilizando técnicas de marketing.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender a importância do marketing para a elaboração e venda de produtos turísticos; b. Elaborar roteiros de viagem; c. Identificar os produtos turísticos. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Utilizar os conhecimentos para elaborar roteiros de viagens; b. Comercializar produtos turísticos; c. Aplicar os conhecimentos referentes a meios de transporte. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

<p>Segmentação do Turismo Nacional. Conceitos e Definições de Roteiros. Classificação dos Roteiros Turísticos. Tipologia dos Roteiros Turísticos. Marketing Turístico. Técnicas de marketing, preço e vendas de serviços e produtos turísticos. Produtos Turísticos: Conceito e Características. Oferta e Demanda Turísticas. Comercialização de Produtos Turísticos. Planejamento do Roteiro de Viagem. Elementos básicos na Elaboração de Roteiros de Viagem. Elaboração de orçamentos. Período da viagem. Tempo de Permanência. Redação do Roteiro. Testando o Roteiro. Processos de distribuição. Eficiência e competitividade. Prestação de serviços x defesa do consumidor. Principais Destinos Turísticos do Brasil e da América Latina. Turismo de Experiência. Aspectos históricos e conceituais dos transportes e suas diferentes modalidades. Meios de transporte e terminais. Integração dos meios de transporte e terminais na cadeia produtiva do Turismo.</p>
<p>ÁREA DE INTEGRAÇÃO</p>
<p>Mercado, Hospitalidade e Lazer. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Geografia Regional Aplicada ao Turismo. História Regional Aplicada ao Turismo. Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo. Relações Interpessoais.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas. Editora Manole, 2013</p> <p>PAZINI, Raquel. Agências de Turismo: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. Planejamento Turístico. Editora Manole, 2013.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do Marketing Turístico. Editora Pearson, 2013.</p> <p>IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. Editora SENAC, 2013.</p> <p>RODERMEL, Pedro Monir. Economia do Turismo. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>STEFANI, Cláudia de. Elaboração de roteiros turísticos: do planejamento à precificação de viagens. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias dos. Transportes Turísticos. Editora Intersaberes, 2015.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PS	Primeiros Socorros	20	I
EMENTA			
Introdução aos primeiros socorros. Avaliações. Prioridades. Traumas. Parada respiratória. Atendimento de Emergência. Imobilização. Transportes.			
OBJETIVO GERAL			
Aprender sobre procedimentos básicos de primeiros socorros			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			

<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> Detectar sintomas de doenças que necessitam de atendimento imediato; Avaliar as vítimas de acidentes ou mal súbito, objetivando determinar prioridades de atendimento em situações de emergências e traumas. <p>HABILIDADES:</p> <ol style="list-style-type: none"> Prestar primeiros socorros às vítimas de acidentes ou mal súbito observando a escala de prioridades preconizada para o atendimento; Identificar sinais e sintomas do paciente característicos de situações de primeiros socorros; Providenciar socorro médico e/ ou realizar imobilização e transporte adequado à vítima de acidente ou mal súbito; Estabelecer prioridades para o socorro básica de urgência e emergência.
<p>BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS</p> <p>Conceito de primeiros socorros, urgência e emergência. Avaliação inicial da vítima de acidentes ou mal súbito. Prioridades no atendimento. Epidemiologia do trauma. Parada respiratória, parada cardíaca e estado de choque. Técnicas de reanimação cardiopulmonar. Técnicas de controle de hemorragias. Técnicas de atendimento de emergência em ocorrências de: ferimentos, alergias, queimaduras, choque elétrico, desmaios, vertigens, intoxicações, envenenamentos, picada de animais peçonhentos, crise convulsiva, estado de choque, corpos estranhos no organismo, afogamento, embriagues, etc. Técnicas de imobilização de fraturas, luxações e entorses. Técnicas de transporte de acidentados. Efeitos da altitude: Stress de vôo.</p>
<p>ÁREA DE INTEGRAÇÃO</p> <p>Projeto Integrador II e III. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul. Inglês Técnico para Guiamento. Espanhol Técnico para Guiamento. Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos. Turismo em Ambiente Natural.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LAMBERT, Eda Gomes. Guia Prático de Primeiros Socorros. Editora Rideel, 2013.</p> <p>NORO, João J. Manual de Primeiros Socorros: como proceder nas emergências em casa, no trabalho e no lazer. Ática, 1996.</p> <p>VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. Primeiros Socorros: um guia prático. Claroenigma, 2011.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Profissionalização de Auxiliares de saúde: atendimento de emergência. Brasília, DF, 2003.</p> <p>FUNED – Fundação Ezequiel Dias. Guia de Bolso Animais Peçonhentos. Belo Horizonte, 2015. Disponível em http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/arquivos/guia-bolso-funed.pdf.</p> <p>PONTES, Cícero Feliciano de. Manual de sobrevivência na selva. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23928.pdf</p> <p>SANTOS, Judson Ferreira dos. Condutas Imediatas. J.F. dos Santos, 2004.</p> <p>VOLPATO, Andréa Cristina Bressane; SILVA, Evandro de Sena. Primeiros Socorros. Editora Martinari, 2017.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PI1	Projeto Integrador: Criação, Formatação e Comercialização de Produtos e Serviços Turísticos	20	I
EMENTA			
Os estudantes deverão participar da Criação, Formatação e Comercialização de Produtos e Serviços Turísticos, desde o planejamento até a venda dos serviços. Articular e coordenar os diversos serviços de apoio de forma ética, com segurança e de acordo com as normas de legislação vigentes. Todos os componentes dos Módulos I deverão ser mobilizados e articulados para o desenvolvimento do Projeto Integrador.			
OBJETIVO GERAL			
Criar, formatar e comercializar um produto turístico de forma articulada e ética.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Articular os serviços turísticos, do planejamento a venda dos produtos; b. Desenvolver produtos e serviços com ética e segundo a legislação vigente. 			
HABILIDADES:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Criar e comercializar um produto turístico inédito; b. Atender as necessidades dos turistas, prestando informações com segurança e profissionalismo. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
<p>O mercado turístico e sua segmentação. Perfil de comportamento do consumidor no Turismo. Cultura, Hospitalidade e Gastronomia. Qualidade nos serviços hoteleiros. Planejamento e organização de atividades recreativas. Negociação. Liderança. Ética. Responsabilidade Social Empreendedorismo. Plano de negócio. Planejamento e desenvolvimento de pacotes e <i>forfaits</i>. Tipologias de Turismo. Tipologia dos Roteiros Turísticos. Marketing Turístico. Comercialização de Produtos Turísticos. Planejamento do Roteiro de Viagem. Elaboração de orçamentos. Integração dos meios de transporte e terminais na cadeia produtiva do Turismo. Conceito de primeiros socorros, urgência e emergência. Avaliação inicial da vítima de acidentes ou mal súbito. Técnicas de imobilização de fraturas, luxações e entorses. Técnicas de transporte de acidentados.</p>			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
Mercado, Hospitalidade e Lazer. Relações Interpessoais. Agenciamento e Gestão de Turismo. Turismo em Ambiente Natural. Formatação de Roteiros e Transporte Turístico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. Editora Aleph, 2004. GNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. Editora SENAC, 2013.</p> <p>MARCELLINO, Nelson Carvalho. Repertório de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. Papyrus Editora, 2002 MAXIMINIANO, Antônio César Amaru. Empreendedorismo. Editora Pearson, 2013.</p> <p>PANOSSO Netto, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas. Editora Manole, 2013</p>			

PAZINI, Raquel. **Agências de Turismo**: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. Editora Intersaberes, 2014.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. Editora Pearson, 2013

ZAVADIL, Paulo Ricardo. **Plano de negócios**: uma ferramenta de gestão.

Editora Intersaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Christina; LOPES, Sônia. **Sustentabilidade**: gestão estratégica na prática. Editora Brasport, 2019.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. **Fundamentos do Marketing Turístico**.

Editora Pearson, 2013.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**.

Editora Manole, 2013.

RODERMEL, Pedro Monir. **Economia do Turismo**. Editora Intersaberes, 2014.

SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias dos. **Transportes Turísticos**. Editora Intersaberes, 2015.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Geografia Aplicada ao Turismo**: fundamentos teórico-práticos. Editora Intersaberes, 2015.

STEFANI, Cláudia de. **Elaboração de roteiros turísticos**: do planejamento à precificação de viagens. Editora Intersaberes, 2014.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
GEOT	Geografia Regional Aplicada ao Turismo	32	II
EMENTA			
Aspectos geográficos. Paisagem. Espaço. Lugar. Região. Território. Mapa. Escala. Posição e orientação. Coordenadas geográficas.			
OBJETIVO GERAL			
Apreender os conhecimentos geográficos básicas para a compreensão do Turismo e a relação sociedade x natureza.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
a. Compreender a relação entre Turismo, Natureza e Geografia; b. Conhecer a paisagem geográfica local e seu uso como atrativo turístico.			
HABILIDADES:			
a. Saber utilizar mapas e sistemas de posicionamento global; b. Elaborar documentos e projetos turísticos baseados nos conhecimentos geográficos e cartográficos locais.			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

Conceito da ciência geográfica como ciência auxiliar do Turismo. Conceitos-chave da Geografia: região, território, espaço, paisagem e lugar. Princípios, objeto e métodos da Geografia e sua relação com o ser humano. Turismo e globalização. Turismo e subdesenvolvimento. Paisagem geográfica regional e local. Paisagem natural como atrativo turístico. As paisagens como fato cultural. Definição dos elementos: clima, vegetação, relevo, hidrografia e sua relação com o Turismo. A Geografia da localidade e o Turismo. Espaço e conhecimento cartográfico. Espaço geográfico e sua relação entre sociedade e natureza. Planejamento e organização do espaço turístico. O consumo e a produção do espaço geográfico para o Turismo. A organização e a produção do espaço roraimense. Lugares turísticos e impactos ambientais e culturais. Território turístico. Tipos de mapas. Representações e Escalas cartográficas. Símbolos e convenções cartográficas. Posição e orientação. Coordenadas geográficas. Sistema de Posicionamento global e Sistema de Informação Geográfica.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

Projeto Integrador II. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Espanhol Técnico para Guiamento. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Turismo em Ambiente Natural. Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos. História Regional Aplicada ao Turismo. Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEVES, Laura Freire. **Introdução à Cartografia**: fundamentos e aplicações. Editora Intersaberes, 2015.

SAUER, Carlos Eduardo; PINTO, Roberto Carlos. **Sociedade, natureza e espaço geográfico**. Editora Intersaberes, 2016.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Geografia Aplicada ao Turismo**: fundamentos teórico-práticos. Editora Intersaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. Editora EDUCS, 2013.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. Editora Oficina de Textos, 2018.

NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Org.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Editora Manole, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. Editora Contexto, 2013.

SARDE NETO, Emílio; MALANSKI, Lawrence Mayer. **Território, Cultura e Representação**. Editora Intersaberes, 2016.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
HISTUR	História Regional Aplicada ao Turismo	32	II

EMENTA

Expansão portuguesa. Extrativismo. Território Federal do Rio Branco. Indigenismo. Movimentos Sociais. Turismo.

OBJETIVO GERAL

Compreender como a História local se articula com a História nacional e interfere na oferta dos atrativos turísticos.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIAS:

- a. Diálogos entre a História do Brasil e a História Local;
- b. Conceitos básicos nos estudos históricos;
- c. Turismo e memória: a história e os atrativos turísticos.

HABILIDADES:

- a. Compreender a dinâmica histórica, articulando conceitos como temporalidade, espacialidade e contextualização;
- b. Avaliar criticamente os embates políticos, sociais e culturais desenvolvidos no processo histórico de Roraima;
- c. Estabelecer relações entre os eventos históricos nacionais e os regionais, destacando seu legado cultural enquanto elemento que compõem a oferta turística local.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

O Rio Branco e a expansão portuguesa: escravismo indígena e os aldeamentos pombalinos. O extrativismo, a expansão da pecuária e a formação sócio-econômica local. A geopolítica nacional: criação do território Federal do Rio Branco. As novas formas de ocupação e as tentativas de desenvolvimento. O movimento indígena e não indígena em Roraima hoje. Os movimentos sociais em Roraima. Turismo e potencialidades históricas de Roraima. Relações entre Turismo e História. Atrativos turísticos: sítios históricos, arqueológicos, monumentos. História dos municípios de Roraima.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo. Geografia Regional Aplicada ao Turismo. Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Projeto Integrador II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima. In **Museu Paraense Emilio Goeldi**, Série Antropologia, 1994.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. UFPE, 1995.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia: o extrativismo regional no sul de Roraima 1943 a 1988**. Editora da UFRR, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLINTANI, Adriana IOP. O forte de São Joaquim e as disputas entre portugueses, espanhóis e holandeses pela interiorização na Amazônia. In **XXVII Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Natal, Julho de 2013, p. 2-11. Disponível em : <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364737038_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima**. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95887.pdf>>.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1986. 364f. Dissertação (mestrado). Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278898>>.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Editora da UFRR, 2017.

O Rio Branco se Enche de História. Editora da UFRR, 2016.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PHAR	Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo	32	II
EMENTA			
Políticas Públicas. Memória. Identidade. Diversidade. Patrimônio cultural regional. Espetacularização. Turismo Cultural. Festa, artesanato, gastronomia. História da Arte.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer o patrimônio cultural local, a história da arte regional, e sua relação com a atividade turística.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Compreender a transformação do patrimônio cultural local em atrativo turístico; b. Reconhecer a diferença entre valorização do patrimônio e espetacularização; c. Identificar a arte regional. 			
HABILIDADES:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Desenvolver um roteiro baseado no patrimônio cultural local; b. Refletir sobre os conceitos de arte, artesanato e gastronomia; c. Perceber a importância da memória e da identidade para a atividade turística. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

Manifestações culturais. Processo de construção social e histórico de bens culturais. Políticas públicas de preservação, proteção e de gestão do patrimônio cultural. Preservação e instituições de defesa do patrimônio. Registro e tombamento de bens culturais. Patrimônio e identidade cultural. Patrimônio e memória social. Diversidade cultural. Bens referentes ao patrimônio cultural regional. Espetacularização e transformação do patrimônio cultural. Conhecimento e/ou reconhecimento de bens culturais da região. Festa, artesanato, gastronomia. A relação entre o patrimônio cultural e o turismo. Os usos do patrimônio cultural para fins turísticos. Museologia e qualificação dos museus para o turismo. Conceito de arte. Arte da pré-história. Arte na antiguidade. Arte moderna. Arte contemporânea.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

História Regional Aplicada ao Turismo. Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos. Geografia Regional Aplicada ao Turismo. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Projeto Integrador II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Editora da UFRJ, 2009, p. 91-142. FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime; **Turismo e Patrimônio Cultural**. Editora Contexto, 2013. MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Editora Autêntica, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAUI, Joel. **Memória e Identidade**. Editora Contexto, 2013.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória & Patrimônio**: ensaios contemporâneos. DP&A, 2003, p. 141- 171.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação**. Editora Intersaberes, 2014.

HUGHES, Howard. **Artes, Entretenimento e Turismo**. Rocca, 2004.

VASCONCELLOS, Camilo. **Turismo e Museus**. Aleph, 2006.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
ITG	Inglês Técnico para Guiamento	30	II
EMENTA			
Fonemas e signos ortográficos. Técnicas de leitura. Compreensão e interpretação de texto. Conteúdo comunicativo. Aquisição de vocabulário básica e introdução a vocabulário específico da área de guiamento.			
OBJETIVO GERAL			
Apresentar conceitos e vocabulário que permita a conversação básica em língua inglesa em contextos relacionados a atividade turística.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender a estrutura básica da língua inglesa; b. Adquirir vocabulário específico das áreas de Turismo e guiamento. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Elaborar speech em língua inglesa; b. Estabelecer diálogo em situações específicas como aeroportos, hotéis etc. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
Fonemas e signos ortográficos da língua inglesa. Técnicas de leitura. Compreensão e interpretação de texto. Léxico, sintaxe e estruturas funcionais da língua inglesa. Expressões idiomáticas. Aspectos culturais – pintura, cinema, esporte, festas e tradições, fotografia, gastronomia, literatura, música e outros aspectos culturais da história e da atualidade. Conteúdo comunicativo: situações em aeroportos, hotéis, lojas e restaurantes. Atividades de uso do dicionário. Audição de textos e desenvolvimento da expressão oral em nível básica. Aquisição de vocabulário básica e introdução a vocabulário específico da área de guiamento, <i>speech</i> , saudações formais e informais, despedidas, horas, situações ao telefone, informações sobre localização, meios de transporte, aeroporto, hotel, restaurante, lojas, vestuário etc.			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. História Regional Aplicada ao Turismo. Geografia Regional Aplicada ao Turismo. Projeto Integrador II e III. Primeiros Socorros.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>AMOS, E. PRESCHER, E. Simplified grammar book. Moderna, 2001.</p> <p>MARQUES, Florinda Scremin. Ensinar e aprender inglês: o processo comunicativo em sala de aula. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>WALESKO, Ângela Maria Hoffmann. Compreensão oral em língua inglesa. Editora Intersaberes, 2014.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Francisco; SCHUMACHER, Cristina. **Inglês para Turismo e Hotelaria**. Editora Elsevier, 2006.

CRUZ, Décio Torres. **Inglês para Turismo e Hotelaria**. Disal Editora, 2005.

FRAXINO, André; PERUSSO, André. **Inglês para Profissionais de Turismo**. Disal Editora, 2011.

RUBIO, Braulio. **Inglês para profissionais de Turismo**. Editora Senac São Paulo, 2012.

SILVA, Thais Cristofaro. **Pronúncia do inglês** – para falantes do português brasileiro. Editora Contexto, 2013.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
TTPR	Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional	36	II
EMENTA			
Profissão do Guia de Turismo. Ética Profissional. Formatação de roteiros. Elaboração de Speech. Procedimentos técnicos. Situações de emergência. Técnicas de reservas e de condução de turistas.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer os aspectos reguladores e específicos da profissão de Guia de Turismo.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS: <ul style="list-style-type: none">a. Dominar Técnicas de manuseio de máquinas e equipamentos, para o serviço de guiamento;b. Distinguir as classes e funções de guias de turismo segundo a legislação pertinente.			
HABILIDADES: <ul style="list-style-type: none">a. Avaliar informações geográficas, históricas, artísticas, atividades recreativas, de entretenimento, lazer, eventos, folclóricas, artesanais, de transporte, gastronômicas, de hospedagem no contexto local e regional;b. Demonstrar atitudes éticas profissionais.			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo. Conduta Ética Profissional do Guia de Turismo. Técnicas e regras de: Execução de roteiros, programas e itinerários locais e regionais. Pesquisa para elaboração de Speech, textos sobre para traslados. Procedimentos em Portos e Rodoviária. Procedimentos de Acomodação e saída do turista no hotel. Procedimentos no embarque/desembarque. Procedimento na realização de passeios/visitas. Procedimentos no retorno. Agradecimentos. Situações de emergência e vivência de situação - problema. Saúde do turista. Procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural). Assalto/roubo. Técnicas, regras e procedimentos de reservas, efetivação e acompanhamento de acomodações, transferências, passeios, visitas, excursões e ingressos regionais. Técnicas de condução de turistas com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações locais e regionais.
ÁREA DE INTEGRAÇÃO
Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo, Projeto Integrador II e III. Formatação de Roteiros e Transportes Turísticos. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul e demais componentes do Curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão . SENAC São Paulo, 2007. HINTZE, Hélio. Guia de Turismo – Formação e Perfil Profissional . Roca, 2007. LIMA, Oberdan Ferreira. Formação do Guia de Turismo . São Paulo: Renovarum, 2002
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DIAS, Célia M. Moraes. Hospitalidade: reflexões e perspectivas . Ed. Manole, 2002. RAPOSO, Alex; CAPELLA, Márcia; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. Turismo no Brasil: um guia para o guia . Editora Senac, 2002. RUBIO, Braulio. Inglês para profissionais de Turismo . Editora Senac São Paulo, 2012. SANTOS, Eurico de Oliveira. Teoria e prática do turismo no espaço rural . Editora Manole, 2002. VOIFER, Jack. Empreender Turismo e Ecoturismo . Editora Quality Mark, 2005.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
TCG	Técnicas de Comunicação para Guia de Turismo	30	II
EMENTA			
Compreensão e produção de textos. Técnicas de Comunicação para o Guia de Turismo. Ooratória. Recursos audiovisuais. Apresentação pessoal e etiqueta. Regras de Tratamentos. A voz.			
OBJETIVO GERAL			
Comunicar-se e relacionar-se com desenvoltura, ética e profissionalismo com os diferentes públicos, nas diferentes situações comunicativas			

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIAS:

- a. Adequar o uso da linguagem ao contexto situacional levando em consideração os elementos da comunicação;
- b. Aprimorar a utilização da linguagem verbal para o guiamento de turistas, utilizando-se de clareza e cordialidade;
- c. Perceber as diferentes variedades linguísticas existentes na língua portuguesa e os níveis de formalidade do contexto situacional.

HABILIDADES:

- a. Comunicar-se com desenvoltura, cordialidade e liderança, considerando o perfil dos visitantes e promovendo a integração interpessoal;
- b. Atuar com ética em todas as dimensões no percurso de sua formação profissional;
- c. Respeitar as diferentes manifestações de linguagem

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Aprimoramento da expressão oral, compreensão e produção de textos correlatos à área do Turismo. Tópicos de Gramática aplicada aos textos. Estratégias argumentativas. Análise da interação verbal em diferentes situações de produção. Técnicas de Comunicação para o guia de Turismo. Pensamento, linguagem e discurso na comunicação. A comunicação oral, habilidades e competências. Técnicas de comunicação e oratória. Reconhecimento dos tipos de discursos e comunicados. Desenvolvimento da habilidade de preparação do discurso. A utilização dos recursos audiovisuais, microfone. Apresentação pessoal e etiqueta. Cumprimento e saudações. Regras de Tratamentos. Os elementos básicos o processo de comunicação humana. Prática de audição. Articulação e dicção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAZ, B; JUAN, E. **Além dos meios de mensagens**: introdução a comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Vozes, 2005.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. Cortez, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. Editora Contexto, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRETON, Philippe. **Argumentar em Situações Difíceis**: o que fazer diante de um público hostil, de comentários racistas, de assédio, de manipulação, de agressão física e de violência sob qualquer de suas formas? Editora Manole, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. Editora Contexto, 2013.

FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Vozes, 2010.

RITOSSA, Cláudia Mônica. **Marketing Pessoal**: quando o produto é você. Editora Intersaberes, 2014.

WERNER, Adriane. **Oratória descomplicada**: dicas práticas para quem quer se comunicar melhor. Editora Intersaberes, 2014.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PI2	Projeto Integrador: Condução de Grupo – Viagem Técnica Regional	74	II
EMENTA			
Os estudantes deverão participar do planejamento e elaboração de roteiro em âmbito regional, venda dos pacotes e da execução das atividades relativas a Condução de Grupo em Viagem Técnica. Deverão orientar o grupo no que se refere à transmissão de informações relativas ao percurso, atrativos, segurança, recreação etc. Deverão vivenciar uma situação- problema, que será proposta pelos professores responsáveis pela prática, além de participarem de uma ação preventiva em primeiros socorros. Todos os componentes dos Módulos II deverão ser mobilizados e articulados para o desenvolvimento do Projeto Integrado.			
OBJETIVO GERAL			
Conduzir grupo de turistas durante viagem regional, apresentando o roteiro turístico elaborado.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Articular os serviços turísticos, do planejamento a venda dos produtos; b. Planejar viagem regional. 			
HABILIDADES:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Vivenciar situação-problema; b. Elaborar roteiro turístico utilizando técnicas de marketing. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
<p>Paisagem geográfica regional e local. Paisagem natural como atrativo turístico. Representações e Escalas cartográficas. Símbolos e convenções cartográficas. A geopolítica nacional: criação do território Federal do Rio Branco. As novas formas de ocupação e as tentativas de desenvolvimento. Atrativos turísticos: sítios históricos, arqueológicos, monumentos. História dos municípios de Roraima. Patrimônio e identidade cultural. Bens referentes ao patrimônio cultural regional. Espetacularização e transformação do patrimônio cultural. Os usos do patrimônio cultural para fins turísticos. Técnicas de leitura em língua inglesa. Conteúdo comunicativo: situações em aeroportos, hotéis, lojas e restaurantes. Vocabulário básico em língua inglesa evocabulário específico da área de guiamento, <i>speech</i>, saudações formais e informais, despedidas, horas, situações ao telefone, informações sobre localização, meios de transporte, aeroporto, hotel, restaurante, lojas, vestuário etc. Conduta Ética Profissional do Guia de Turismo. Técnicas e regras de: Execução de roteiros, programas e itinerários locais e regionais. Pesquisa para elaboração de <i>Speech</i>, textos sobre para traslados. Procedimentos em Portos e Rodoviária. Procedimentos de Acomodação e saída do turista no hotel. Procedimentos no embarque/desembarque. Procedimento na realização de passeios/visitas. Situações de emergência e vivência de situação - problema. A utilização dos recursos audiovisuais, microfone.</p>			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			

Geografia Regional Aplicada ao Turismo. História Regional Aplicada ao Turismo. Patrimônio Cultural e História da Arte Regional Aplicada ao Turismo. Inglês Técnico para Guiamento. Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Primeiros Socorros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima. In Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia, 1994.</p> <p>CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. Guia de Turismo: o profissional e a profissão. SENAC São Paulo, 2007.</p> <p>PAZINI, Raquel. Agências de Turismo: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. Editora Intersaberes, 2014.</p> <p>RITOSSA, Cláudia Mônica. Marketing Pessoal: quando o produto é você. Editora Intersaberes, 2014.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ESTEVES, Laura Freire. Introdução à Cartografia: fundamentos e aplicações. Editora Intersaberes, 2015.</p> <p>FRAXINO, André; PERUSSO, André. Inglês para Profissionais de Turismo. Disal Editora, 2011.</p> <p>FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime; Turismo e Patrimônio Cultural. Editora Contexto, 2013.</p> <p>MARCELLINO, Nelson Carvalho. Repertório de atividades de recreação e lazer. para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. Papyrus Editora, 2002</p> <p>PONTES, Cícero Feliciano de. Manual de sobrevivência na selva. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23928.pdf</p> <p>WERNER, Adriane. Oratória descomplicada: dicas práticas para quem quer se comunicar melhor. Editora Intersaberes, 2014.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
GEOBR	Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicado ao Turismo	32	III
EMENTA			
O processo de territorialização brasileira. Aspectos físicos e socioeconômicos nacionais. A influência geopolítica do Brasil no panorama regional. A polarização brasileira no Mercosul. Aspectos socioculturais latino-americanos. Aspectos físicos e naturais da América do Sul.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer os conceitos e teorias da Geografia aplicadas ao Turismo, possibilitando a análise da organização do espaço turístico e seu papel no desenvolvimento nacional e da América do Sul.			

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

COMPETÊNCIAS:

- a. Entender a organização do espaço a partir do Turismo;
- b. Analisar as características socioeconômicas da América do Sul.

HABILIDADES:

- a. Diferenciar as macrorregiões do Brasil;
- b. Compreender as diferenças socioeconômicas da América do Sul.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

O processo de ocupação e de formação do território brasileiro. As macrorregiões do IBGE e os aspectos socioeconômicos brasileiros. Conceito de Blocos Regionais. Formação do Mercosul e a participação do Brasil. Domínios morfoclimáticos da América do Sul. Características socioeconômicas da América Latina. Geografia política, física, humana e econômica, características gerais. Análise da produção e apropriação do espaço geográfico pelas atividades turísticas. Diferenças culturais no Brasil e suas influências. Migração. Aspectos físicos e naturais das regiões do Brasil e da América do Sul: Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Equador, Suriname.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

Espanhol Técnico para Guiamento. Inglês Técnico para Guiamento. Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo. Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul. Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo. Projeto Integrador III.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAS, Melhem. **Geografia da América** – aspectos da geografia física e social. Editora Moderna, 1982

CRUZ, R. **Introdução à Geografia do Turismo**. Editora Roca, 2001.

VESENTINI, José William. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**. Editora Atual; Ática, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In **Explorações Geográficas** – percursos no fim do século. Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Orgs.). **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. EDUECE, 2003. Saraiva, 2005.

NAME, Léo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. In **GeoTextos**, Vol. 6, nº 2, p.163 – 186, dez.2010. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4835/3584>

PAES, Maria T. Duarte. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. Identidades, Usos e Ideologias**. Editora: Annablume, 2017.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. In **Geografia Ensino & Pesquisa**. Vol. 16, nº 2, p. 47 – 61, maio/ago, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/7334/4373>.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
HISBR	História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo	32	III
EMENTA			
Expansão marítima. Colonização das Américas Portuguesa e Espanhola. América espanhola. América portuguesa. Crise colonial. Iluminismo. Independências na América. Primeiro e segundo reinados. República. Aspectos históricos das regiões do Brasil e da América do Sul.			
OBJETIVO GERAL			
Compreender a dinâmica histórica e suas contextualizações.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Estabelecer conexões entre a História do Brasil e a da América do Sul; b. Conhecer a construção do Estado brasileiro. 			
HABILIDADES:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Estabelecer relações entre os eventos históricos nacionais e seus legados culturais, que compõem a oferta turística; b. Avaliar os embates políticos, sociais e culturais ocorridos no Brasil. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
<p>Expansão marítima. Povos africanos na época moderna. A inserção do escravismo no sistema econômico mundial. A colonização das Américas Portuguesa e Espanhola. A exploração da costa. As capitanias hereditárias e o Governo-geral. A relações sociais entre indígenas e colonizadores. A conquista das civilizações pré-colombianas na América espanhola. A exploração da América espanhola. América portuguesa: expansão e diversidade econômica. A invasão de nações europeias. A ocupação do Nordeste e da Região Amazônica. A expansão bandeirante. Apogeu e desagregação do sistema colonial. A atividade mineradora: interiorização e urbanização. A crise portuguesa e o reforço do controle colonial. Os confrontos coloniais: alguns destaques. A contestação do Antigo Regime. O iluminismo nas américas. Rebeliões coloniais. O processo de independência nas Américas portuguesa e espanhola. A construção do Estado brasileiro. Primeiro e segundo reinados no Brasil. Períodos Republicanos no Brasil. Aspectos históricos das regiões do Brasil e da América do</p> <p>Sul: Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Equador, Suriname.</p>			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
Espanhol Técnico para Guiamento. Inglês Técnico para Guiamento. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Projeto Integrador III.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>LOPEZ, Luiz Roberto. História da América Latina. Mercado Aberto, 1998. ORTIZ, R. Cultura brasileira & identidade nacional. Brasiliense, 2006.</p> <p>PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. Companhia das Letras, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. Editora Unesp, 1998.</p> <p>FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna. Editora FGV, 2013.</p> <p>LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Colonial. Mercado Aberto, 1984.</p> <p>_____. História do Brasil Contemporâneo. Mercado Aberto, 1987.</p> <p>STEFAN, Rinke. História da América Latina. Editora EdiPUC-RS, 2019.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
ETG	Espanhol Técnico para Guiamento	30	III
EMENTA			
Fonemas e signos ortográficos. Técnicas de leitura. Compreensão e interpretação de texto. Conteúdo comunicativo. Aquisição de vocabulário básico e específico da área de guiamento.			
OBJETIVO GERAL			
Desenvolver habilidades linguísticas aplicando o vocabulário específico da área de Turismo.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Estabelecer relações entre situações cotidianas do Turismo e a Língua espanhola; b. Identificar os serviços da área de Turismo por meio de recurso técnico da língua espanhola. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Aplicar corretamente termos técnicos da língua espanhola em situações cotidianas do Turismo; b. Utilizar o idioma estrangeiro na comunicação com o Turismo. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

<p>Fonemas e signos ortográficos da língua espanhola. Técnicas de leitura. Compreensão e interpretação de texto. Léxico, sintaxe e estruturas funcionais da língua espanhola. Expressões idiomáticas. Aspectos culturais – pintura, cinema, esporte, festas e tradições, fotografia, gastronomia, literatura, música e outros aspectos culturais da história e da atualidade. Conteúdo comunicativo: situações em aeroportos, hotéis, lojas e restaurantes. Atividades de uso do dicionário. Audição de textos e desenvolvimento da expressão oral em nível básico. Aquisição de vocabulário básico e introdução a vocabulário específico da área de guiamento, <i>speech</i>, saudações formais e informais, despedidas, horas, situações ao telefone, informações sobre localização, meios de transporte, aeroporto, hotel, restaurante, lojas, vestuário etc.</p>
<p>ÁREA DE INTEGRAÇÃO</p>
<p>Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Agenciamento e Gestão de Turismo. Projeto Integrador III.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BRIONES, Ana Isabel. Español ahora: volumen único. Moderna, 2005.</p> <p>BRUNO, Fátima Aparecida Teves Cabral. Hacia español: curso de lengua y cultura hispánica: nível BÁSICA. Saraiva, 2005.</p> <p>ENGELMANN, Priscila Carmo Moreira. Língua estrangeira moderna: espanhol. Editora Intersaberes, 2016.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ALVES, Adda-Nari M. Mucho: espanhol para brasileiros, vol. único. Moderna, 2000.</p> <p>BLASCO, Cecília. Fale tudo em espanhol em viagens!: um Guia Completo Para Comunicação em Viagens. Disal Editora, 2019.</p> <p>FERNÁNDEZ, Gretel Eres. Estratégias motivacionais para aulas de espanhol. Companhia Editora Nacional, 2009.</p> <p>MICHAELIS. Dicionário escolar espanhol – português. Editora Melhoramentos, 2008.</p> <p>SENAC. Espanhol Para Profissionais do Turismo. Editora Senac, 2012.</p>

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
TTPBR	Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e América do Sul	40	III
<p>EMENTA</p>			
<p>Regulamentadores da profissão do Guia de Turismo em Excursão Nacional e Américado Sul. Técnicas de elaboração de narrativas nacionais e sul-americanos. Apresentação do Guia Local. Procedimentos finais juntos à agência. Relatório final. Situações de emergência. Técnicas e regras de aplicação de normas e procedimentos legais específicos ao Guia de Turismo Nacional e da América do Sul. Condução de grupos em Portos e Navios. Câmbio de moedas.</p>			

OBJETIVO GERAL
Conhecer aspectos e procedimentos necessários para guiamento de grupos em âmbito nacional e na América do Sul.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ampliar os conhecimentos adquiridos em Teoria e Técnica Profissional de Guia Regional; b. Entender os procedimentos de segurança <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Comandar habilidades de animação turística; b. Conduzir grupo em viagem nacional.
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS
Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul. Funções e atribuições do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul. Execução de Roteiros, programas e itinerários nacionais e na América do Sul. Manuseio de mapas, guias e manuais nacionais e da América do Sul. Técnicas de elaboração de narrativas nacionais e sul-americanos. Procedimentos preliminares de viagem. Plano de viagem. Recepção ao turista. Procedimentos de bordo. Apresentação do Guia Local. Procedimentos para traslados. Procedimentos no aeroporto. Acomodação e saída do turista no hotel.
Procedimentos no embarque/desembarque. Procedimento na realização de passeios/visitas. Reunião do grupo (procedimentos durante os percursos do passeio, procedimentos nas paradas definidas e/ou exploratórias, paradas para refeições, retorno para os meios de hospedagem). Procedimentos finais juntos à agência. Relatório final (prestação de contas, devolução das sobras do material). Situações de emergência/ Saúde do turista. Assalto/roubo. Procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural). Técnicas e regras de aplicação de normas e procedimentos legais específicos ao Guia de Turismo Nacional e da América do Sul. Técnicas, regras e procedimentos de reservas, efetivação e acompanhamento de acomodação, transferência, passeios, visitas, excursões e ingressos. Técnicas de condução de turistas com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações pertinentes ao Brasil e da América do Sul. Condução de grupos em Portos e Navios. Simulação das Práticas a serem desenvolvidas durante Excursão Nacional e América Latina. Câmbio de moedas. Animação turística.
ÁREA DE INTEGRAÇÃO
História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo. História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Agenciamento e Gestão de Turismo. Projeto Integrador III.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. SENAC São Paulo, 2007.

HINTZE, Hélio. **Guia de Turismo – Formação e Perfil Profissional**. Editora Roca. LIMA, Oberdan Ferreira. **Formação do Guia de Turismo**. Renovarum, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Célia M. Moraes. **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Ed. Manole, 2002.

RAPOSO, Alex; CAPELLA, Márcia; SANTOS, Cláudia Cardoso dos. **Turismo no Brasil: um guia para o guia**. Editora Senac, 2002.

SANTOS, Eurico de Oliveira. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Editora Manole, 2002.

VOIFER, Jack. **Empreender Turismo e Ecoturismo**. Editora Quality Mark, 2005.

XAVIER, Herbe. **Dimensões Ambientais: a sustentabilidade do turismo**. Editora UFPA, 2008.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
HANAS	História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo	32	III
EMENTA			
História da Arte desde o início do século XIX até o final do século XX relacionando os períodos históricos da Europa com os movimentos artísticos no Brasil e na América do Sul, dando condições de interpretação da obra de arte dentro de seu contexto histórico e cultural. Apresentação dos conceitos artísticos e seus desdobramentos na arte, na arquitetura e no urbanismo.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer as diferentes formas de manifestação artística, e suas diferentes linguagens, do Brasil e na América do Sul.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIA:			
a) Conhecer e compreender os diferentes estilos artísticos e arquitetônicos e suas manifestações;			
HABILIDADES:			
a. Identificar a produção artística do Brasil e da América do Sul; b. Reconhecer as linguagens artísticas.			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			

Período colonial: séculos XVI, XVII e XVIII: principais manifestações artísticas analisadas sob enfoque sociológico. Arquitetura, pintura, escultura, documentos e fortificações. Aspectos formais e estilísticos das obras. Relações de poder. História da Arte do século XIX até o final do século XX. Arte Pré-Colombiana. Movimentos e estilos artísticos. Arte e arquitetura contemporânea.

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

Teoria e Técnica Profissional de Guia Nacional e da América do Sul. Espanhol Técnico para Guiamento. Inglês Técnico para Guiamento. Formatação de Roteiros e Transporte Turístico. Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo. Projeto Integrador III.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. Editora Perspectiva, 2001.
CARDOSO, Rafael. **A arte brasileira em 25 quadros**(1790-1930). Editora Record,2008.
GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. Guanabara, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **A História da Arquitetura**. Edições Ouro, 1964.
CHILVERS, Ian. **História Ilustrada da Arte**. Publifolha, 2014.
GOMPertz, Will. **Isso é arte?: 150 anos de arte moderna do impressionismo até hoje**. Editora Zahar, 2013.
OLIVEIRA, Myriam Andrade R. de. **História da arte no Brasil: textos de síntese**. Editora UFRJ, 1999.
ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil**. 2v. Instituto Walter Moreira Salles,1983.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PCAS	Patrimônio Cultural Nacional e da América do Sul Aplicado ao Turismo	30	III
EMENTA			
Cultura e patrimônio cultural e natural. Dinâmica cultural. Educação Patrimonial. Patrimônio Arqueológico. Patrimônio Histórico. Museus e Turismo. Turismo Pedagógico. Aspectos culturais e patrimoniais das regiões do Brasil e da América do Sul: Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Equador, Suriname.			
OBJETIVO GERAL			
Apresentar os aspectos culturais e patrimoniais dos principais destinos do Brasil e da América do Sul.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
COMPETÊNCIAS:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Conhecer a legislação patrimonial e o papel do estado; b. Identificar os diversos tipos de patrimônio. 			
HABILIDADES:			
<ul style="list-style-type: none"> a. Compreender as diversas influências culturais na formação dos patrimônios; b. Reconhecer as diferenças culturais e seus usos pela atividade turística. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
Cultura e patrimônio cultural e natural. Natureza e cultura. Preservação patrimonial – legislação e papel do Estado. Dinâmica cultural. A necessidade do passado: o uso dos objetos, monumentos e sítios históricos. O patrimônio cultural como atrativo turístico. Educação Patrimonial – conceitos e evolução. O Guia como multiplicador e educador patrimonial. Patrimônio Arqueológico. Patrimônio Histórico. Herança Portuguesa e Espanhola Colonial. Herança Africana. Herança Indígena. Patrimônio Gastronômico. Museus e Turismo. Turismo Pedagógico. Aspectos culturais e patrimoniais das regiões do Brasil e da América do Sul: Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Equador, Suriname.			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Geografia do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Inglês Técnico para Guiamento. Formatação de Roteiros e Transporte Turístico. Projeto Integrador III.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. In **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, vol. VI (suplemento), 1019-1046, setembro 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-5970200000500012&script=sci_arttext> Acesso em: 22. Set. 2019.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. Os novos museus de arte, suas exposições e a recepção estética. In: . **Entre cenografias: o museu e a exposição no século XX**. EDUSP- FAPESP, 2004. (Cap. 2, p 61-87).

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26 n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 Set. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Organização). **Turismo e patrimônio cultural**. Editora Contexto, 2001.

_____; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Editora Brasiliense, 2008.

GOMES, Denise Maria Cavalcanti. Turismo e museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, P. Paulo; PINSKY, Jaime (Organização). **Turismo e patrimônio cultural**. Editora Contexto, 2001. p. 25-34

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. Editora ROCA, 2004.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. Paulo; PINSKY, Jaime (Organização). **Turismo e patrimônio cultural**. Editora Contexto, 2001. p. 15-24

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. EdUERJ, 1999.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
LIBR	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para Guiamento	24	III
EMENTA			
Abordagem sobre aspectos familiares, psicológicos, pessoal e social por meio de sua língua e identidade. Estrutura e gramática da Língua Brasileira de Sinais, Libras, e seus contextos nas diversas situações de comunicações. Comunicação básica de guiamento através da Libras.			
OBJETIVO GERAL			
Conhecer o básica do vocabulário de guiamento e da gramática da Libras, permeando pelas reflexões nos diversos aspectos que envolvem o contexto da identidade surda.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Compreender o sistema linguístico da língua Brasileira de sinais – LIBRAS b. Desenvolver conversação básica no contexto de guiamento utilizando os parâmetros que envolvem a Libras. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Analisar sobre o aspecto psicológico, pessoal, social e familiar do indivíduo surdo por meio de sua língua e de sua identidade; b. Identificar sinais específicos da Libras contextualizado ao guiamento; c. Construir e compreender diálogos básicas em Libras. 			
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS			
Cultura e identidade surda. Construção da prática em libras seguindo os parâmetros que a regem. Enfoque comunicativo da Libras através da apreensão de vocabulário e aspectos básicos gramaticais da língua em diversos contextos de guiamento.			
ÁREA DE INTEGRAÇÃO			
História da Arte Nacional e da América do Sul Aplicada ao Turismo. História do Brasil e da América do Sul Aplicada ao Turismo. Técnicas de Comunicação para Guias de Turismo. Turismo em Ambiente Natural. Relações Interpessoais. Projeto Integrador III.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

CAPOVILLA, Fernando; DUARTE, Walquiria. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Volumes de A-L e M-Z. São Paulo:Edusp, 2001.

FELIPE, Tanya. **Políticas públicas para a inserção da LIBRAS na educação de surdos**. In: Espaço. Rio de Janeiro: INES, 2006. jan-jun. 2006. Disponível em: http://www.librasemcontexto.org/producao/Políticas_publicaseduc_Surdos.pdf. Acesso em: jul. 2015

PEREIRA, M. C. C. et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. Editora Pearson Education do Brasil, 2011.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Editora Artmed, 1997.

_____.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Editora Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADOBE Creative Team; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras**. Editora Intersaberes, 2018.
LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Editora Mediação, 2014.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs.). **Libras: aspectos fundamentais**. Editora Intersaberes, 2019.

MONTANHER, H.; JESUS, J. D.; FERNANDES, S. **Letramento em libras**. v. 1
Editorial ESDE Brasil, 2010.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. Editora Pearson, 2013.

Código	Componente Curricular	Carga Horária	Módulo
PI3	Projeto Integrador: Condução de Grupo – Guia Nacional e América do Sul – Viagem Técnica	80	III
EMENTA			
Os estudantes deverão participar do planejamento e elaboração de roteiro em âmbito nacional, venda dos pacotes e da execução das atividades relativas a Condução de Grupo em Viagem Técnica referente a formação como Guia Nacional e da América do Sul. Deverão orientar o grupo no que se refere à transmissão de informações relativas ao percurso, atrativos, segurança, recreação etc. Deverão vivenciar uma situação-problema, que será proposta pelos professores responsáveis pela prática, além de participarem de uma ação preventiva em primeiros socorros. Todos os componentes dos Módulos III deverão ser mobilizados e articulados para o desenvolvimento do Projeto Integrado.			
OBJETIVO GERAL			
Conduzir grupo de turistas durante viagem nacional, apresentando o roteiro turístico elaborado.			
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES			

COMPETÊNCIAS:

- a. Articular os serviços turísticos, do planejamento a venda dos produtos;
- b. Planejar viagem nacional.

HABILIDADES:

- a. Vivenciar situação-problema;
- b. Transmitir informações ao grupo de turistas.

BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS

Formação do Mercosul e a participação do Brasil. Análise da produção e apropriação do espaço geográfico pelas atividades turísticas. Diferenças culturais no Brasil e suas influências. A inserção do escravismo no sistema econômico mundial. A colonização das Américas Portuguesa e Espanhola. A exploração da América espanhola. América portuguesa: expansão e diversidade econômica. A ocupação do Nordeste e da Região Amazônica. A expansão bandeirante. Primeiro e segundo reinados no Brasil. Períodos Republicanos no Brasil. Técnicas de leitura, compreensão e interpretação de textos em língua espanhola. Conteúdo comunicativo em língua espanhola: situações em aeroportos, hotéis, lojas e restaurantes. Vocabulário específico da área de guiamento em língua espanhola. Aspectos regulamentadores da profissão do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul. Funções e atribuições do Guia de Turismo em Excursão Nacional e América do Sul. Técnicas de elaboração de narrativas nacionais e sul-americanos. Procedimentos preliminares de viagem. Plano de viagem. Apresentação do Guia Local. Procedimentos de aeroporto. Procedimentos no embarque/desembarque. Reunião do grupo (procedimentos durante os percursos do passeio, procedimentos nas paradas definidas e/ou exploratórias, paradas para refeições, retorno para os meios de hospedagem). Relatório final (prestação de contas, devolução das sobras do material). Situações de emergência/ Saúde do turista. Procedimentos de segurança (conduta em transportes, meios de hospedagem, espaço urbano e natural). Técnicas e regras de aplicação de normas e procedimentos legais específicos ao Guia de Turismo Nacional e da América do Sul. Técnicas de condução de turistas com orientação, assessoria, interpretação e transmissão de informações pertinentes ao Brasil e da América do Sul. Simulação das Práticas a serem desenvolvidas durante Excursão Nacional e América Latina. Câmbio de moedas. Animação turística. Arquitetura, pintura, escultura, documentos e fortificações referentes a América do Sul. Aspectos formais e estilísticos das obras. Arte Pré- Colombiana. Arte e arquitetura contemporânea. Cultura e patrimônio cultural e natural. A necessidade do passado: o uso dos objetos, monumentos e sítios históricos. O patrimônio cultural como atrativo turístico. Patrimônio Arqueológico. Patrimônio Histórico. Herança Africana. Herança Indígena. Patrimônio Gastronômico. Museus e Turismo. Aspectos culturais e patrimoniais das regiões do Brasil e da América do Sul: Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Venezuela, Guiana, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Equador, Suriname. Prática do uso da LIBRAS no contexto turístico. Vocabulário em LIBRAS voltado para o Turismo. *Speech* em LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **A História da Arquitetura**. Edições Ouro, 1964.
CHIMENTI, S.; TAVARES, A.M. **Guia de Turismo: o profissional e a profissão**. SENAC São Paulo, 2007.
HINTZE, Hélio. **Guia de Turismo – Formação e Perfil Profissional**. Editora Roca, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHILVERS, Ian. **História Ilustrada da Arte**. Publifolha, 2014.

PEREIRA, M. C. C. et al. **Libras**: conhecimento além dos sinais. Editora Pearson Education do Brasil, 2011.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. Editora Contexto, 2001. p. 15- 24

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. EdUERJ, 1999.

SENAC. **Espanhol Para Profissionais do Turismo**. Editora Senac, 2012.

Código	Componente Curricular Optativo	Carga Horária
LBS	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	40
EMENTA		
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.		
OBJETIVO GERAL		
Conhecer o vocabulário da gramática da Libras nos diversos aspectos que envolvem o contexto da identidade surda.		
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES		
<p>COMPETÊNCIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária, em específico com pessoas surdas. b. Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças. c. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira. <p>HABILIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Reconhecer a trajetória histórica da educação de pessoas com surdez no Brasil e no mundo, e a luta desses sujeitos pela inclusão social. b. Desmistificar ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. c. Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, contribuindo para a inclusão da pessoa com surdez. d. Interagir com a comunidade surda brasileira. e. Utilizar a Libras em contextos diversos. f. Estabelecer a comparação entre Libras e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças. g. Estabelecer de forma básica a comunicação com as pessoas com surdez. 		
BASES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS		

1. **Noções básicas de deficiência auditiva/surdez**
2. **Historicidade da Linguagem de Sinais**
 1. Breve história das pessoas com deficiência auditiva-surdez no mundo e no Brasil
 2. Breve história das línguas de sinais;
 3. Língua, linguagem, sinais e gestos
 4. A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas.
3. **Legislação específica:**
 - 3.1 Lei nº 10.436, de 24/04/2002;
 - 3.2 Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.
4. **Introdução a Libras:**
 1. Parâmetros da Libras: configurações de mão, ponto de articulação/localização, movimento, orientação/direcionalidade da mão, expressões;
 2. Características da língua, seu uso e variações regionais;
 3. Alfabeto da Libras, Saudação, Identificação Pessoal: nome, sinal; Pronomes Pessoais, Meses, Números, Família; Material Escolar, Cores; Sentimentos; Verbos; Profissões;
5. **Prática introdutória em Libras**
 1. Diálogo e conversação básica;
 2. Expressão viso-espacial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo, Summus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.160p.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Editora: Ciranda Cultural, 2010.

SACKS, Oliver W. Vendo vozes: **Uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.

Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. Dicionário Digital de LIBRAS. _____ . Dicionário Digital de LIBRAS. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br

_____. Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingueda Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

_____, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010

COUTINHO, Denise, Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

_____, Denise, Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

8.4 Forma de Oferta

O campus fica obrigado a ofertar o componente curricular de Libras (40h), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado, preferencialmente, nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e campi diferentes.

A carga horária destinada à oferta deste componente curricular optativo será de 40 (quarenta) horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverá ser registrada no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta/vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula e componente optativo, serão regidos em edital próprio a ser publicado pelo Campus.

8.5 Prática Profissional Integrada

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de

vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I. Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a. Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b. Simulações de situações-problema;
- c. Estudos de caso;
- d. Investigação sobre atividades profissionais;
- e. Seminários;
- f. Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g. Visitas técnicas;
- h. Outras.

II. Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

8.6 Práticas Interdisciplinares

Com o objetivo de articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação será promovida a flexibilidade curricular para o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e para a inserção no mundo do trabalho. As atividades interdisciplinares serão desenvolvidas no decorrer do Curso por meio de projetos integradores e outras atividades curriculares que poderão ser aplicadas por mais de um componente curricular de cada módulo, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme o que preconizam os Artigos 5º e 16º da Organização Didática (IFRR, 2018) e o Planode Desenvolvimento Institucional – PDI 2019- 2023 (IFRR, 2019), que tem a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Os módulos do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante estão organizados com o intuito de estruturar a unidade das competências relacionadas à habilitação, o que resultará na necessidade de desenvolvimento de um trabalho articulado entre todos os docentes do módulo, no sentido de desenvolver diversas atividades coordenadas e voltadas para um único objetivo.

8.7 Terminalidades Intermediárias

Este curso não prevê terminalidades intermediárias.

8.8 Trabalho de Conclusão de Curso

Este curso não prevê realização de Trabalho de Conclusão de Curso.

8.9 Estratégias Pedagógicas

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Perfil Profissional do Curso Técnico em Guia de Turismo, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias pedagógicas. Dentre elas:

- a. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- b. Aula prática;
- c. Estudo de caso;
- d. Resumos;
- e. Estudo dirigido;
- f. Lista de discussão por meios informatizados;
- g. Filmes;
- h. Uso de tecnologias de informática;
- a. Solução de problemas;
- j. Resolução de exercícios;
- k. Grupo de Trabalho (GT)/Seminário;
- ax. Dramatização;
- all. Seminário;
- n. Discussões e debates;
- o. Pesquisa direcionada;
- p. Visitas técnicas;
- q. Dinâmica em grupo;
- r. Projeto de extensão;
- s. Projeto integrador.

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e, em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa. Na intenção de fazer aflorar ainda mais a identificação do estudante com a profissão de guia de turismo, este PPC dá uma atenção especial para a estratégia pedagógica de Projeto Integrador, pois acredita-se que por meio desta é possível dar maior significado às experiências vividas durante o curso.

9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Considerando que a articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, este curso não prevê realização de estágio curricular obrigatório. É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução n.º 418 – Conselho Superior, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução n.º 292 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017, e Organização Didática em vigor.

10. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DIEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DIEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- a. no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- b. na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- c. no combate à retenção e à evasão;
- d. no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- e. no suporte ao planejamento docente; e
- f. no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

11. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e/ou assíncronas, como ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), redes sociais e suas respectivas ferramentas, as quais, quando previstas e/ou implantadas no processo de ensino- aprendizagem, devem permitir a execução do PPC e a garantia da acessibilidade e de seu domínio.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TIC em seus processos de ensino-aprendizagem, o Campus Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 22 (vinte e dois) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do Campus, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

12. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As Orientações Metodológicas do Curso Técnico em Guia de Turismo surgem a partir da observação do mundo contemporâneo, onde tudo tem acontecido de forma cada vez mais integrada. No mundo do trabalho as profissões se aproximam buscando interseções que se complementam e as instituições de ensino buscam metodologias e instrumentos pedagógicos que possibilitem esta vivência durante o processo de formação profissional. Conforme Santos e Barra (2014), os Projetos Integradores (PI) induzem a esse princípio, trazendo à tona a transdisciplinaridade e a transversalidade entre os conteúdos de ensino e, por meio de um eixo integrador, estabelecem o ponto de ancoramento comum entre os componentes curriculares e articula os conhecimentos construídos no módulo letivo. Neste sentido, utilizar esta estratégia metodológica possibilitará maior mobilidade dos conhecimentos interdisciplinares e permitirá ao estudante a percepção da profissão a partir de simulações realizadas nos momentos das práticas de guiamento, que serão desenvolvidas no final de cada módulo. Neste Curso, o papel do projeto integrador é fazer a articulação entre os componentes curriculares, de tal maneira que permita ao estudante perceber a complementação mútua entre os componentes do curso.

Considerando o anteriormente exposto, pretende-se que a realização/desenvolvimento da prática como PI defina o eixo condutor pelo conjunto de componentes curriculares de cada módulo, garantindo a contextualização com a proposta curricular do módulo e do curso; a inter-relação entre conteúdos; a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico e a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante uma ação concreta durante as visitas técnicas.

Dessa forma, os Módulos do curso supracitado estão organizados com o intuito de estruturar a unidade de competência relacionada à habilitação, o que resultará na necessidade de desenvolvimento de um trabalho articulado entre todos os docentes do Módulo, e também os que ministraram componentes em módulos anteriores, no sentido de desenvolver diversas atividades coordenadas e voltadas para um único objetivo. As atividades poderão ser realizadas por meio de visitas técnicas, pesquisas, organização de eventos específicos, seminários etc.

Os Projetos Integradores serão propostos nas reuniões de planejamento de forma que representem a relação entre teoria e prática com ações integradoras que viabilizam a formação cidadã em sua totalidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão. A cada semestre letivo será designado um

professor-coordenador do projeto integrador, o qual ficará responsável por coordenar, organizar e direcionar as atividades propostas pelos docentes do módulo vigente, e por docentes de módulos anteriores, quando for o caso, possibilitando a execução de projetos inter e intra módulos de forma integrada, contextualizada e inter-relacionando os saberes apreendidos.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

Deverão ser realizadas, por meio de Projeto Integradores, no mínimo, 01 (uma) viagem técnica regional (intermunicipal), com pernoite, e ao menos 01 (uma) viagem técnica, com pernoite, para outro Estado ou País, para a qualificação em Guia Nacional e América do Sul, além de, no mínimo 01 (um) procedimento de aeroporto. Além destas, outras atividades práticas deverão ser realizadas, conforme exigência da Lei 8623/93 (BRASIL, 1993-3), Decreto 946 (BRASIL, 1993-2). A frequência mínima deve constar de 75% nas atividades teóricas e 100% nas viagens técnicas e atividades práticas, conforme exigência da legislação supracitada. As visitas regulares serão realizadas em turno oposto ao das aulas convencionais, quando possível.

As viagens serão realizadas utilizando-se, também, os finais de semana e feriados. Os roteiros serão subdivididos em trechos em todo o seu percurso de ida, permanência e volta entre os estudantes, que ficaram responsáveis pela condução do grupo na condição de Guia. Durante todo o roteiro os estudantes simularam o guiamento, conduzindo o grupo informando, situando, entretendo, realizando serviço de bordo, dando assistência em paradas técnicas ou não, nas refeições, idas a shows, em caminhadas e visitas, controlando para que não haja dispersão, administrando o tempo e recrutando o grupo, quando necessário.

Em museus e em trilhas, sempre que possível e necessário, os estudantes serão acompanhados por guias especializados. Caso não seja possível, o estudante responsável pelo atrativo deverá receber uma orientação específica para atuar como guia, esporadicamente. Nas cidades de destino com pernoite o estudante responsável pelo trecho realizará o check in e o check out no meio de hospedagem. As viagens serão planejadas, organizadas e executadas pelos estudantes acompanhados por 02 (dois) professores, sendo um deles Guia de Turismo, conforme roteiro e atividade a ser desenvolvida.

13. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As competências anteriormente desenvolvidas pelos estudantes, que estão relacionadas com o perfil de conclusão do Curso, serão aproveitadas nos termos da legislação vigente e da Organização Didática do IFRR, dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico do Campus. Os critérios para o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores baseiam-se nas situações previstas na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 e referem-se a:

- I. - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;
- II. - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

- III. - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e
- IV. - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

O aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior, poderá incidir no APROVEITAMENTO:

- I. total de estudos, quando atender a todos os critérios requeridos na Organização Didática do IFRR;
- II. parcial de estudos, devendo o estudante se submeter à adaptação curricular por complementação de estudos, quando a carga horária for igual ou superior, mas os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente inferiores à ementa de ensino do componente curricular requerido;
- III. parcial de estudos, devendo o estudante ser submetido ao processo de adaptação curricular por complementação de carga horária, quando os conteúdos, competências e habilidades estudadas forem quantitativa e qualitativamente iguais ou superiores, mas a carga horária for inferior a 75% do total previsto para o componente curricular.

O aproveitamento de estudos realizados em cursos livres deve ocorrer por meio de uma avaliação elaborada com base nos conteúdos, competências e habilidades objeto de estudos no componente curricular correspondente.

14. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

1. Avaliação da Aprendizagem do Estudante

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem como parâmetro os princípios do projeto político-pedagógico institucional, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFRR e o perfil de conclusão do Curso.

Em atendimento à Organização Didática do IFRR, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem inclui, em um sistema polidimensional de avaliação, os seguintes aspectos:

- I. avaliação da aprendizagem do discente;
- II. avaliação das estratégias de ensino; e
- III. avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

A avaliação e a recuperação da aprendizagem obedecerão às normas estabelecidas na legislação vigente e na Organização Didática do IFRR. O processo da avaliação, incluindo o planejamento de Atividades de Recuperação da Aprendizagem, reforço escolar, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas propostas em conformidade com a Organização Didática, será planejado e executado pelos docentes e permanentemente acompanhado pelos Coordenadores de Cursos e profissionais técnico-pedagógicos.

A avaliação educacional constitui-se em instrumento de análise que permite verificar a proposta político-educacional do IFRR. O processo deverá ser dinâmico, amplo, qualificando e subsidiando o reencaminhamento da ação, possibilitando consequências no sentido da construção dos resultados que se deseja. A avaliação da aprendizagem analisa os conhecimentos dos discentes nas áreas cognitiva e

afetivo-social, favorecendo a compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades que estão encontrando para atingir os objetivos do Curso, nos componentes curriculares e nas atividades que estão participando.

A avaliação do trabalho do estudante, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, deverá possibilitar a verificação de:

- I. a adequação do currículo ou necessidade de sua reformulação, tendo em vista as necessidades sociais;
- II. a validade dos recursos didáticos adotados;
- III. a necessidade de serem adotadas medidas de recuperação; e
- IV. o ajustamento psicossocial do estudante.

A avaliação permitirá ao docente identificar os progressos e as dificuldades dos discentes e, para continuidade do processo, a partir do resultado avaliativo, abordar as necessárias mudanças, a fim de se obter aprendizagens significativas.

O desenvolvimento e a aprendizagem do discente serão avaliados de maneira contínua, dinâmica e processual, tomando-se como referência a aquisição de habilidades/competências curriculares trabalhadas, e a prática de aspectos atitudinais, que corroboram com a formação geral do educando.

Quando mais de 50% (cinquenta por cento) da turma não conseguir adquirir a competência com nota acima de 70% (setenta por cento) do valor do componente curricular, o docente deve revisar o trabalho e rever a metodologia utilizada. Persistindo a dificuldade, o próprio docente deve marcar horários extras, por mais uma semana, a serem combinados com a turma, para estudos relativos à(s) competência(s) com baixo rendimento, até que uma reavaliação comprove resultado percentual superior.

A avaliação da aprendizagem do curso é expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se uma casa decimal. A média do componente curricular no módulo (MM) consistirá na média aritmética resultante da soma das avaliações, Avaliação 1 (AV1) e Avaliação 2 (AV2).

$$MM = \frac{AV1 + AV2}{2}$$

2

A composição de cada Avaliação (AV1 e AV2) deve ser constituída de 1 (um) a 4 (quatro) elementos avaliativos diferentes entre si. A soma dos elementos avaliativos no componente curricular por módulo não deverá ultrapassar 5 (cinco) elementos avaliativos.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, em observação ao que estabelece o Calendário Acadêmico com relação aos períodos e prazos para lançamentos no Controle de Registro Acadêmico e para realização do Exame Final. Será considerado aprovado por média o estudante que obtiver nos componentes curriculares nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo cursado, sendo registrada no Diário de Classe e no Sistema de Registro de Notas a situação de aprovado.

Será considerado reprovado:

- I. por nota, no componente curricular, o estudante que obtiver média menor que 4,0 (quatro);
- II. por frequência, quando esta for menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária do módulo cursado.

Ao término do módulo, haverá um Exame Final (EF) destinado aos estudantes que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). No entanto, somente será submetido ao Exame Final o estudante cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do módulo.

A Nota Final do estudante que realizar Exame Final será a média aritmética da nota obtida no módulo e a nota do Exame Final, que deverá ser igual ou superior a 5,0 (cinco). O estudante estará reprovado se a Nota Final (NF) for inferior a 5,0 (cinco).

Se, por falta de comparecimento do estudante, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será atribuída nota 0,0 (zero).

O estudante poderá ser promovido, na situação de Dependência, para o módulo seguinte – se reprovado após Exame Final – em até 2 (dois) componentes curriculares. Nesse caso, o estudante promovido para o módulo seguinte, na situação de Dependência, deverá cursá-la de forma paralela ao módulo para o qual foi promovido, devendo a Instituição oferecer a referida dependência até o final do período de integralização do curso.

Ao final de cada módulo, os docentes deverão entregar à respectiva Coordenação de Curso o diário de classe devidamente preenchido, o relatório de notas, de faltas e de conteúdos ministrados, sem rasuras e/ou manchas de corretivo, depois de digitado no Sistema de Registro de Notas, conforme prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

14.2. Avaliação das Estratégias de Ensino

A avaliação, sendo dinâmica, continuada e cumulativa, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de desenvolvimento do estudante na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo. Para isso, diferentes instrumentos de avaliação devem ser utilizados para estimular o estudante à pesquisa, reflexão, iniciativa, criatividade, laboralidade e cidadania.

A avaliação das estratégias pedagógicas parte da avaliação do planejamento de Ensino que deve considerar objetivos educacionais e estratégias didático- pedagógicos que garantam acessibilidade de todos os estudantes.

Nesse sentido, a avaliação das estratégias pedagógicas se dá através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- utilização funcional do conhecimento;
- estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na avaliação;
- explicitação dos critérios de avaliação para o discente;
- estímulo ao desenvolvimento da atitude de auto avaliação por parte do estudante;
- correção de erros sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e
- relevância conferida às aptidões do estudante, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

14.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e do Currículo

A avaliação da proposta do PPC, assim como a avaliação do currículo, é entendida como um instrumento que, no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade, evidencia a necessidade de reformulações, adequações e melhorias na articulação de conhecimentos teóricos e práticos para a construção de competências e habilidades do objeto de estudo, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão. Os procedimentos para a realização dessa avaliação podem ser:

- em reunião do Conselho de Classe - com pauta previamente definida e com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe de acompanhamento do Curso;
- na avaliação do curso feita pelos estudantes no final de cada módulo - avaliação institucional;
- aplicação de questionário ou realização de roda de conversa organizada para tal finalidade, com estudantes do Curso; e
- em reunião pedagógica, convocada pela Direção Geral, Departamento de Ensino e/ou pelo Setor Pedagógico - com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe técnico-pedagógica do Curso.

14.4. Avaliação do Atendimento ao Estudante

Conforme a Organização Didática do IFRR, e de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular, o docente deve assegurar em seu planejamento de ensino, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade.

Essa avaliação visa melhorar os serviços prestados para o atendimento ao estudante com vistas à promoção de estratégias que visem à permanência e êxito escolar do corpo discente. A avaliação do atendimento ao estudante pode ser realizada:

- em reunião do Conselho de Classe, com pauta previamente definida e com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe técnico pedagógica do curso;
- na avaliação do curso feita pelos estudantes no final de cada módulo- avaliação institucional;
- aplicação de questionário ou realização de roda de conversa organizada para tal finalidade, com estudantes do curso; e
- em reunião pedagógica, convocada pela DIEPEI, Coordenação de Curso e/ou pelo Setor Pedagógico, com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe que acompanha o Curso.

Para a realização dessa avaliação, estudantes, equipe de acompanhamento do curso e docentes devem conhecer os itens a serem avaliados, sendo eles:

- programas de atendimento ao estudante seguindo as atividades de: apoio psicopedagógico, apoio extraclasse, assistência estudantil, nivelamento, monitoria, aproveitamento de conhecimentos e experiências

- anteriores, pesquisa, extensão e outros;
- meios e estratégias utilizadas para a permanência do estudante;
- ações de mobilidade acadêmica, conforme regulamentos IFRR.

15. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DIEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2018). Sua constituição é composta por, além do seu presidente, todos os docentes da turma em análise, no período letivo em questão; representantes dos estudantes; o Coordenador de Curso; um representante da equipe técnico-pedagógica; e um representante da equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DIEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- I. Toda a turma de estudantes;
- II. Com determinado grupo de estudantes; ou
- III. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- I. Levantar as dificuldades da turma com relação à aprendizagem, ao relacionamento docente e estudantes, ao relacionamento entre os próprios discentes e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- II. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- III. Despertar nos docentes e nos estudantes o hábito de reflexão, de análise e de autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- IV. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- V. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe. Por determinação da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão, em função de assuntos específicos a serem tratados, o Conselho de Classe poderá ser convocado para reunir-se com:
 - Toda a turma de estudantes;
 - Com determinado grupo de estudantes; ou
 - Sem a presença dos estudantes.

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído conforme preconiza a Organização Didática do IFRR.

16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2019-2023 (IFRR, 2019), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá, de acordo com o Art. 196, § 2º da Organização Didática, a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do Campus, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do Campus, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DIEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do Campus, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DIEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em conformidade com o que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o acompanhamento e a realização da avaliação institucional são de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR e, no âmbito dos campi, da Comissão Setorial de Avaliação (CSA). Essas instâncias serão responsáveis pela condução dos processos de avaliação interna, da devolutiva, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e serão constituídas para períodos bianuais de atuação mediante processo de escolha regido por edital e levando em consideração a participação dos docentes, dos técnico-administrativos, dos gestores, dos estudantes e da comunidade externa, conforme exposto na Resolução n.º 293 – Conselho Superior, de 5 de maio de 2017.

18. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

O quadro de servidores docentes é composto por 15 (quinze) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de processo de seleção pública simplificada, por edital, e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

Quadro 2: Perfil Profissional de Pessoal Docente

Nome	Área de Formação	Titulação	Regime de Trabalho
Claudete Correa dos Santos	Administração	Mestrado em Administração; Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; Bacharel em Administração	40 DE
Ana Claudia Luiz Borges Barros	Letras - espanhol	Mestre em letras; Licenciada em Letras - Espanhol e Literatura Hispânica; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia de Boa Vista.	40 DE
Daiane Machado Sá	Economia	Especialista em Docência no Ensino Superior; Bacharela em Ciências Econômicas	40 DE
Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia	Mestra em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia; Bacharela em Agronomia	40 DE
Jéssica Carolina Faversani	Agronomia	Mestra em Ciência do Solo; Bacharela em Engenharia Agrônoma	40 DE
Karla Cristina Damasceno de Oliveira	Turismo	Doutora e Mestra em Museologia e Patrimônio; Especialista em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo; Bacharela em Turismo e em Ciências Contábeis	40 DE

Igor Gomes de Meneses Cruz	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Mestre em Ciência da Computação, na área de Sistemas de Informação e Banco de Dados Graduado em Ciência da Computação.	40 DE
Lysne Nozenir de Lima Lira	Pedagogia	Mestre em Educação Graduada em Pedagogia e Licenciatura em História.	40 DE
Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Mestre em Administração; Bacharel em Administração MBA em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	40 DE
Moacir Augusto de Souza	Educação Física	Mestre em Educação Superior; Licenciado em educação física; Especialista em Ciência Morfológicas; Especialista em Comércio Exterior.	40 DE
Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Mestre em Agronomia; Especialista em Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto; Bacharel em Agronomia	40 DE
Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças; Bacharela em Ciências Contábeis; Técnica em Secretariado	40 DE
Rogério Pinto de Sousa	Letras - Inglês	Licenciado em Letras - Inglês	40 DE

Severino Manuel da Silva	Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Mestre em Ciência Animal; Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico; Bacharel em Ciências Agrárias, em Zootecnia e em Agronomia; Técnico em Edificações	40 DE
Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Mestre em Gerenciamento de Projetos; Bacharel em Administração com Ênfase em Comércio Exterior.	40 DE

O quadro de servidores técnicos administrativos em educação (TAE) do Campus é composto atualmente por 10 (dez) servidores, conforme tabela abaixo:

Quadro 3: Perfil Profissional de Pessoal Técnico-Administrativo

Nome	Cargo	Regime de Trabalho
Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração	40 h
Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	40 h
Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais	40 h
Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno	40 h
Paulo Cesar Sampaio da Silva	Assistente em Administração	40 h
Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública	40 h
Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista	40 h

Quadro 4: Perfil Profissional de Pessoal Técnico-Pedagógico

Nome	Cargo	Regime de Trabalho
Holtton Bruno Schuertz Alves	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h
Maria Eliana Lima dos santos	Pedagoga	40h
Fernando Silva e Silva	Técnico em Assuntos Educacionais	40 h

19. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

19.1 Instalações

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB, as instalações do *Campus* estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão, dispondendo dos seguintes ambientes:

- I. Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado;
- II. Sites ou aplicativos para leitura de mapas e localização geográfica (GPS)
- III. Sala compartilhada para os Professores;
- IV. Sala de Pesquisa para os Professores;
- V. Sala para as Coordenações de Cursos;
- VI. Sala para a Equipe Técnica-Pedagógica;
- VII. Laboratório de Informática com programas específicos;
- VIII. Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA);
- IX. Uma copa e um refeitório.

19.2 Equipamentos

- 05 (cinco) Projetores Multimídia
- 03 (três) Televisores;
- 42 (quarenta e dois) computadores desktop;
- 07 (sete) Notebooks;
- 05 (cinco) Impressoras com *Scanner*;
- Equipamentos de comunicação.

19.3 Biblioteca

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo.

O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

19.4 Laboratório de Informática

O Campus Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

20. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando-lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2019 a 2023 (PDI IFRR 2019-2023)

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no Campus, constituem-se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o Campus prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação - que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais, a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias (PDI IFRR, 2019) - e de extensão, que integra a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica- PIBICT e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), ou outras formas que docentes e discentes adotarem.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o Campus está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Guia de Turismo, fortalecendo assim o perfil profissional de saída do estudante. Desta forma, o mercado de trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco na necessidade do mercado do trabalho.

21. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

21.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de

responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Sua efetivação, no âmbito do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante, tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social e, suas atividades estão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

2. Política de Educação das Relações Étnico-Raciais

Conforme a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

Desse modo, a Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução n.º 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

21.3 Política de Educação Ambiental

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política-, e objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental e na manutenção, em longo prazo, dessas condições, a Política

de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental.

21.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica reforça necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio a inclusão social. Conforme estabelece o Art.6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), o PDI 2019-2023 (IFRR, 2019) e a Organização Didática (IFRR, 2018), será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Guia de Turismo Concomitante do CAB o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD).

Esse tratamento diferenciado inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;
- VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *Campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino- aprendizagem em perspectiva inclusiva, o Campus pretende implantar um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o qual é, conforme a Resolução n.º 429 – Conselho Superior, de 6 de fevereiro de 2019, constituído como um grupo de trabalho e estudo permanente, e que estará vinculado à DIEPEI.

Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis n.º 10.098/2000, n.º 13.146/2015, do Decreto n.º 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, o NAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

- II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

22 DIPLOMAS E CERTIFICADOS

O estudante do curso Técnico em Guia de Turismo, após concluir os 3 (três) módulos e todas as exigências do curso de acordo com a legislação em vigor e cumprimento e aprovação em todos os componentes da matriz curricular, receberá o Diploma de Técnico em Guia de Turismo, na Categoria de Guia de Turismo Regional/RR e Guia de Excursão Nacional/América do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 2848**, de 8/12/1984. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019

_____. **LEI Nº 8.670 DE 30 DE JUNHO DE 1993** Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8670.htm>. Acesso em: 22 Jul. 2019.

_____. **Decreto Lei Nº 946**, de 1º de outubro de 1993. Regulamenta a Lei Nº 8.623, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. 1993 – 2. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. **Lei 8623** de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. 1993 – 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8623.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. **LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. **Parecer CNE/CEB 16/99**. Dispõem sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. BRASIL. **DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002** Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima e dá outras providências. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9731.htm>. Acesso em: 15 Jul. 2019.

_____. **Decreto nº 5296/2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 6.614**, de 23 de Outubro de 2008. Regulamenta a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências. 2008 – 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6614.htm>. Acesso em: 10. ago. 2019.

_____. **Lei nº 11.741 da Educação Profissional e Tecnológica**. 2008 - 3. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm)>. Acesso em: 09. ago. 2019.

_____. **Lei n.º 12.711** de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras

providências. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. 2012-2. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 10 Jul. 2019.

_____. **Parecer CNE/CEB Resolução nº 6**, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012 - 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11_663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **Resolução nº 01/2012 do CNE**, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012 - 4. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2019.

_____. **Portaria Nº 27**, de 3 de janeiro de 2014. Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=117>>. Acesso em: 09 ago. 2019

_____. **Portaria 105, de 20 de Junho de 2018**. Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, e dá outras providências. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/2018.html?id=12207:Portaria-105-de-20-de-junho-de-2018>

_____. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. **Instrução Normativa nº 03**, de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

_____. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 27. dez. 2019.

_____. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos** 2020, p.14-290. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Cadastur atinge marca de 17 mil guias de turismo no Brasil**. Publicado em 09.11.2016. s.p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7230-cadastur-atinge-marca-de-17-mil-guias-de-turismo.html>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo de Roraima mais que duplica número de municípios**. Publicado em 14. set. 2017. s.p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8158-mapa-do-turismo-de-roraima-mais-que-duplica-n%C3%BAmero-de-munic%C3%ADpios.html>>. Acesso em: 05 jul. 2019

IFRR. Plano do Curso Técnico Integrado de Turismo, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com Ênfase em Guia Regional de Turismo e Guia de Excursão Nacional. 2005.

_____. **Resolução n.º 040, de 2 de junho de 2011**. Estabelece os procedimentos para elaboração e adequação curricular dos planos dos cursos técnicos do IFRR. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/2011/resolucao-no-040-conselho-superior>>. Acesso em: 27 Out. 2019.

_____. **Resolução n.º 142, de 26 de setembro de 2013**. Altera a Resolução n.º 040 - Conselho Superior que estabelece os procedimentos para elaboração e adequação curricular dos

planos dos cursos técnicos e superiores do IFRR. 2013. Disponível em : <<http://www.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2013/resolucao-no-142-conselho-superior>>. Acesso em: 20 Jan 2020.

_____. **Resolução 157/Consup/2014/Ifrr**. Dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do instituto federal de Roraima e dá outras providências. 2014. Disponível em : <<http://www.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/2014/resolucao-no-157-conselho-superior>>. Acesso em 22 jul. 2019.

_____. **Plano Pedagógico Do Curso Superior De Tecnologia Em Gestão De Turismo**. Boa Vista, RR, 2015, p.6-89. Disponível em : <http://boavista.ifrr.edu.br/cursos/graduacao/Tecnologia-em-Gestao-de-Turismo/documentos/Plano%20CURSO_TURISMO2015.pdf>. Acesso em 22 jul. 2019.

_____. **Portaria N.º 1326/2016/REITORIA/IFRR**. Vincula administrativamente o Campus Avançado do Bonfim à Reitoria. 2016. Disponível em: <<http://reitoria.ifrr.edu.br/gestao-de-pessoas/portarias/2016/portaria-no-1326-2016-vincular-administrativamente-o-campus-avancado-do-bonfim-a-reitoria>>. Acesso em 18. Jul. 2019.

_____. **Resolução nº. 246, de 4 de janeiro de 2016**. Aprova o regulamento da política de acompanhamento de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. 2016 – 2. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2016/resolucao-no-246-conselho-superior>>. Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Resolução n.º 338 de 1º de fevereiro de 2018**. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR. 2018. Disponível em: <<http://reitoria.ifrr.edu.br/gestao-de-pessoas/boletim-de-servicos/2018/boletim-de-pessoal-e-servicos-n-deg-08-2018>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. **Organização Didática**. 2018, p.1-83. Disponível em : <<http://www.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2018/resolucao-n-o-338-conselho-superior>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023>>. Acesso em: 22 jul. 2019

_____. **Resolução nº. 434/CONSUP**, de 18 de fevereiro de 2019. Aprova o regulamento das atividades acadêmico-científico culturais (AACC's) do IFRR, sp. 2019 – 2. Disponível em : <<http://www.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2019/resolucao-n-o-434-conselho-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Portaria MTUR Nº 37, de 11 de Novembro de 2021**. Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mtur-n-37-de-11-de-novembro-de-2021-359436314>>. Acesso em 29. Dez. 2021.

PORTAL Educação. **Avaliação Educacional**. Sd. Sp. Disponível em : <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/avaliacao-educacional/9297>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

RORAIMA, Governo do Estado de. **Estrutura Agrária do Estado de Roraima**. Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA. 2007, sp. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/comissoes/cre/ap/AP_20071121_EstruturaAgrariaRoraima.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RUSCHMANN, Consultoria de Turismo S/C. **Estratégia de desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima**. Relatório Final. São Paulo, 2002. 808p.

SANTOS, Maria Célia Calmon. BARRA, Sérgio Rodrigues. O projeto integrador como ferramenta de construção de habilidades e competências no ensino de engenharia e tecnologia. In **XL**

Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia 03 a 06 de setembro de 2012. Belem-PA.
Disponível em <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/7/artigos/104305.pdf>. Acesso em:
08/09/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD1 - IFRR**, em 30/06/2022 11:27:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 156782

Código de Autenticação: 3a13fa81ab





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 676/2022 - CONSUP/IFRR, de 30 de junho de 2022.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada-FIC de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad Referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 12.513/2011, que rege as atividades e ações de extensão no âmbito do IFRR, bem como o constante no Processo nº 23229.000468.2022-49,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 30 de junho de 2022.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO FIC

Curso de Formação Inicial e Continuada de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem

Boa Vista - RR

2022

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Lucelia Santos Sousa Gomes - Docente EBTT - CBV - Presidente da Comissão

Felipe da Silva Souza - Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - CAM

Joaquim José Frazão - Técnico Administrativo - CAM

Jose Vilson Martins Filho - Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico -CAM

Larisse Livramento dos Santos - Coordenadora do Programa Qualifica Mais

Lucas Socoloski Gudolle - Docente EBTT - CAB

Luciane Wottrich - Coordenadora de Projetos e Programas de Extensão – CBV

Marcela André dos Santos - Técnico Administrativo - CAM

Suzana Menezes Macedo – Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo-
CBV

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303- 220
Telefone	(95) 3624-1224
Diretora de Extensão no <i>Campus</i>	Marilda Vinhote Bentes
Diretoria de Educação à Distância	Tomas Armando Del Pozo Hernandez
Coordenadora do Projeto	Lucelia Santos Sousa Gomes
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0002-12
Razão Social	<i>Campus</i> Boa Vista
Endereço	Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.303-340
Telefone	(95) 3621-8021
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem
Resolução de aprovação	
Classificação do Curso FIC	Formação Inicial (X) Formação Continuada ()
Eixo Tecnológico	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Carga Horária Total	160 horas
Número de Vagas por Turma	50 à 70 (conforme demanda)
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Completo
Data Início e Término	11/07/2022 - 28/09/2022 (período passível de alteração)- 80 dias

Dias da semana	Segunda a segunda com 2h dia
Horário	Integral
Forma de Ingresso	Chamada pública
Turno	Integral
Modalidade da oferta	EaD
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	Plataforma Moodle

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento trata-se do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, na modalidade EaD – Educação à Distância, a ser ofertado por meio do Programa Qualifica Mais Emprega Mais, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- IFRR.

O IFRR, enquanto instituição de ensino pública da região norte do país e em conformidade com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tem por finalidade formar e qualificar cidadãos em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Criado nos termos da Lei nº.11.892, de 29 de dezembro de 2008 e vinculado ao Ministério da Educação, a instituição atua sob a missão de “promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.”

Nessa perspectiva, o IFRR propõe-se, através do Programa Qualifica Mais Emprega Mais, ofertar o curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem para ampliar as oportunidades de trabalho, contribuindo para o aumento do conhecimento por meio da qualificação profissional em procedimentos de recepção e reservas em meios de hospedagem. O curso será ofertado em conformidade com as resoluções que orientam a oferta de cursos FIC em âmbito nacional e local, respectivamente: Resolução CD/FNDE nº 4 de março de 2012 e a Resolução n.º 471, do Conselho Superior do IFRR, de 17 de outubro de 2019. Em paralelo, atenderá a proposta do Programa Qualifica Mais Emprega Mais, uma linha de fomento voltada a ofertar vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada, sob o objetivo de qualificar trabalhadores e aprendizes com ofertas vinculadas às necessidades setoriais de mão de obra qualificada.

O curso de Formação Inicial e Continuada de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, na modalidade EaD, portanto, visa proporcionar uma mudança de perspectiva de vida nos estudantes, para alcançar uma formação profissional humana e integral para atender aos anseios do mundo do trabalho.

2. JUSTIFICATIVA

Os cursos de Formação Inicial e Continuada, no âmbito do IFRR, são compreendidos como um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de jovens e trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para o exercício profissional e/ou elevação da escolaridade. Conciliado a esse formato, a oferta do curso FIC de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem em território roraimense, na modalidade EAD, se fortalece na proposta do Programa Qualifica Mais Emprega Mais. Programa este que nasceu da articulação entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE do Ministério do Trabalho e Previdência (SPPE/MTP), indo de encontro a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, instituída no Decreto nº 10.110/2019.

O curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, nesse sentido, é uma forma de propiciar formação e qualificação profissional a jovens e adultos de maneira a prepará-los para a atuação no atendimento ao cliente que busca hospedagem, como segue disposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional constante no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada publicado pelo Ministério da Educação em 2016.

Além disso, o curso responde ao compromisso social e econômico do IFRR para com a sociedade ao dispor aos cidadãos formação no eixo tecnológico do Turismo, Hospitalidade e Lazer e ao ser proposto de acordo com o contexto local da região, como explicita os dados a seguir.

O Ranking de Competitividade dos Estados¹ de 2021 desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) apresenta Roraima como ocupante da “1ª colocação no indicador de Crescimento Potencial da Força de Trabalho”. Explica que no período de 2017 a 2019, a economia do estado “mostrou desempenho acima da média nacional”, estimulado “pela forte migração de venezuelanos” ao território. “E ainda que tenha gerado sobrecarga no sistema público de saúde e de segurança, o maior contingente de pessoas em idade ativa gerou importante aumento do consumo local”, o que justifica a importância de ações públicas que impulsione a empregabilidade e a geração de renda na região. (CPL, 2021)

Paralelo a esse status, a Junta Comercial de Roraima (Jucerr) revelou que, no primeiro trimestre de 2021, foram constituídas 1.801 novas empresas no estado. O percentual representou um aumento de 24% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, foram 31.968 empresas ativas no estado em momento pandêmico e registradas de forma online na Junta Comercial, o que reitera a necessidade do elo estreito das instituições de ensino para com a sociedade, no que tange a qualificação e formação continuada da mão de obra para atender o mercado. (FOLHA DE BOA VISTA; JUNTA COMERCIAL, 2021)

¹ “O Ranking de Competitividade dos Estados foi concebido pelo Centro de Liderança Pública em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit”, com o intuito de “balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências”. (CLP, 2021)

Por isso, o IFRR vem propor a oferta do curso de qualificação profissional de "Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem", na forma EAD, dentro do Programa Qualifica Mais Emprega Mais, cujo objetivo “é qualificar trabalhadores e aprendizes com ofertas vinculadas às necessidades setoriais de mão de obra qualificada, aferidas por meio do mecanismo de mapeamento de demandas denominado SuperTec e/ou de outras metodologias de mapeamento [...]”. (MEC, 2021)

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Promover qualificação profissional com conhecimentos específicos – na modalidade EAD - da área de recepção e reservas em meios de hospedagem, em conformidade com o eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer a jovens e trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ofertar acesso ao curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem à jovens e trabalhadores;
- Contribuir, por meio da formação em agente de recepção e reservas em meios de hospedagem, com crescimento do mercado local e a empregabilidade;
- Garantir o desenvolvimento das atividades de agente de recepção e reservas em meios de hospedagem com responsabilidade e profissionalismo, utilizando técnicas específicas para um atendimento eficiente e eficaz ao cliente;
- Formar profissionais com qualidade para atuar de forma ética e correta em seu ambiente de trabalho.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso FIC de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, na modalidade EaD, ofertado por meio do Programa Qualifica Mais Emprega Mais, pelo IFRR, atendendo a Resolução nº4 de 16 de março de 2012, e respeitada a escolaridade mínima, atenderá prioritariamente a:

- I. estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II. trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- III. beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda;
- IV. pessoas com deficiência;
- V. povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e
- VI. públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação do Pronatec.
- VII. estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

5. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, em EAD, dar-se-á através de processo seletivo regulado por edital próprio, divulgado no site do Instituto Federal de Roraima, na Página do Programa Qualifica Mais, respeitando o atendimento a descrição do público-alvo e desde que este, tenha idade mínima de 16 anos, e seja detentor de conhecimento básico de informática para garantia do ensino e aprendizado na modalidade do curso, educação à distância.

O ingresso dos estudantes no curso FIC EAD de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, ocorrerá por meio de Edital de processo seletivo de caráter classificatório, e não eliminatório, devendo o Edital explicitar as etapas de seleção, que podem envolver, quando for o caso, entrevistas, aplicação

de questionários, sorteios, análise socioeconômica ou comprovantes de competências.

6. METODOLOGIA

A metodologia de ensino utilizada no Curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, na modalidade a distância, será desenvolvida através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da plataforma *Moodle*, onde serão planejados e disponibilizados materiais e atividades para o estudo como: hipertextos, vídeos, videoconferências, fóruns de debates, seminários, chats online, entre outros recursos que estarão ao alcance dos estudantes; para que acessem e realizem as atividades em qualquer hora e lugar, de acordo com a estrutura da oferta do componente e o seu planejamento particular.

Ademais, no AVA, pode-se a todo momento, com conexão à internet, tirar dúvidas, dialogar com professor formador, tutor e colegas, assim como conhecer necessidades e problemas numa abrangência global, vencendo as barreiras geográficas de espaço e as de tempo. Pois, o AVA é disseminador dos conhecimentos tecnológicos, mas, também, de aspectos culturais próprios dos tempos modernos, definindo-se assim, como veículo permanente de apoio às ações de ensino.

No referido curso, o IFRR, por meio da equipe de trabalho do Programa Qualifica Mais Emprega Mais e unidades mantenedora, fica responsável por garantir a execução dos componentes curriculares na plataforma virtual MOODLE, na versão 3.11.4+. Onde, cada unidade mantenedora (*campus*) será o agente registrador de matrícula de seus estudantes, dentro das vagas pactuadas no Programa, e responsável por acompanhar as ações do curso para garantia da emissão dos certificados de conclusão, ficando a cargo da equipe de trabalho instituída no Qualifica Mais Emprega Mais o gerenciamento do curso e da oferta do ensino e aprendizagem na plataforma virtual MOODLE.

A plataforma constitui uma ferramenta de ensino gratuita, usada no mundo todo com objetivo de propiciar ao estudante EaD alternativas de formas de saber ampliando potencialmente seu conhecimento através dos diversos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, com base numa metodologia centrada na ideia de educação interativa, significativa e flexível.

Assim, via ensino a distância, o estudante aprende com maior autonomia, montando o horário, local e ritmo de estudo, devendo obrigatoriamente, o estudante, interagir com o professor formador e tutor, através da sala virtual.

É valorizada a relação entre o estudante e a tecnologia, sendo esta uma ferramenta utilizada na construção do conhecimento. Os estudos à distância são apoiados em atividades on-line disciplinares, objetivas e discursivas, somadas aos trabalhos concluídos, compostas por reflexões sobre pontos apresentados nos materiais didáticos, orientações para o desenvolvimento de pesquisas, leituras complementares e trabalhos em grupos.

O Curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem estará distribuído em componentes curriculares, totalizando 160 horas, conforme matriz curricular do Projeto Pedagógico, em salas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da plataforma Moodle, 100% a distância, distribuídos em atividades previamente planejadas pelo professor e disponíveis no Ambiente Virtual, obedecendo os prazos de entrega previsto em cronogramas.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Ao final do curso, o estudante deverá desenvolver habilidades para atender ao cliente que busca hospedagem, utilizando técnicas e tecnologias de atendimento e de vendas para melhorar a captação de reservas em meios de hospedagem, concretizando a venda; deverá ter domínio em aplicar técnicas de atendimento, qualificar, identificar e abordar o cliente, percebendo seus desejos e a potencialidade da venda, respeitando os padrões e as regras definidas pelo estabelecimento; será responsável por recepcionar e acolher diferentes hóspedes/clientes por meio de diversos canais de comunicação; e por fim, deverá efetuar os procedimentos de recepção, com atenção aos princípios éticos e observância às questões legais, de modo a promover satisfação e garantir a qualidade e excelência no atendimento.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem tem o currículo organizado por componentes curriculares que correspondem a 160 horas de atividades de qualificação profissional. A ferramenta principal para a oferta do curso é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, sendo que nesse ambiente ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para o curso.

8.1 MATRIZ CURRICULAR

A Matriz Curricular do curso foi elaborada com base nas competências e nas habilidades necessárias para a formação do Perfil Profissional de Conclusão do Curso de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem.

Quadro 01: Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Introdução à Ead e Informática Básica	30h
Técnicas de Comunicação ao recepcionista em meios de hospedagem	30h
Relações Interpessoais em meios de hospedagem	20h
Fundamentos do Turismo e Hospitalidade	40h
Serviços de Reservas e Recepção	40h
Total de carga horária dos Componentes Curriculares	160h

8.2 EMENTÁRIO

Componente Curricular: Introdução à Ead e Informática Básica – 30h
<p>Ementa:</p> <p>Noções sobre a Plataforma <i>Moodle</i> e o Ambiente Virtual de Aprendizagem: Ferramentas do AVA. Trabalho com fórum, Chat, Glossário, Questionários e Wiki. Envio de mensagem no Fórum. Resposta a questionários. Envio de Texto on-line. Envio de Arquivo único. Acesso e envio de mensagens e resposta e e-mail. Respostas a jogos. Edição de Glossário. Verificação de notas. Funcionalidades de acesso e participação em orientações pelo google meet. Acesso ao SUAP. Registro de chamados. Extração de documentos no SUAP.</p> <p>Conceitos básicos sobre Informática: hardware e software; Word (editor de texto): Conceitos Básicos sobre Editor de Textos, Salvando e Abrindo Arquivos; Excel (planilha): Conceitos Básicos sobre Planilhas, Salvando e Abrindo Planilhas; PowerPoint (apresentações): Conceitos Básicos sobre Apresentação de Slides, Abrindo e Salvando Apresentações; Internet e Inclusão Digital: Navegadores WEB, Abrindo seu E-mail e Sites de Pesquisas.</p>

Bibliografia Básica:

GREGÓRIO, José de Lliano; ADEIÁN, Matiella. **A informática educativa na Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

LIMA, A. A. **Fundamentos e Práticas na EaD**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Mato Grosso / Cuiabá-MT: Rede e-Tec, 2012. 62p.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. SP: Makron Books, 2007.

MIRANDA, Raquel Gianolla. **Informática na Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SILVA, Mário Gomes. **Informática: Tecnologia básica: Windows XP: Word XP**. São Paulo: Editora Érica, 2002.

WAGNER, R. **Ambientação em educação a distância**. Alegrete-RS. Instituto Federal de Bibliografia Complementar:

CAMPOS, F. C. A. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. **Sistemas Operacionais – Fundamentos**. São Paulo: Editora Érica Ltda, 2005.

CORUTER, Gini; MARQUES, Annette. **Microsoft Office 2000 – Prático e Fácil**. São Paulo: Editora Marron Books do Brasil Ltda, 2000.

MARÇULA, M.; FILHO, P.A. **Informática: conceitos e aplicações**. São Paulo: Erica, 2005.

MINASI, Mark; MUELLER, John Paul. **Dominando o Windows Vista Ultimate, Busines e Enterprise**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

NORTON, P. **Introdução a informática**. São Paulo: Pearson Makron Books. 1996.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: SENAC. 2010.

TORRES, Gabriel. **Hardware: Curso Completo**. ed. 4. Axcel Books, 2001.

VASCONCELOS, Laércio. **Windows XP, Home e Professional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2003.

Componente Curricular: Técnicas de Comunicação ao Recepcionista em Meios de Hospedagem- 30h

Ementa:

Usar a linguagem verbal e corporal de forma adequada às situações comunicativas próprias dos espaços profissionais de serviços de recepção e reservas em meios de hospedagem. Linguagem e Comunicação no contexto da recepção e reservas em meios de hospedagem. Gêneros textuais orais e escritos no contexto profissional: correspondência interna via e-mail, currículo, carta de apresentação e entrevista de emprego.

Bibliografia Básica:

GOLD, Miriam. **Redação empresarial**: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3ª ed. 9 – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

WEIL, Pierre; TOMPAKW, Ronald. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ZANOTTO, Normelio. **Correspondência e redação técnica**: coleção hotelaria. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. M. de; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa**. São Paulo: Atlas, 2010.

CARNEGIE, Dale. **Como falar em público e influenciar pessoas no mundo dos negócios**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PERROTTI, Edna M. B. **Superdicas para escrever bem diferentes tipos de texto**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIMENTEL, Carlos. **A redação nos negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

POLITO, Reinaldo. **Superdicas para falar bem em conversas e apresentações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

WRIGHT, C.W. **Aprenda a falar em público**. Tradução de Luísa Ibañes. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Componente Curricular: Relações Interpessoais em Meios de Hospedagem- 20h

Ementa:

Relações Interpessoais e Intrapessoais. Competência interpessoal. Importância do “feedback”, gerenciando conflitos nas relações humanas no trabalho. Liderança e motivação. Comportamento organizacional. Postura profissional e ética do recepcionista em meios de hospedagem.

Bibliografia Básica:

CZAJKOWSKI, Adriana; MÜLLER, Rodrigo; OLIVEIRA, Vanderléia Stece de. **Construindo relacionamentos no contexto organizacional**. Editora Intersaberes, 2019.

COELHO, P.L. **Relações Interpessoais e Sociabilidade**. Recanto das Letras, 2006.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em grupo**. Editora: José Olympio, 2013.

Bibliografia Complementar:

CANÍSIO, Mayer. **Dinâmicas de grupo**: ampliando a capacidade de interação. Papirus Editora, 2013.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo**. Vozes, 2001.

ROBBINS, S.P.; JUDGE, T.A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. Teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Pentrice Hall, 2010.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. Elsevier, 2009.

THOMPSON, Leigh L. **O Negociador**. Editora Pearson, 2013.

Componente Curricular: Fundamentos do Turismo e Hospitalidade- 40h

Ementa:

Sistematizar as informações sobre os atrativos e os serviços da destinação turística para o atendimento do hóspede, aplicando os conceitos de turismo e hospitalidade. Conceito e abrangência do turismo e da hospitalidade. Terminologia de turismo e hospitalidade, o perfil do turista. Visão sistêmica do turismo. Segmentação turística; turismo social e inclusivo; tipologia hoteleira. Evolução e características dos meios de hospedagem: serviços da hotelaria e seus diferenciais; Políticas públicas de turismo e hospitalidade. Questões éticas e legislativas da profissão de agente de recepção e reservas em meios de hospedagem.

Bibliografia básica:

ANDRADE, José Vicente. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 2004.

YOUELL, Ray. **Turismo**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. 7 e. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

WALKER, John. **Introdução à Hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12 ed. São Paulo: SENAC 6 SP, 2007

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, José Ruy Veloso. **Introdução ao universo da hospitalidade**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DAVIES, Carlos Alberto. **Manual de hospedagem**: Simplificando ações na hotelaria. Caxias do Sul, RS: Educs, 2003.

LOCKWOOD, A; MEDLIK, S. **Turismo e hospitalidade no século XXI**. Barueri, SP: Manole, 2003.

OLIVEIRA, Giovanna Bonelli. **Serviços em hotelaria**. Rio de Janeiro, RJ: Senac, 2009.

PÉRES, Luis Di Muro. **Manual prático de recepção hoteleira**. São Paulo, SP: Roca, 2011.

Componente Curricular: Serviços de Reservas e Recepção- 40h

Ementa:

Rotinas de procedimentos de recepção e reservas. Caracterização de rotinas e obrigações. Contextualização de organização de equipamentos de trabalho. Marketing de vendas. Ferramentas e software em meios de hospedagem.

Bibliografia Básica:

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9 ed. Caxias do Sul, RS : EDUCS, 2003.

O'CONNOR, P. **Distribuição da informática eletrônica em turismo e hotelaria**. Porto Alegre, RS: Bookman,m 2001.

VIERA, Elenara; CANDIDO, Índio. **Gestão de Hotéis: técnicas, operações e serviços**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

Bibliografia Complementar:

DAVIES, Carlos Alberto. **Manual de hospedagem: Simplificando ações na hotelaria**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2003.

VIERA, Elenara Viera de; CÂNDIDO, Índio. **Maitre d'hotel: Técnicas de serviço**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2002.

MARQUES, Albano. **Manual de Hotelaria: políticas e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Thex, 2004.

PÉRES, Luis Di Muro. **Manual prático de recepção hoteleira**. São Paulo, SP: Roca, 2011.

VIERA, Elenara Viera de; CÂNDIDO, Índio. **Recepcionista de hotel**. Canoas, RS: Ulbra, 1996.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem como prática mediadora deve possibilitar um acompanhamento contínuo e sistemático do processo de ensino-aprendizagem do estudante.

Dessa forma, a avaliação é concebida como uma dimensão do processo de ensino-aprendizagem e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo. É importante que as práticas avaliativas considerem tanto o processo que o estudante desenvolve ao aprender, como o resultado alcançado.

A avaliação será contínua, priorizando aspectos qualitativos relacionados ao processo de aprendizagem e de desenvolvimento do aluno observado durante a realização das atividades propostas individualmente e/ou em grupo.

Conforme estabelece a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, que aprova a reformulação do regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFRR, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Por meio da combinação de no mínimo dois e no máximo cinco dos seguintes instrumentos:
 - a. Observação contínua;
 - b. Elaboração de portfólio;
 - c. Trabalhos individuais e/ou coletivos;
 - d. Avaliações escritas;
 - e. Resolução de exercícios;
 - f. Relatórios;

Sendo que o professor do componente curricular terá autonomia para utilizar outros instrumentos avaliativos, em virtude de se tratar de curso FIC realizado totalmente em EaD.

Será considerado aprovado por média o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do curso, comprovadas pela execução das atividades e acesso a sala virtual, sendo efetuado o registro no Diário de Classe.

Os estudantes com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

A autoavaliação será estimulada e desenvolvida por meio de procedimentos que permitam o acompanhamento, pelo aluno, do seu progresso, assim como a identificação de pontos a serem aprimorados, haja vista tratar-se de uma prática imprescindível à aprendizagem com autonomia.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Para condução do curso FIC EAD de Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem o IFRR utilizará do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da plataforma Moodle. Este sistema de hardware comporta a manutenção dos conteúdos postados on-line e o gerenciamento de todas as informações do processo EaD na instituição. A plataforma Moodle permite o gerenciamento de informações acadêmicas, administrativas e também de comunicação, sendo possível a integração entre alunos, professores e tutores. O servidor está instalado na unidade de EaD que fará a alimentação do sistema de gerenciamento das informações.

Para registro de notas e frequência do curso o IFRR utilizará do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), principal sistema para gestão dos processos administrativos e acadêmicos da instituição.

O curso por ser totalmente em EAD não demandará das instalações físicas da instituição, porém, ficará à disposição para essa modalidade de ensino (sala de treinamento, laboratórios de informática com computadores com acesso a internet, sala de projeções/audiovisual e biblioteca virtual) em casos que houver necessidade.

Destaca-se que para o ensino à distância o estudante é considerado gestor do seu tempo e de seus estudos, mediante recursos tecnológicos (computador ligado à internet, de preferência com banda larga e processador de texto) que possibilitem a garantia do ensino e da aprendizagem, bem como, a perfeita interação e cooperação com o professor e o tutor.

11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Os docentes e os técnicos que atuarão no curso, como coordenadores e apoio administrativo, serão aqueles instituídos dentro do Programa Qualifica Mais Emprega Mais. Já os docentes, tutores, pedagogo e gerente de ambiente virtual de aprendizagem (AVA) (em Quadro 2), que atuarão diretamente na oferta do curso, serão selecionados por meio de edital específico dentro do Programa, conforme as orientações estabelecidas pela Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011; pela Resolução CD/FNDE n.º 4, de 16 de março de 2012; pela Resolução de n.º 471, de 17 de Outubro de 2019; e as que houver pertinente na área.

Quadro 2: Equipe de profissionais necessários para o Funcionamento do Curso:

COMPETÊNCIA	FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGO FUNÇÃO
--------------------	-----------------------------	------------------------------	---------------------

<p>Tutor</p> <p>É um mediador entre o professor, os conteúdos e os alunos. Cabe-lhe, de forma geral, auxiliar no esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos abordados, dar o retorno das avaliações e atividades, auxiliar o professor na oferta de oportunidades de aprendizagem através da plataforma virtual, entre outras responsabilidades.</p>	<p>Formação superior em curso de graduação, licenciatura e/ou tecnólogo. Além de possuir experiência comprovada no Moodle ou capacitação compatível com a função a ser desempenhada, com experiência em Educação a Distância e ambientalização no AVA e/ou capacitação em EaD.</p>	<p>20h</p>	<p>Docente ou Técnico</p>
<p>Pedagogo</p> <p>No geral é responsável por elaborar e desenvolver projetos educacionais, assessorar o docente e o tutor nas atividades de ensino, entre outras responsabilidades.</p>	<p>Formação superior em pedagogia ou psicologia ou assistência social ou outras licenciaturas com atuação compatível com a função a ser desempenhada ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.</p>	<p>20h</p>	<p>Docente ou Técnico</p>
<p>Gerente de Ambiente Virtual de Aprendizagem</p> <p>É responsável por monitorar o desempenho da infraestrutura e dos meios tecnológicos utilizados nas atividades de Educação a Distância, fazer a abertura e replicar salas virtuais e turmas, entre outras atividades.</p>	<p>Formação superior em área da Tecnologia da Informação ou Análise de Sistemas com experiência em Educação a Distância e ambientalização no AVA e/ou capacitação em EaD.</p>	<p>20h</p>	<p>Docente ou Técnico</p>

Quanto ao perfil do corpo docente (em Quadro 3) para a execução do curso, é necessário que o profissional tenha formação em nível superior, compatível com o componente curricular pretendido.

Quadro 3: Pessoal Docente Necessário para o Funcionamento do Curso:

COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	CARGO FUNÇÃO
--------------------------	----------------------	---------------	--------------

Introdução à Ead e Informática Básica	Formação superior em área de Educação ou Tecnologia da Informação ou Análise de Sistemas com experiência em Educação a Distância e ambientalização no AVA e/ou capacitação em EaD.	30h	Docente
Técnicas de Comunicação ao recepcionista em meios de hospedagem	Profissional com formação superior em área da Educação, Comunicação e Turismo, com experiência em Educação a Distância e ambientalização no AVA e/ou capacitação em EaD.	30h	Docente
Fundamentos do Turismo e Hospitalidade	Profissional com formação superior (bacharel e tecnólogo) em turismo ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	40h	Docente
Relações Interpessoais em meios de hospedagem	Profissional com formação superior (bacharel e tecnólogo) em turismo ou administração, ou psicologia e experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	20h	Docente
Serviços de Reservas e Recepção	Profissional com formação superior (bacharel e tecnólogo) em turismo, hotelaria, ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	40h	Docente

12. CERTIFICAÇÃO

Os estudantes que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de **75% da carga horária total do curso** e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares, receberão o Certificado de Qualificação Profissional em Agente de Recepção e Reservas em Meios de Hospedagem, do eixo tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, carga horária: 160 horas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. **Ranking de Competitividade dos Estados 2021**. Centro de Liderança Pública – CLP, 2021. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/7589/1632853992Relatrio_tcnico_2021_set_24_1.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022

FOLHA DE BOA VISTA. **Roraima tem aumento de 24% na criação de novas empresas.** Por Folha Web em 21/04/2021 às 15:00. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-tem-aumento-de-24--na-criacao-de-novas-empresas/75242>. Acesso em: 06 abr. 2022.

JUNTA COMERCIAL. **Estatísticas**[site]. JUCERR, 2022. Disponível em: <https://www.jucerr.rr.gov.br/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Pronatec de Cursos FIC.** ed.4. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 abr. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Qualifica Mais Emprega Mais** [site]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/qualificamais/empregamais>. Acesso em: 14 mar. 2022.

APRECIÇÃO / APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO CAMPUS

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

- () Favorável
- () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPUS

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

- () Favorável
- () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura

PARECER DA DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS

Esta Direção Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável

() Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data:

Assinatura

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD1 - IFRR**, em 30/06/2022 11:27:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 156774

Código de Autenticação: 89474aef8c

